



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 15

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 19 de março de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada, a sessão iniciou-se com a análise dos seguintes diplomas:

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X - “Orientações de Médio Prazo 2013/2016”;](#)

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/X - “Plano Anual Regional para 2013”;](#)

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013”;](#)

Após as intervenções do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e dos Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), António Ventura (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão

(PPM) iniciou-se o debate no qual participaram, além destes oradores, os Srs. Deputados Duarte Freitas *(PSD)*, Francisco Coelho *(PS)*, Francisco César *(PS)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, Rogério Veiros *(PS)*, Artur Lima *(CDS-PP)*, Graça Silva *(PS)*, Berta Cabral *(PSD)*, José San-Bento *(PS)*, José Contente *(PS)*, Domingos Cunha *(PS)*, Aida Amaral *(PSD)*, Arlinda Nunes *(PS)*, Costa Pereira *(PSD)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social *(Piedade Lalanda)* e o Sr. Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Berta Maria Correia Almeida Melo **Cabral**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de entrarmos nos nossos trabalhos, queria deixar aqui uma saudação especial a todos os pais aqui presentes, visto que hoje é o Dia do Pai.

Queria também cumprimentar o Sr. Deputado António Parreira, que se junta a nós nestes trabalhos.

Deputado António Parreira (PS): Muito obrigado!

Presidente: Agora, sim, informar a Assembleia (esta câmara) de que este período legislativo do mês de março reveste-se de grande importância, uma vez que serão discutidos aqui três documentos fundamentais: as “Orientações de Médio Prazo 2013/2016”, o “Plano Anual Regional para 2013” e o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013”.

A discussão destes documentos rege-se pelos artigos 163º a 165º do Regimento desta Assembleia. Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes. Passo a anunciar quais são.

Para o debate na generalidade:

- o Governo e o PS dispõem de 245 minutos,
- PSD - 160 minutos,
- CDS-PP - 50 minutos,
- BE, PCP e PPM - 15 minutos.

Para as intervenções finais:

- Governo e o PS - 30 minutos,
- PSD - 20 minutos,
- CDS-PP - 12 minutos,
- BE, PCP e PPM - 7 minutos.

Para o debate na especialidade:

- Governo e o PS - 40 minutos,
- PSD - 30 minutos,
- CDS-PP - 15 minutos,
- BE, PCP e PPM - 10 minutos,

No decorrer dos nossos trabalhos naturalmente daremos conta depois da atualização destes tempos.

Vamos começar então os nossos trabalhos.

Para uma intervenção inicial tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje a discussão da proposta de Orientações a Médio Prazo 2013-2016, do Plano de Investimentos Públicos e do Orçamento da nossa Região para 2013.

Com a aprovação destes documentos, o Governo dos Açores passará a dispor dos instrumentos necessários ao pleno exercício das suas funções, permitindo-lhe operacionalizar integralmente o programa que apresentou aos açorianos e que mereceu a sua confiança.

Uma confiança – e também uma esperança – que se reforçam com as propostas que hoje vos apresentamos e que asseguram o cumprimento integral, nesta legislatura, dos compromissos que assumimos com os açorianos.

Para nós, compromisso assumido é compromisso cumprido.

Os açorianos sabem que connosco não existe uma realidade antes das eleições e outra, muito diferente, após o ato eleitoral.

Deputado Costa Pereira (PSD): Tem dias!

O Orador: Os açorianos confiaram não em quem mais prometeu, mas sim em quem se comprometeu apenas com o que sabia que podia cumprir.

E é para concretizar esse objetivo que hoje submetemos à apreciação desta Assembleia estes documentos, que visam assegurar uma maior estabilidade social, económica e financeira da nossa Região, reforçando as políticas onde é necessário reforçar ou alterando as que devem ser melhoradas e aperfeiçoadas.

As Orientações a Médio Prazo, o Plano de investimentos públicos e o Orçamento da Região para 2013 pretendem responder aos desafios que se nos colocam atualmente e que exigem a capacidade de conciliar duas agendas bem definidas: por um lado, dar continuidade à estratégia de desenvolvimento da nossa região que temos empreendido e, por outro, criar mais mecanismos de apoio às nossas famílias e empresas para minimizar os novos efeitos adversos da conjuntura externa.

Vivemos atualmente momentos de grande instabilidade e incerteza no nosso país e na Europa.

Ainda na passada sexta-feira o País assistiu, incrédulo e revoltado, à terceira revisão em baixa das previsões macroeconómicas para este ano.

Mais uma vez, o Governo da República veio dizer-nos que afinal se tinha enganado outra vez, e anunciar que o desemprego ainda vai ser maior do que o previsto, que irá atingir já 19% dos portugueses este ano, e que a recessão económica será mais do dobro do que estava previsto, atingindo os 2,3%.

Mas, mais grave ainda, o Governo da República admitiu que o desequilíbrio orçamental é hoje superior ao que se verificava há dois anos, com um défice de 6,6%, e que Portugal tem atualmente a maior dívida pública de sempre, ultrapassando os 122% do PIB – uma dívida que aumentou de forma significativa desde que o atual Governo da República tomou posse.

Afinal, depois de dois anos de um Governo PSD/CDS-PP, os portugueses estão mais pobres, com menos apoios sociais, mais desprotegidos, com menos emprego e com menos esperança, enquanto o nosso país tem as contas públicas mais desequilibradas e está mais endividado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O que todos os portugueses perguntam é: – “Para quê todos os sacrifícios que foram feitos se estamos hoje, em Portugal, muito pior do que estávamos há dois anos?”

Mas, o que mais desespera os portugueses é que a única coisa que o Governo da República tem para dizer é que irá aplicar ainda mais austeridade, impondo um corte adicional de 4.000 milhões de euros na despesa do Estado.

As consequências imediatas serão um novo agravamento da recessão económica e mais um passo no sentido da destruição do Estado Social que todos os portugueses foram construindo, com enormes sacrifícios, ao longo de décadas.

Estamos num momento decisivo para o futuro do nosso país e da nossa região. Ou aceitamos continuar este caminho de espiral recessiva, ou exigimos a urgente mudança de rumo, porque está mais do que provado que a estratégia

implementada pelo Governo da República não resulta e só agrava a situação do nosso País.

É possível fazer diferente, é possível seguir outro caminho.

Um caminho que, com realismo e rigor, conjugue o equilíbrio das finanças públicas com a manutenção do investimento público, da proteção social às famílias e do estímulo à atividade económica.

É esta a proposta do Governo dos Açores e essa a via açoriana que vos propomos para procurar vencer as dificuldades conjunturais que se nos deparam.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Uma e outra estão materializadas nos documentos que vos apresentamos.

Pelo terceiro trimestre consecutivo, a Troika dispensou os Açores do processo de avaliação que decorreu para o resto do País, não tendo sido manifestadas ao Governo dos Açores qualquer dúvida ou preocupação sobre a situação financeira da Região.

Mais uma vez, a Troika não encontrou na nossa Região qualquer motivo de reparo, correção ou ajustamento que implicasse qualquer alteração ou condicionante à nossa atividade.

Esta é uma boa notícia para os açorianos e um importante reforço da credibilidade financeira conquistada pelo Governo dos Açores no País e nas instituições políticas e financeiras internacionais.

As finanças públicas da Região foram, nos últimos dois anos, auditadas, verificadas e avaliadas por todas as entidades nacionais e internacionais com competência na matéria, e a conclusão é unânime: – os Açores são um exemplo, no País, de sustentabilidade e equilíbrio das suas finanças públicas.

O equilíbrio, o rigor e a transparência das nossas finanças públicas constituem, sem dúvida, o maior património que os Açores têm na atual conjuntura e um instrumento essencial para a defesa da nossa Região contra aqueles que querem, apressadamente e sob pressão, reduzir substancialmente as funções do Estado.

Aliás, esse é um combate político que deve unir todos os quadrantes e todas as forças da sociedade açoriana, pois estão em causa princípios fundamentais de natureza constitucional, estatutária e, até, da mais elementar justiça.

Nunca é demais acentuar que, não tendo os Açores contribuído para a difícil situação do País, não deve também ser solicitado aos açorianos um contributo acrescido para a resolução de um problema que não criaram.

Cada vez que alguém tentar desmerecer esta realidade, estará apenas a enfraquecer os Açores e a prejudicar os açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: O equilíbrio das finanças públicas dos Açores foi mais uma vez comprovado, esta semana, quando o Governo da República anunciou o apuramento final do défice e da dívida pública de 2012.

Os Açores cumpriram, mais uma vez sem qualquer desvio ou derrapagem, a sua execução orçamental, não contribuindo com um cêntimo para o desequilíbrio orçamental anunciado na sexta-feira pelo Governo da República.

Enquanto no país se registou um aumento de 50% do défice orçamental em 2012, nos Açores conseguimos reduzir esse défice para metade, de acordo com o Sistema Contabilístico Europeu – SEC95, que engloba todo o sector público administrativo (administração direta, indireta e empresas públicas que consolidam no perímetro público).

Efetivamente, no último ano o défice orçamental nos Açores foi de apenas 0,4% do PIB, ou seja, 16 vezes menos que o verificado no país (6,6%), o que representou para a Região um esforço de redução de 50% do desequilíbrio orçamental face a 2011 e uma redução de 70% em relação a 2010.

A partir de 2012 os Açores deixaram de ter qualquer impacto percentual no défice do país, podendo os açorianos assumir, com orgulho e satisfação, que os Açores já não constituem, em termos orçamentais, um peso ou um encargo para o país, na medida em que as nossas necessidades líquidas de financiamento foram de apenas 0,00009 do PIB nacional.

Fomos a única parte do território nacional a cumprir integralmente os seus compromissos orçamentais e a atingir o equilíbrio das finanças públicas, dando

assim um contributo muito importante e solidário ao país para atingir a concretização dos seus compromissos internacionais, o que, infelizmente, foi desperdiçado pelo facto de o restante território nacional não ter conseguido cumprir os seus objetivos.

A dívida pública os Açores, no final de 2012, contabilizando todas as entidades incluídas no perímetro da Administração Pública e nos exatos termos em que é calculada a dívida pública para todos os países e regiões, é apenas 19% do nosso PIB, enquanto no país já ultrapassa os 120%.

Ou seja, a dívida pública açoriana é, em termos comparativos, seis vezes inferior à registada no País, sendo que, por cada açoriano, o endividamento regional é seis vezes inferior ao correspondente a cada português residente no continente.

Tendo o Governo da República anunciado recentemente que pretendia ter, em 2040, uma dívida pública equivalente a 60% do PIB, quer isto dizer que o objetivo da República é ter, daqui 27 anos, uma dívida pública que, em termos relativos, ainda será três vezes superior à existente nos Açores.

Factos são factos. E, por isso, os Açores têm nas suas finanças públicas argumento e razão mais do que suficientes para exigirem o reforço da solidariedade nacional.

Cumprimos integralmente os nossos compromissos e fomos solidários com o esforço nacional de reequilíbrio das contas públicas.

Não estamos a exigir mais do que merecemos. Mas não aceitamos menos do que aquilo que nos é devido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tivemos lucro! Temos um *superavit*, não é?!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Temos consciência de que, em 2013, as famílias e as empresas açorianas terão dificuldades acrescidas.

O impasse nas tomadas de decisão política ao nível europeu e da zona euro, tal como as medidas cada vez mais severas, com consequências para as pessoas e as empresas em todo o território nacional, afetando também as sociedades e as

economias insulares, são fatores que deterioram significativamente as nossas condições e expectativas.

Mas não desistimos nos Açores de contrariar esses efeitos negativos que nos chegam.

Temos a firme determinação de fazer tudo, mas mesmo tudo, o que tiver ao nosso alcance, dentro das nossas disponibilidades, dos nossos recursos e das nossas competências constitucionais e estatutárias, para reduzir os efeitos desta conjuntura externa adversa.

Não ignoramos as adversidades que atingem as pessoas e não negligenciamos a necessidade de tomar todas as medidas necessárias para continuar a assegurar o desenvolvimento sustentado da nossa Região.

Interviremos sempre que necessário para apoiar as famílias e as empresas açorianas,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... amparando as famílias carenciadas, protegendo o emprego e promovendo novas dinâmicas na estrutura produtiva regional.

Graças à gestão responsável que temos empreendido, continuamos a ter, felizmente, a possibilidade de continuar a disponibilizar recursos para contrariarmos os efeitos na Região das medidas restritivas tomadas a nível nacional.

Enquanto no resto do País se discute onde se vai ainda cortar mais na despesa e que benefícios mais vão ainda ser retirados, nos Açores debate-se como, o que e quem vamos poder apoiar.

Enquanto no resto do país se discute a dimensão da diminuição do apoio às famílias e às empresas, nos Açores debatemos, em consonância com os nossos recursos disponíveis, o reforço da intensidade desses apoios e os investimentos que vamos selecionar para fazer.

Essa agenda açoriana é, justamente, uma das marcas distintivas que nos abona e que nos diferencia da governação nacional e da governação regional da Madeira.

Esta disponibilidade, ainda que evidentemente menor do que a que gostaríamos de ter, é resultado da responsabilidade, do rigor e da transparência que tivemos, mostrando que gerimos e investimos atentos ao presente e não comprometendo o futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não poderemos fazer tudo o que queríamos, nem conseguiremos fazer tudo o que é necessário, mas vamos fazer tudo o que poderemos pagar, dando prioridade ao mais importante, seja nas áreas sociais, seja nas económicas.

Só assim manteremos a credibilidade de que os Açores gozam junto das mais variadas instituições externas; só assim continuaremos a construir um desenvolvimento sustentado; só assim preservaremos o futuro das gerações a quem queremos deixar um legado de oportunidades e de prosperidade.

O contexto das dificuldades económicas que se foi instalando e agravando nos últimos anos, um pouco por toda a parte – e que também afetou os Açores, desacelerando e condicionando a nossa trajetória de desenvolvimento – só não tem tido efeitos mais gravosos na nossa Região porque o Governo dos Açores desenvolveu um vasto conjunto de políticas de apoio às famílias e empresas que minimizou os efeitos da conjuntura externa.

É este o desafio que pretendemos reforçar com as medidas e as ações que incorporam os documentos que hoje vos apresentamos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Como ficou demonstrado, de forma inequívoca, pelos últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, os Açores conseguiram resistir melhor do que o resto do País à recessão económica.

Segundo o INE, enquanto em Portugal se verificou uma redução da atividade económica de 1,6%, nos Açores essa variação foi de menos de metade (0,7%), sendo os Açores a região do país que melhor resistiu à crise.

Ou seja, conseguimos, com as medidas que tomámos, anular metade dos efeitos recessivos sobre a atividade económica da Região em relação ao que se verificou no Continente.

Mas também no combate ao desemprego, que constitui a nossa principal prioridade e preocupação, e que continua a afetar cada vez mais famílias na Europa, no País e na nossa Região, temos também conseguido minimizar os seus efeitos.

Em dezembro de 2011, os Açores tinham uma taxa de desemprego que era superior à média nacional em 1,1 pontos percentuais, mas, em dezembro de 2012, conseguimos ter menos 0,7 pontos percentuais em relação à média do país, e somos, atualmente, a segunda região do País com menor taxa de desemprego.

Cada desempregado é um problema que exige uma solução e uma resposta, mas mais vale estar entre as regiões com menos desempregados do que entre as que têm mais desemprego.

São estes factos que reforçam a consistência e a pertinência de uma via açoriana para o desenvolvimento, geradora de expectativas positivas e de confiança no caminho que estamos a trilhar.

E não é ignorando esta realidade, e desvalorizando e desmerecendo o esforço que todos os açorianos têm feito para puxar os Açores para cima, que se contribui para criar um clima de esperança e de confiança na Região.

Todos os que, de forma útil e sincera, estiverem empenhados em construir e não apenas em destruir, incluindo os partidos políticos, devem, a meu ver, privilegiar a sua iniciativa proponente e não os seus interesses de conjuntura.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Quando se proclama disponibilidade de diálogo e cooperação, não se pode, ao mesmo tempo, distorcer a realidade,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... como um dos partidos parlamentares já o fez, comparando por exemplo a receita do IVA da República em 2012 com o mesmo valor da Região em 2011, ou calculando erradamente a variação comparativa do IRS, com o

único objetivo de – utilizando dados incorretos e deturpados – fazer crer que estamos pior do que o País.

Quem toma estas atitudes está, por um lado, a desmerecer o esforço e a capacidade dos Açorianos vencerem os desafios difíceis com que nos confrontamos, e está a prejudicar os Açores, a puxar os Açores para baixo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os açorianos não merecem isso.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos precisam do contributo sincero e qualificado de todos para, em conjunto, retomarmos com confiança e esperança o caminho de desenvolvimento que estávamos a trilhar.

Mais do que dos *slogans* e do voto contra ou a favor dos partidos parlamentares, do que o Governo necessita, apoiado como é pelo partido maioritário na Assembleia, é das vossas ideias e da responsabilidade e sinceridade das vossas propostas. É isso que esperamos, é isso que conta para nós e é isso que serve os açorianos!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os documentos que o Governo submete para decisão, ancorados nas grandes opções de política do Programa de Governo aprovado neste parlamento, são os pilares da política financeira e económica para o novo ciclo de política regional que se inicia e se prolongará pela legislatura.

As grandes linhas de orientação estratégica da política regional de desenvolvimento para o quadriénio, em geral, e do investimento público, em particular, têm em conta um conjunto alargado de dificuldades e obstáculos, mas também das oportunidades.

Com efeito, a política nacional de ajustamento financeiro tem gerado compreensíveis expectativas negativas e comportamentos defensivos entre os agentes económicos.

Tal ambiente, que ultrapassa o espaço regional e se alastra por toda a Europa, tem retirado rendimento à economia regional, tem dificultado a atividade das empresas açorianas, e, principalmente, exponenciou um fenómeno que é, sem dúvida, o centro das nossas inquietações – um desemprego acrescido.

As propostas de Orientações de Médio Prazo e Plano para 2013 enquadram-se, assim, nessas preocupações.

A desejável ocupação da população ativa, atualmente sem trabalho, terá de ser concretizada, neste contexto de emergência, através de um conjunto medidas de fomento do emprego e de adaptabilidade do fator trabalho, mas, acima de tudo, numa perspetiva de sustentabilidade providenciada por um setor empresarial regional sólido e competitivo nos respetivos mercados.

É por isso que, no ciclo de planeamento que agora iniciamos, introduzimos uma agenda orientada para o emprego e assente na competitividade das empresas açorianas, com medidas de política que conjugam os fatores de empregabilidade dos ativos com a dinâmica empresarial privada.

A Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, cujas 62 medidas se encontram em execução de acordo com a calendarização prevista, assenta em seis eixos estruturais de intervenção que são transversais a toda a atividade económica regional.

Já tive a oportunidade de os enumerar, aquando da apresentação da Agenda, mas esta é uma boa altura para recordar que esses eixos são: a criação de sistemas de incentivo às empresas que reforcem a sua sustentabilidade; o fomento da exportação como novo vetor potenciador do crescimento económico; a promoção da inovação e do empreendedorismo empresarial como fator de competitividade às nossas empresas; a aposta na reabilitação urbana como nova oportunidade de desenvolvimento; a implementação de programas de apoio à reestruturação financeira das empresas que incremente a sua rentabilidade; e uma aposta muito acentuada na criação de 15 programas de

apoio à criação de emprego e formação profissional, que reforce a empregabilidade dos açorianos.

É esta a nossa estratégia, definida com clareza e rigor nos documentos que vos apresentamos.

A visão que temos para a economia dos Açores estrutura-se num setor privado de pequenas e médias empresas competitivas, que combina os recursos e fatores disponíveis com a eficiência que a sua permanência no mercado exige, mas também com a eficácia que se obtém em matéria de crescimento do emprego e do nível de vida dos trabalhadores.

A estrutura do Plano e as dotações afetas a cada grande objetivo estratégico realçam claramente todas estas prioridades.

Mais de metade da despesa pública prevista na programação orienta-se para o fomento da atividade produtiva, para a competitividade das empresas, para o fomento da empregabilidade, para a melhoria da eficiência das instituições públicas, designadamente na interação com a sociedade e com as empresas.

São cerca de 1,5 mil milhões de euros que serão despendidos no quadriénio, contribuindo o Plano com perto de 700 milhões de euros.

A melhoria das redes de apoio social, visando a inclusão – e onde a contribuição dos recursos próprios da Região é o fator dominante no seu financiamento –, constitui-se como outro grande desígnio e prioridade na afetação de recursos, com uma estimativa de despesa pública de cerca de 700 milhões de euros para o período 2013-2016.

Após um longo e exigente período de tempo de construção/melhoramento de infraestruturas básicas, e até da sua reconstrução quando as intempéries severas e devastadoras que assolaram a Região assim o exigiram, entramos numa fase diferente, em que será projetado e executado um novo ciclo de investimento público determinado por uma sinalização clara das necessidades do crescimento económico e social.

É ainda necessário completar alguns programas setoriais, o que será feito sempre numa perspetiva de distribuição equilibrada pela região, em que o ordenamento do território, a carta escolar, a carta social, o renovado plano da

saúde e uma programação estratégica das acessibilidades serão exemplos, entre outros, dos elementos de racionalização e orientação do investimento a realizar. É assegurada, por outro lado, a estabilidade do investimento público nesta legislatura, como um fator de confiança para os agentes económicas.

No âmbito da despesa, destaca-se o esforço de contenção das despesas de funcionamento, prosseguindo a redução na aquisição de bens e serviços correntes e de capital, na diminuição de outras despesas correntes e na redução dos encargos financeiros com a dívida pública e da poupança superior a 4 milhões de euros em relação a 2010, em resultado da redução de mais de 20% dos cargos de chefia da Administração Pública Regional que irá ocorrer este ano.

Em contrapartida, são reforçadas as componentes da despesa que visam assegurar a reposição, em 2013, do subsídio de Natal, o aumento de 33% das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e a medida extraordinária de compensação que constitui o aumento do complemento regional de pensão.

O Orçamento da Região para 2013 dá continuidade ao reforço das transferências para o Serviço Regional de Saúde, assegurando-se nos últimos dois anos um aumento de 51 milhões de euros nas transferências para este setor. Este é mais um importante contributo para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, que se pretende atingir em 2013, sendo ainda mais relevante quando o esforço da Região no financiamento da Saúde é, em termos comparativos, sensivelmente o dobro, por açoriano, daquilo que o Governo da República investe, por cada português residente no Continente, no Serviço Nacional de Saúde.

Esta realidade, ignorada por muitos, é bem demonstrativa das nossas prioridades neste sector e do esforço que temos feito para assegurar a sustentabilidade de um serviço de saúde público para todos cuja qualidade é inquestionável.

Como consequência da opção de aumento destas componentes da despesa, o investimento público, em contrapartida, regista uma redução de 11,9%.

O Plano de Investimentos para 2013 propõe uma despesa pública de investimentos de 652 milhões de euros, dos quais 435,8 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional.

A dotação financeira afeta ao objetivo “Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional” ascende a quase 329 milhões de euros, absorvendo 50,5% do valor global.

As áreas de intervenção que integram o objetivo “Promover a Qualificação e a Inclusão Social” representam 26,3%, o que corresponde a um investimento previsto de 171,4 milhões de euros.

O objetivo “Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade” tem uma dotação de 150,2 milhões de euros, o que corresponde a 23% do total do investimento.

Os Fundos Comunitários são parcela relevante do financiamento da política regional de desenvolvimento e, em consequência, indissociáveis da análise do orçamento e dos instrumentos de planeamento que estamos a discutir.

O exercício anual corrente tem um elemento adicional em relação aos precedentes, decorrente das tarefas de preparação, de negociação e de construção dos instrumentos para a operacionalização do novo período de programação comunitária que se inicia em 2014 e se estende até 2020.

Para este novo período da programação comunitária é nosso objetivo manter a mesma proporção de afetação dos fundos comunitários que foi estabelecida para o atual período 2007-2013.

Quanto às linhas de política que a Comissão Europeia propõe para o novo período, sem prejuízo de algumas adaptações e satisfação de exigências específicas, não será difícil a Região aceder aos futuros financiamentos.

As grandes linhas de orientação estratégica de implementação da política regional estão em sintonia com as de uma especialização económica inteligente e de um crescimento inclusivo e sustentável, tal como é apresentada a estratégia comunitária para as regiões europeias e que é designada e conhecida, justamente, como a “Estratégia 20-20”.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

As dificuldades que as empresas regionais atravessam não decorrem direta e exclusivamente da perda de competitividade, dos custos de exploração desajustados, de salários excessivos, mas fundamentalmente da introdução de um ambiente recessivo, com reflexos diretos na quebra da procura e nas consequentes diminuições nas vendas e no valor criado na Região.

A orientação preferencial da despesa pública para a oferta regional, a possibilidade dos recursos financeiros gerarem, sucessivamente, rendimento regional e manutenção de emprego nas empresas à medida que circula no mercado regional – por oposição à sua saída imediata para o exterior na primeira transação efetuada –, é um objetivo e uma obrigação cívica, e até moral, de todos os agentes, sem prejuízo de se cumprirem as regras mínimas de concorrência e de qualidade de satisfação dos consumidores.

São difíceis e problemáticos os tempos atuais e os que se aproximam.

Políticas fortes, bem fundamentadas nos valores que partilhamos, bem orientadas para os objetivos que perseguimos, um rumo e um plano de ação constituem, na essência, o que fica plasmado nos documentos que apresentamos nesta Assembleia.

E significam, assim o acreditamos, não só a nossa resposta firme à conjuntura, mas também o caminho certo para um futuro melhor e mais seguro.

Estou certo de que estaremos à altura desse desafio, para retomarmos e prosseguirmos o melhor ritmo de desenvolvimento da nossa região.

Um desafio que, com o empenhamento de todos – com os Açorianos e pelos Açores – vamos vencer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em função da verdade dever ser o ponto de honra da atividade política, pedia à Sra. Presidente, em função de declarações do Sr. Vice-Presidente na sua intervenção, que fizesse o favor de entregar a Síntese da Execução Orçamental, de janeiro de 2013, da Direção Geral do Orçamento, onde constam, no Quadro 6, as receitas do Estado e, no Quadro 16, as receitas da Região, que assinalam: A nível do IRS, ao nível do Orçamento de Estado houve um decréscimo de 7,6%; na Região de 8,5%...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é uma interpelação!

Presidente: ... Sr. Deputado quer que a Mesa distribua o documento?

O Orador: ... no IRC, de 17,3%; na Região Autónoma dos Açores de 42,5%...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que entregue então o documento à Mesa.

O Orador: ... e do IVA de 2% e de 14,4%.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: E se necessário for, entregar também ao Sr. Vice-Presidente do Governo...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... o Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional dos Açores, da responsabilidade da Vice-Presidência.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho...

O Orador: A verdade deve também ser sempre privilegiada nesta casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Domingos Cunha (PS): Aplaudem a falta de respeito à Sra. Presidente!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um desrespeito pela Sra. Presidente!

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado António Marinho, eu, por diversas vezes, pedi ao Sr. Deputado que entregasse o documento à Mesa...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas ele não ouviu!

Presidente: ... e agradeço que não se abuse das figuras regimentais...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: ... porque vamos entrar de seguida em debate e o Sr. Deputado teria com certeza a oportunidade de transmitir a informação que aqui fez.

De qualquer forma, agradeço que entregue à Mesa os documentos referidos.

Obrigada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem, Sra. Presidente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Uma falta de respeito!

Deputado José Ávila (PS): Não há necessidade disso!

Presidente: Conforme ficou também decidido em Conferência de Líderes, antes de entrarmos no debate propriamente dito, cada partido terá oportunidade de fazer uma breve intervenção inicial.

Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais não posso deixar de lamentar aquilo que acabámos de assistir por parte da bancada do PSD, não só pelo abuso da figura regimental da interpelação, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas também pelo facto de que quando os factos desmentem as teorias do PSD, mesmo assim a bancada parlamentar insiste no erro, em busca do número mediático e de aparecer na televisão.

Mas vamos àquilo que interessa. Nós começamos agora o debate do Plano e do Orçamento para 2013, num momento muito difícil. Fazemo-lo numa altura em que também a Região Autónoma dos Açores, está profundamente condicionada por fatores externos.

Por um lado, como sabem, vivemos numa conjuntura macroeconómica muito difícil, muito adversa e profundamente imprevisível.

Veja-se aquilo que está hoje a acontecer na Europa: temos uma Itália ingovernável; uma Espanha à beira do colapso; uma França que ainda não se afirmou depois da eleição da nova liderança; um Reino Unido com imensos problemas ao nível da sua dívida pública e também ao nível da sua identidade, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Só os Açores é que estão bons!

O Orador: ... daquilo que quer para o projeto europeu; temos aquilo que aconteceu, muito recentemente no Chipre que pode ser o princípio do fim da Europa, tal como a conhecemos.

Isso naturalmente também influencia negativamente aquilo que se passa na nossa Região.

Por outro lado, aquilo que está a acontecer na nossa principal economia de referência, em Portugal Continental, onde temos um Governo da República do PSD, do CDS/PP, obcecado pela austeridade; onde temos um Governo da República que se orgulha de ir muito para além da Troika; onde temos um Governo da República que é mais troikista do que a troika.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, aquilo que se passou muito recentemente no âmbito da sétima avaliação da Troika, é o exemplo de que o atual Governo da República do PSD e do CDS/PP está completamente desorientado.

Aquilo que se passou, por exemplo, na conferência de imprensa do Sr. Ministro Vítor Gaspar é um bom exemplo daquela que não deve ser a postura de um Governo, no momento que atravessamos.

Provou também que o Dr. Vítor Gaspar não é Ministro das Finanças de Portugal, é sim um delegado da Troika, no nosso País.

Portanto, é muito claro, também depois desta sétima avaliação e daquilo que está a acontecer em Portugal Continental, que o nosso País está hoje muito pior do que aquilo que estava há dois anos.

O que é certo é que os portugueses cumpriram e o Governo da República do PSD e do CDS/PP, falhou redondamente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Esta conjuntura condiciona de facto a elaboração do Plano e Orçamento para 2013 na nossa Região.

Por isso temos que nos concentrar e nos focar, naquilo que é o essencial: o emprego, o apoio ao emprego, às empresas e às famílias açorianas, nem que para isso tenhamos que repensar ou adiar infraestruturas e investimentos.

Tendo em conta a apresentação que o Sr. Vice-Presidente acabou de fazer eu destaco duas questões que me parecem muito relevantes do ponto de vista político nestes documentos que são agora apresentados ao parlamento.

Em primeiro lugar, o princípio e a opção política de manter os apoios sociais na nossa Região e nalguns casos reforçá-los como é o caso do Complemento Regional de Pensão.

Quando na Europa, quando no país, quando na Madeira cortam-se prestações, cortam-se apoios sociais, nos Açores há a opção política clara de manter os apoios sociais que temos na nossa Região, isso do ponto de vista político e do ponto de vista das opções políticas que os governos nos dias de hoje têm que tomar, parece-nos muito relevante;

Em segundo lugar, o apoio ao emprego. Aquilo que está consagrado neste Plano e Orçamento ao nível da operacionalização da Agenda Açoriana para o Emprego e para a Competitividade Empresarial, com uma dimensão conjuntural imediatista, mas também com uma dimensão de médio prazo, mais estrutural, que estou certo, dará frutos no futuro.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta a conjuntura atual, tendo em conta aquilo que consta destes documentos, quem se diz contra a austeridade, quem se diz contra os cortes dos apoios sociais, quem se diz a favor do apoio ao emprego, terá que naturalmente apoiar as Proposta de Plano e Orçamento para 2013, que são aqui apresentadas pelo Governo dos Açores.

Isso é também reconhecer, de forma muito clara, que a governação nos Açores, é diferente, para melhor, da governação do resto do país.

Isso é absolutamente inquestionável.

Muito recentemente até tivemos o PSD a anunciar uma abstenção a este Plano e Orçamento, o que registamos, Aliás contrasta com aquela que tem sido a história recente do PSD Açores, sempre mais empenhado em fazer rir, sempre insistindo em ser parte do problema e nunca parte da solução.

Registamos esta postura de abstenção por parte do PSD, que é também o reconhecimento que de facto nos Açores governa-se melhor do que no resto do país.

Mas sobre isso esperamos também que da parte do maior partido da oposição dos Açores este debate possa ser claro e exista a clarificação que todos esperamos, porque não se pode ter posturas de esquizofrenia política, dizendo que de manhã está-se disposto para colaborar e à tarde está-se sempre pronto para desgastar, criticar e fazer guerrilha ao Governo Regional e aos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Há um ditado que diz que “não basta ser, é preciso parecer”. No caso do PSD aplica-se o ditado ao contrário, “não basta parecer, é preciso ser” de facto responsável, é preciso ser coerente e estar disponível para colaborar com o Governo dos Açores e para assim defender os nossos concidadãos.

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo de terminar.

O Orador: É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que hoje é tempo de grande lucidez, de grande responsabilidade e todos temos que estar concentrados naquilo que é verdadeiramente essencial: o emprego, o apoio às famílias e o apoio às empresas.

Para terminar, Sra. Presidente, não posso deixar de dizer o seguinte: nenhum Governo hoje pode dizer que faz tudo bem.

Nenhum Governo pode dizer que fez tudo bem e que consegue resolver todos os problemas das pessoas, mas qualquer Governo tem a obrigação de fazer tudo aquilo que está ao seu alcance, no âmbito das suas competências e das suas funções para ajudar os seus concidadãos.

É isso que o Governo dos Açores está a fazer, é isso que o PS continuará a fazer em defesa da nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As primeira palavras do PSD/Açores neste debate são dirigidas às vítimas da governação socialista.

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Ou seja, a todos quantos vivem na incerteza de não encontrar trabalho e aos milhares de jovens que olham para as nossas ilhas e não veem futuro nelas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero garantir a todos que podem contar com o PSD/Açores! Podem contar com o nosso trabalho em todas as ilhas para procurar soluções, para encontrar respostas e para propor alternativas.

Quero, também, garantir a todos que o PSD/Açores não tem quaisquer responsabilidades nesta crise que corrói a Região.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Nas alturas certas alertámos para os erros que a governação socialista estava a cometer. Indicámos outros caminhos. O Governo Regional do PS sempre disse que estávamos errados. E eis que chegámos aqui. Ao maior desemprego da Autonomia.

Este Governo é o Governo do desemprego. É o Governo que soma austeridade regional à austeridade nacional, é o Governo que fala grosso contra a República, na secreta esperança que os açorianos não percebam com rigor os cortes que ele próprio está a fazer.

Este é o Governo que fala em números e não nas pessoas

Este é o Governo que fala nas boas contas públicas mas não paga o que deve

Hoje, temos a certeza que o modelo de desenvolvimento foi construído de forma errada e, agora, pagamos as más decisões com juros.

Deputado Berto Messias (PS): O seu governo está a dar cabo do nosso país!

O Orador: Mesmo nos casos em que foram feitas opções corretas, como a aposta no Turismo, a sua implementação não deixou de demonstrar uma profunda incompetência e uma grande incapacidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Turismo, como temos dito, pode ser um sector essencial para recuperar emprego, para ajudar as empresas a crescer e não para somar crise à crise.

Deputado Berto Messias (PS): E soluções? E propostas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficam para o Seguro!

Deputado Berto Messias (PS): E propostas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ligue para o *call center*!

O Orador: É, por isso a hora! É hora de confirmar se o Governo Regional vai, como tem dito, optar por dialogar com os partidos da oposição, ou se vai continuar a fingir apenas que está interessado nesse diálogo, mesmo que nunca o concretize.

O nosso Parlamento pode ser a via açoriana das soluções que nos prometeram. Mas para isso, o Governo deve abandonar depressa a via açoriana das desculpas, quando não mesmo a via açoriana da fuga em frente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores quer dizer muito claramente: **é verdade que as medidas de austeridade adotadas pelo Governo da República têm consequências na economia dos Açores.**

É verdade que há medidas que têm contribuído para que os Açorianos tenham maiores dificuldades e, é verdade, que o Governo da República tem de perceber que se arrisca a perder o país para a austeridade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo isso é verdade, mas é igualmente verdade que o Governo Regional não está isento de responsabilidades, como provaremos nos próximos três dias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É, por isso, tempo de falar verdade. Os bolsos dos açorianos estão cada vez mais vazios, mas os do Governo Regional, que se esconde atrás da cortina, vão enchendo com a austeridade.

Deputado Francisco César (PS): Isto é extraordinário!

O Orador: O Governo socialista em campanha promete bolsas e propinas, paga tudo a todos, mas depois das eleições diz que afinal estava enganado e que a culpa é dos outros. Compromisso assumido, é compromisso falhado!

Deputado Berto Messias (PS): Venham daí as promessas legislativas do PSD!

O Orador: Como se tem visto nas abundantes entrevistas do único governante que aparenta estar em funções, o vice-presidente, não faltam desculpas por estes dias.

Deputado Berto Messias (PS): Parece o conselho político do PSD!

O Orador: O desemprego tem para o Governo Regional um responsável: a União Europeia.

A dívida da Saúde, segundo a última teoria radical, é culpa do Governo da República; a crise do Turismo é por causa do Governo da República e até já foi possível ver o vice-presidente a queixar-se da situação da Lotação com o modelo de gestão escolhido por ele.

Neste Governo há desculpas para tudo, só não há culpas para quem deixa acabar os medicamentos nos hospitais, para quem admite um pequeno problema nos pagamentos do IROA ou para quem gasta cinco milhões de euros a decidir qual a melhor caixilharia para uma escola.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Este é o Governo que anuncia uma poupança de 20 milhões de euros no serviço regional de Saúde, mas não explica que mais de metade dessa poupança se deve a medidas implementadas pelo Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é o verdadeiro PSD-Açores! O Verdadeiro PSD já está a defender o Governo da República!

O Orador: Este Governo queixa-se muito, mas nunca diz aos açorianos que tem um orçamento de mais de MIL MILHÕES de euros.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Minhas Senhoras, Meus Senhores,
O PSD/Açores vai abster-se nos documentos que vão estar em discussão. O nosso voto resulta do recente ato eleitoral. O PSD/Açores é o partido líder da oposição.

Deputado Berto Messias (PS): São porta-vozes do Governo da República!

O Orador: Não somos advogados de defesa do Governo da República nem somos advogados de acusação do Governo Regional.

O PSD/Açores vai abster-se porque os açorianos estão a viver pior.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Numa altura em que nas nossas ilhas se passa fome como no tempo da ditadura, esta é uma posição responsável e que acautela um interesse superior: **o interesse dos Açorianos.**

Deputado Francisco César (PS): Isso não faz sentido nenhum!

O Orador: O PSD/Açores, como temos afirmado, não se colocará entre o Governo Regional e a resolução dos problemas que afetam a nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Lavo daí as minhas mãos!

O Orador: Mas é bom que o Governo Regional não deserte. É bom que assuma as suas responsabilidades e comece a governar.

Os Açorianos não podem esperar mais!

Disse

Deputado António Marinho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Esperava-se era que o senhor apresentasse propostas credíveis para os Açores, para os proteger açorianos das maldades do Governo da República!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esperava-se era que o senhor se comportasse como um verdadeiro líder parlamentar!

Deputado Berto Messias (PS): Diga, Sr. Deputado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor percebeu muito bem o que eu disse!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento da Região são documentos fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas e foram, por várias vezes, considerados históricos.

Históricos pelo anúncio de *superavit* das finanças públicas;

Históricos porque alguém considerou a Região um “oásis”;

Históricos porque chegaram a ser anunciados como os maiores de sempre;

Históricos (e muito lembrados) porque se anunciava que a crise chegaria mais tarde e iria embora mais cedo...

Hoje, o Plano e o Orçamento já não são os maiores de sempre, mas, nem por isso, deixarão de ser históricos e, com certeza lembrados, por serem os primeiros a necessitar de visto prévio do Governo da República, marcando uma indelével submissão da Autonomia à República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Quem fizer a história dos Açores dirá, por certo, e baseado em factos, que quando nós tínhamos os maiores Planos e Orçamento de sempre também a crise já tinha chegado à Região – como nós alertamos na devida

altura! – e deverá certamente também confirmar que ela é profunda, ainda não foi embora e está para durar.

Estes Plano e Orçamento são manifestamente insuficientes para fazer face à mais alta taxa de desemprego da Autonomia (aumentou 700%, na década 2001-2011), assim como para encarar a enorme taxa de desemprego dos nossos jovens (9,9%, em 2004 – 38,3%, em 2012), que seria ainda maior se não fosse falseada!

A análise a estes documentos evidencia um corte na competitividade e no emprego, um corte nos apoios à educação, um corte na agricultura e desenvolvimento rural, um corte na proteção de riscos e proteção civil, e ainda um incompreensível corte na solidariedade social.

E tudo isto vindo de um Governo que se arroga como o principal defensor do estado social!

Em suma, o Plano e o Orçamento refletem a austeridade que o PS está a impor às famílias e às empresas Açorianas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque temos Governo Regional, este tem o dever de fazer mais, de fazer melhor e de fazer diferente, em vez de se esconder na propaganda ilusória de que temos a segunda menor taxa de desemprego do país; que a culpa do desemprego é nacional e europeia; que a crise, afinal de contas, não teve nenhum contributo do Governo Açoriano, mas deve-se apenas a causas internacionais.

É, de facto, desistir de governar os Açores para os Açorianos.

É refugiar-se em subterfúgios e em linguagem de vendedor de rosas sem espinhos, numa tentativa de confundir e iludir o Povo, mas afinal os espinhos são mais do que as rosas – exatamente a identidade cromática do PS e do seu Governo.

Este Plano e Orçamento e as OMP refletem precisamente o reconhecimento do falhanço das políticas socialistas da última década.

Por isso, alguém um dia há de explicar às gerações dos nossos filhos e netos que o tal vendedor de rosas os endividou com propósitos não de desenvolvimento, mas meramente eleitorais.

Devemos concluir que nos Açores – e é isso que temos que analisar com frontalidade e coragem – não podemos correr o risco de apenas voltar a um crescimento qualquer, dado que o crescimento até aqui verificado nos trouxe uma situação económica e financeira insustentável, como já admite o Governo em sectores como a Saúde e a Construção Civil...

De facto, como um dia registou Churchill, *“por mais bela que seja a estratégia devemos, de vez em quando, olhar para os resultados”*.

Muito obrigado.

Deputados Luís Silveira (CDS-PP), Jorge Macedo e Duarte Freitas (PSD):

Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a iniciar o debate do primeiro Plano e Orçamento desta Legislatura.

O enquadramento externo à Região é deveras adverso às aspirações dos/as Açorianos/as.

Na Europa, reinam os interesses da finança e dos grandes grupos económicos, os quais, através da austeridade sobre quem trabalha, pretendem manter rendas, taxas de lucro e privilégios.

No nosso País, o governo PSD/CDS alinha nesta cartilha, conduzindo-nos para um desastre sem igual.

Há um ano atrás, Passos Coelho, Vitor Gaspar e Paulo Portas prometiam-nos que 2013 seria o ano do arranque da economia e da diminuição do desemprego.

Na passada Sexta-Feira (como se nada tivesse acontecido, entretanto), Vitor Gaspar volta a desdizer-se e, sem assumir o total falhanço de sucessivas previsões, impõe aos/às portugueses/as, para já, mais três a quatro anos de austeridade, ainda mais pesada do que hoje.

O desastre que se previa transforma-se, assim, numa catástrofe, a que urge pôr termo, pondo este Governo da República, na rua.

Infelizmente, os Açores, apesar de serem ilhas, não estão a salvo desta política criminosa. Se este Governo da República se mantiver, o resultado para todos/as os/as portugueses/as serão dias cada vez mais negros.

É, neste quadro de trevas, que se exige do atual Governo dos Açores que tenha a coragem de, no âmbito das prerrogativas da Autonomia, traçar políticas em contra ciclo com as políticas do Governo PSD/CDS.

Foi, aliás, com esta ideia, que os/as Açorianos/as deram, em Outubro passado, uma maioria reforçada ao Partido Socialista.

Vasco Cordeiro desenvolveu toda a campanha eleitoral prometendo, aos/às Açorianos/as que, se dessem a maioria ao Partido Socialista, este se comprometia a aplicar políticas que minimizassem a miséria imposta pelo Governo da República.

Mas, lamentavelmente, a promessa foi unicamente para captar votos.

A prová-lo está o Plano e Orçamento, cujo debate estamos, hoje, a iniciar.

Estes documentos mostram a continuidade das políticas seguidas, até aqui, pelos governos regionais anteriores, apesar da grande campanha de propaganda que os antecedeu.

Estas políticas não impediram que o ritmo de crescimento do desemprego, nos Açores, fosse superior ao resto do país, no ano de 2012.

Torna-se evidente, portanto, que as medidas de apoio à economia não tiveram o êxito esperado.

Por isso, este Orçamento deveria refletir uma corajosa alteração de políticas e não mais do mesmo.

Os/as desempregados/as, nos Açores (e, particularmente, os mais de 40% de jovens), não podem continuar 3, 4 ou 5 anos à espera que as políticas do Governo deem resultado.

Continuar a apoiar empresas que não conseguem vender os seus produtos ou serviços, nem sequer desembolsar os juros dos apoios, é um erro tremendo e dinheiro deitado à rua.

As empresas, nos Açores, na sua grande maioria, trabalham para o mercado interno. Seria lógico que, para atenuar a crise, o Governo Regional defendesse o poder de compra dos/as trabalhadores/as, de forma a manter as empresas e a criar emprego.

Confiscar o subsídio de férias, na linha do Governo da República é, completamente, o contrário do que a economia exige.

Seguir os passos de Passos Coelho e copiar, até a sua argumentação, para não aumentar o complemento regional sobre o salário mínimo, é tudo ao contrário do que a economia precisa.

Não aumentar o complemento regional de pensão, em 15 euros mensais, nas pensões mais baixas é, mais uma vez, o contrário do que a economia pede.

Paralelamente, é curioso lembrar as notícias da última semana, que provam bem que as derrapagens, nas obras públicas (isto é, a extorsão de dinheiros públicos) continuam. Só na Escola Básica e Integrada de Ponta Garça, em S. Miguel, uma obra orçada em 14,8 milhões de euros acabou em 23,5 milhões, ou seja, custou mais 8,7 milhões de euros acima do que estava orçamentado.

Ora, este dinheiro dava para pagar um aumento de 15 euros mensais, nas pensões de miséria.

Afinal, há dinheiro, mas não para o combate ao desemprego e para a dinamização da economia.

E que dizer da reabilitação urbana, grande bandeira de campanha eleitoral, quando, neste Orçamento, o valor destinado a esta promessa está em linha com o que foi executado, em média, nos últimos anos?

Senhor Presidente do Governo Regional,

O sofrimento e a angústia que grassam, nas casas dos/as Açorianos/as, requerem urgência e coragem, nas medidas implementadas. Precisamos de outras políticas, já. Placebos acompanhados de boas intenções e juras de ‘tudo, mas tudo fazer’, à mistura com muita propaganda, não respondem à dor e à humilhação das pessoas.

Dispensamos grandes campanhas de propaganda para a construção de uma política consensual, na área da saúde, por exemplo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Dispensamos a farsa (para não dizer a tragédia). Basta lermos a entrevista do Vice-Presidente do Governo Regional que diz tudo sobre esta matéria: na saúde, corta-se 40% da despesa - e pronto, está a reforma feita. Quanto ao mais, as pessoas que esperem.

Deputado Berto Messias (PS): Não é isso! Não é 40%

A Oradora: Em suma, o que este Orçamento demonstra é que o Governo de Vasco Cordeiro segue de perto a linha troikista do Governo da República: corta nos salários, ...

Deputado Berto Messias (PS): A senhora não acredita nisso!

A Oradora: ... corta nos serviços públicos e ainda está para vir a cereja em cima do bolo: ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto não é o Governo de Lisboa!

A Oradora: ... uma empresa estratégica para as pessoas e empresas da Região, um monopólio natural, como a EDA, está em passo acelerado para ser privatizada.

Por tudo isto, não é admiração nenhuma que o PSD/Açores se vá abster, na votação deste Orçamento. O Partido Socialista/Açores escolheu as políticas e os aliados. Não escolheu as pessoas, nem escolheu a economia.

Não é este o caminho do Bloco de Esquerda.

Deputado Berto Messias (PS): O Bloco não tem caminho!

É mais do mesmo!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Poderia tentar resumir os documentos, que começamos hoje aqui a debater com uma só palavra: Ausência. Ou melhor, muitas ausências e muitas omissões.

Desde logo, a ausência de qualquer estratégia real e integrada para vencer a crise. Em vez disso, apenas a tentativa desesperada de manter o *status quo* político e económico da Região, tentando segurar com dedos trémulos as paredes que se desmoronam à nossa volta.

Assim, em vez de tentar contrariar a recessão estimulando o mercado interno, melhorando os rendimentos e o poder de compra dos açorianos, o Governo prefere pôr os fundos públicos da Região a subsidiar as grandes empresas e, agora, até as suas despesas de funcionamento! É uma nacionalização, sim, mas só das despesas, como já se vê. Os efeitos desta receita são conhecidos.

Em vez de reduzir custos para as famílias e empresas, por exemplo reduzindo o custo da eletricidade, aumentando prestações sociais ou melhorando salários, o Governo embarca neste rumo insustentável de em vez de criar emprego, financiar lucros!

Mas também poderia falar da ausência de uma visão estruturante sobre o que se pretende para o desenvolvimento da Região. Onde será que podemos encontrar a tal via açoriana para o desenvolvimento que serviu de mote à campanha eleitoral do PS? É que nos documentos que foram apresentados a este Parlamento não se vislumbra, e garanto-vos Senhoras e Senhores Deputados que me esforcei, tentei, tentei mas não encontrei vestígios sequer da tal “via açoriana para o desenvolvimento” que catapultou o PS Açores para mais uma maioria absoluta.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os programas setoriais são confusos e contraditórios. Por um lado insiste-se na terciarização e ultramodernização da base económica regional, como se de um dogma se tratasse, e, assim decidem-se, por exemplo pela opção de enterrar picos de milhões de euros num parque tecnológico, o Nonagon, que será certamente mais um elefante branco, ou cor-de-rosa se preferirem, pago duramente pelas futuras gerações de açorianos.

Mas, apesar da latejante veia modernizadora, o Governo vem, de maneira paradoxal, cortar na investigação científica, trair o compromisso com os bolseiros da Região e aprofundar os fatores que são responsáveis pelos crónicos maus resultados do nosso sistema educativo, perpetuando a desigualdade social e as baixas qualificações dos açorianos com formações profissionais “á lá minute”, agora em contexto laboral, o que, a bem dizer, mais não significa do que transformar estudantes em mão de obra gratuita!

Mas vale ainda a pena dedicar algumas palavras à ausência da mínima noção de realidade nas previsões em que se baseiam para este quadro de programação. Os pressupostos em que assentam estes documentos são errados, são fantasistas ou, talvez meros dogmas ideológicos.

Seguindo o postulado ideológico da moda, o Governo Regional, continua a pensar que, face à redução da procura interna será a exportação a contribuir para o crescimento – valha-nos a Santa Exportação! – como se os nossos clientes não estivessem também em crise e se os preços não caíssem no mercado mundial.

Vão, V. Exas atrás do disparate propagandístico de Vítor Gaspar e, num otimismo sem qualquer fundamento e que eu situaria entre a realidade e o desejo, e esperam que a procura interna comece a recuperar a partir deste ano. Ninguém sabe é como é que isso pode acontecer, com o aumento da austeridade e a redução dos rendimentos das famílias e a redução do investimento público.

Mas o Governo faz figas e tal como o ministro Gaspar tem fé, fé nos modelos teóricos da Escola de Chicago! Bem podem esperar sentados, como diz a sabedoria popular. Não é por aí, Senhoras e Senhores Deputados, não é trilhando esse caminho que vamos sair do pântano em que o capital financeiro e os seus representantes nas instâncias nacionais e europeias estão a afundar a economia regional e, lamento, mas tenho de o afirmar, é o caminho que V. Exas teimam em percorrer, chegados a esta encruzilhada optam, optam por se colocarem ao lado do poder dos oligopólios financeiros tornando-se assim, cúmplices ativos da destruição do adquirido autonómico e da esperança de um futuro melhor para as açorianas e açorianos.

Passam completamente ao lado e em claro o facto de estarmos a divergir da média do PIB *per capita* Europeu desde 2009 e até se erguem a bandeira dos 15 mil euros anuais por residente, o que para a grande fatia dos trabalhadores açorianos que recebem o salário mínimo ou pouco mais e que têm rendimentos de cerca de 7 mil euros é um verdadeiro insulto, o que demonstra que para este Governo o aprofundamento das desigualdades na distribuição dos rendimentos é uma inevitabilidade e não está, nem um pouco preocupado com a sociedade injusta que está a fomentar.

Vale ainda a pena referir-me, telegraficamente, à redução do investimento público, que atinge o seu ponto mais baixo, na altura mais crítica. O Governo

demonstra que, como os que o antecederam, continua a não perceber que esse investimento é que é o verdadeiro motor da economia regional.

Goste-se ou não, esta é a realidade. E não teremos nenhuma saída para a crise sem aceitarmos esta realidade.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começamos hoje aqui a discutir o Orçamento que Vítor Gaspar autorizou que discutíssemos. Apesar de não constar nas suas páginas ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termina já Sra. Presidente.

... o carimbo com o visto prévio do Ministério das Finanças, a verdade é que a insistência do Governo do PS Açores em defender o Memorando com que nos amarrou à Troika dificilmente deixará margem para decidirmos, livres, dos rumos que queremos para o nosso arquipélago. Este já não é o Plano, Orçamento e Orientações de Médio Prazo da Região Autónoma dos Açores, mas sim o Plano o Orçamento que o Governo PSD/CDS nos impôs e que o Governo Regional do PS, invertebrada e fielmente, defende.

Pelo nosso lado, pelo lado do PCP Açores, não abdicamos de lutar pelo nosso Povo, usando com coragem a Autonomia que PS, PSD e CDS nos querem negar. E, por isso, já apresentámos, tranquilamente, sem tabus ou taticazinhas parlamentares, o essencial das nossas propostas para o Plano e para o Orçamento. Propostas que apontam para uma política diferente e que são um contributo importante para o presente e para o futuro que queremos para os Açores.

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para terminar esta ronda inicial tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão a passar, assim como o resto do país, por uma crise económica e social de uma dimensão sem precedentes no contexto do sistema democrático

e autonómico fundado em 1976. Trata-se de um grave retrocesso nas condições de vida das populações. Trata-se do regresso da miséria, da fome e da injustiça social a uma escala há muito esquecida.

Regressaram os nossos piores pesadelos. As crianças a quem é negado o pão da justiça, os idosos a quem se recusa a dignidade dos últimos dias e os jovens a quem se retira o prazer da utopia.

Estes são tempos de injustiça. Estes são tempos de revolta e de cólera. Estes são tempos sem presente e sem futuro. Mas este é também o tempo do regresso necessário da política. Da política do combate à injustiça. Da política de criação de riqueza justamente distribuída por todos. Da política que cria a igualdade de oportunidades.

Trata-se de política. Trata-se de democracia. Trata-se de determinação e de vontade de vencer. Trata-se de salvar o futuro e de preservar o progresso e a justiça social duramente conquistadas pelos nossos pais e avós.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Refleti longamente a respeito da posição que deveria adotar no âmbito da discussão deste Plano e Orçamento. Compreendo quem apela à unidade nesta conjuntura tão difícil. Foi isso que fizeram as democracias na I Guerra Mundial e na década de trinta do século XX, quando tiveram de enfrentar conjunturas económicas, sociais e políticas tremendamente difíceis. Foi o tempo da união nacional sagrada e das grandes coligações parlamentares.

A História mostra que o descontentamento e indignação social foram, nessas circunstâncias, capitalizados por ideologias e movimentos de natureza antiparlamentar e antidemocrática. A aglutinação parlamentar ou o rotativismo governativo provocaram a emergência de fenómenos políticos extraparlamentares. É isso o que está a suceder novamente na Europa, através da ascensão de forças políticas anarquistas, como no caso da Itália, e do crescimento meteórico da extrema-direita e da extrema-esquerda, como sucedeu na Grécia.

Tudo isto me leva a concluir que é mais benéfico para a democracia o respeito pelos diferentes posicionamentos e programas votados pelos eleitores. Os partidos devem confluir em todas as matérias que os unem e manter a diversidade de soluções que os diferenciou perante os eleitores. Ainda assim, consideramos que o contexto da oposição política deve ser leal e de natureza construtiva.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM discorda deste Orçamento e deste Plano. Discorda, em primeiro lugar, porque ele tem um pecado original que não será esquecido pela História da Autonomia: este é o primeiro orçamento que é apreciado e votado neste Parlamento condicionado pela supervisão prévia de entidades do Estado central, em função do Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e o atual Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isso é extraordinário! Isso é falso!

O Orador: A democracia parlamentar assenta no princípio fundamental e inalienável da plena soberania do Parlamento sobre os orçamentos. Ora essa liberdade autonómica e parlamentar está, na nossa opinião, fortemente condicionada na atual situação.

Em segundo lugar, este orçamento é um dos mais fortemente dependentes da nossa História. As nossas receitas próprias representam apenas 40% do Orçamento Regional e apenas cobrem 80% das despesas de funcionamento. Tudo isto significa uma dependência absolutamente brutal face ao exterior. Nenhuma autonomia política do mundo sobreviveu, alguma vez, a uma tão grande dependência económica face ao exterior. Nunca, como neste Orçamento, a fragilidade e dependência da nossa Autonomia ficou tão esmagadoramente patente.

Em terceiro lugar, este Plano e Orçamento deixa muito visível a enorme dimensão do passivo orçamental que os anteriores governos regionais deixaram para a posteridade, devido à execução de empreendimentos megalómanos, não

pagos. Estou a falar dos dezanove milhões da SCUT`S dos Açores e dos dez milhões e meio da parceria público-privada do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira.

Nas próximas décadas, estes dois empreendimentos custarão à Região muito mais que o dinheiro orçamentado para as duas ilhas do Grupo Ocidental.

Deputado Francisco César (PS): Custaram 25 milhões de euros! O Sr. Deputado Duarte Freitas não referiu isso!

O Orador: Geograficamente continuaremos a ser ilhas, mas do ponto de vista orçamental seremos, durante muitos anos, pelo menos 11.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Em quarto lugar, considero que a forma como está desenhado o Plano e o Orçamento significa, no essencial, a continuação das mesmas políticas e estratégias que falharam ao longo dos últimos anos. Nada garante a diversificação da produção agrícola. Nada garante o aumento do valor acrescentado dos nossos produtos. Não se vê nenhuma estratégia diferente para os transportes. Não se percebe como vamos obter melhores resultados no âmbito da promoção turística.

Em quinto lugar, considero que as verbas atribuídas à área social são muito diminutas, algo que deixa antever alguma incompreensão do Governo Regional em relação à verdadeira dimensão das dificuldades que afetam uma parte significativa da nossa população. Neste contexto permanecem alguns equívocos ideológicos que não podem deixar de ser referenciados. Que sentido faz, para um governo de esquerda, a existência de um programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa na área social, pago com dinheiro público? Que sentido faz isto?

Finalmente, não posso deixar aqui de referir o quase total abandono a que a ilha do Corvo é votada neste Plano. A ilha sofre, neste Plano, um corte de 53% em relação às verbas consignadas em 2012.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nenhuma outra ilha sofreu uma redução percentual de tão grande dimensão. É caso para perguntar, o que fizemos para merecer uma tão grande discriminação e esquecimento?

Em síntese, tal como estão, o Plano e o Orçamento não reúnem as condições mínimas para evitar a reprovação por parte desta Representação Parlamentar. O PPM compromete-se, desde já, a apresentar um grande número de alterações a estes documentos, de forma a introduzir-lhes melhorias significativas.

Disse!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Vamos dar início ao debate. A mesa vai abrir as inscrições.

Está inscrito o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha primeira intervenção neste debate é apenas (respeitando o acordo que foi estabelecido em termos de intervenções) para lamentar profundamente a intervenção do Sr. Deputado António Marinho.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Eu não fiz uma intervenção, fiz uma interpelação à Mesa!

O Orador: Acho que o exercício que fez, nervoso e atabalhado, foi profundamente lamentável.

Está na altura de repor a verdade.

Sr. Deputado António Marinho, no *site* do PSD está as declarações do líder do PSD, Duarte Freitas, no passado domingo, no encerramento do Congresso da JSD, e cito: “ as receitas do IRS, que em 2012 caíram 43% nos Açores, contra os 17% no contexto nacional” – frase do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Isto é completamente falso!

A receita do IRS nos Açores caiu em 2012, de acordo com o relatório que referiu, 4%. Não 43%.

Deputado Francisco César (PS): Fala sem saber!

O Orador: Ou seja, o que o Sr. Deputado Duarte Freitas diz no Congresso da JSD e está no seu *site* é que esta é a prova que o Governo Socialista está a cavar ainda mais a austeridade nos Açores. O IRS nos Açores não caiu 43%, como disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, mas sim 4%, ou seja, muito menos que os 17% a nível nacional.

É essa a verdade que tem que ser reposta. Foi a isso que me referi na minha intervenção e a sua intervenção, Sr. Deputado António Marinho, foi lamentável e não foi a melhor maneira de iniciar um debate onde se fala em cooperação, rigor e verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O apelo que faço, Srs. Deputados António Marinho e Duarte Freitas, é que isto começou a correr mal, mas errar todos erramos.

Da nossa parte vamos esquecer esse erro e vamos voltar para que na prática este debate seja um debate que respeite as vossas palavras, mas para isso é preciso que as vossas atitudes correspondam àquilo que prometem.

O que aconteceu até agora foi que aquilo que fizeram, não foi aquilo que disseram neste debate.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é evidente, toda a gente percebe, não disse nem uma, nem duas, nem três vezes estes números. Em várias circunstâncias referi-os. Referi sempre em relação ao IVA e ao IRC.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está IRS no *site* do PSD!

Deputado Costa Pereira (PSD): Foi um erro! Uma troca entre um S e um C! E o Vice-Presidente do Governo levanta-se para falar de um erro no *site* no PSD!

O Orador: Acho que um bocadinho mais de honestidade intelectual poderia ajudar, porque penso que todas as pessoas que seguiram nos últimos dias as minhas intervenções, do lado do PSD, ouviram sempre falar de IVA e IRC.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é o que está aqui!

O Orador: Todos ouviram falar: os jornalistas, as pessoas, os próprios Deputados e Membros do Governo. Ouviram falar de IVA e IRC.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não ouvi!

O Orador: Se por acaso no *site* do PSD está IRS, os senhores sabem bem o que eu queria dizer e o que eu disse efetivamente foi IRC. Isso é evidente!

Se querem levar isto neste ponto, à gargalhada, em relação àquilo que se passa nos Açores, os senhores não se estão a rir do PSD, os senhores estão a comportar-se com alguma imaturidade perante o desastre dos desempregados que temos na rua, perante as pessoas que estão a sofrer, perante a fome que existe nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Se a resposta que os senhores têm para isso é o facto de no *site* do PSD estar IRS em vez de IRC, se é essa a vossa resposta, se é essa a vossa plataforma de contraditório em relação ao que se passa nos Açores e em relação à postura séria do PSD, os açorinos tirarão as suas conclusões.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Não temos culpa que o senhor não perceba as suas afirmações!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh minha Nossa Senhora!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje a discussão das Orientações de Médio Prazo 2013-2016, do Orçamento e do Plano Regional para 2013.

Tratam-se consabidamente de documentos previsionais do maior alcance, na medida em que concretizam e pormenorizam as grandes linhas estratégicas e as opções de fundo, vertidas e já aprovadas por esta Câmara aquando da discussão do Programa do Governo.

É certo que o Governo tem um apoio maioritário nesta Assembleia. Que conquistou de forma ampla e inequívoca, num processo político que consubstanciou verdadeiramente uma renovação com confiança, e no tempo difícil que nos é dado viver.

É também certo que o maior partido da oposição se apressou a proclamar a sua abstenção relativamente à proposta de Plano Anual que agora apreciamos, numa urgência de quem procura a pose respeitável e institucional, que sabe ter gravemente comprometida.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas face à abertura demonstrada pelo Partido Socialista, adentro aliás duma praxe democrática e parlamentar bem conhecida e de há muito exercitada, para acolher, de boa-fé e espírito aberto, as propostas que as diversas forças políticas entendam por bem carrear para o debate, e com idêntico espírito e valia, é razoável prever que, para além das estórias, a história deste debate ainda não esteja fechada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Antes de mais, porém, impõem-se algumas considerações acerca do conteúdo das propostas, aqui e em tempo, trazidas pelo Governo. E a primeira

nota a reter é que as mesmas consubstanciam os compromissos que o Partido Socialista e o Governo contratualizaram com os açorianos, e esta Casa ratificou. Compromissos de, antes de mais e em primeiro lugar, prosseguir com uma via açoriana para o desenvolvimento, que se concretiza em, sem pôr em causa o equilíbrio das finanças públicas, apostar na autonomia e dinamismo da sociedade civil, das pessoas, das empresas, das instituições, seja ao nível económico, seja ao nível da intervenção social. Que merecem e merecerão o enquadramento, a regulação e o apoio do Governo. Para que elas próprias possam ser agentes de desenvolvimento económico, mas também promotoras de emprego e coautoras de inserção social.

Essa aposta das entidades públicas em fomentar a iniciativa e o dinamismo dos privados e dos cidadãos alicerça-se na convicção de que esse apoio e essa regulação são necessários, e mesmo indispensáveis, em pequenas sociedades e mercados, que se defrontam inexoravelmente com variadas deseconomias, sobretudo na atual conjuntura e enquadramento nacionais, que não podem deixar de nos afetar sob múltiplas formas, desde o funcionamento dos serviços que dependem da Administração Central ao Turismo, passando por todo um conjunto de regulações que dependem competencialmente da República.

E é por isso que esta persistência em casar as iniciativas múltiplas da sociedade civil, com a presença de um enquadramento e regulação, visando o desenvolvimento e melhores patamares de inserção e equidade sociais, marca e consubstancia um caminho nosso, pré-anunciado aos açorianos no tempo devido.

Estamos convictos, aliás, de que esse é mesmo o caminho. Não ignorando, é certo – muito menos desvalorizando – a grave situação que o País enfrenta e a cujos múltiplos estilhaços não podemos ser suficientemente imunes.

Porque nós também partilhamos daquela catadupa de sentimentos que começa por assumir a forma de surpresa, que se transmuta em espanto, evolui célere para a angústia e derrapa perigosamente em revolta, que assalta todos os portugueses com exceção do Salvador – e presumivelmente de todos os pequenos aprendizes e candidatos a salvadores da sua rua – sempre que o turbo-

lento Ministro Gaspar se dirige ao país. E não é por Gaspar ser nome de gato, como verrosamente, gosta de lembrar Honório Novo.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social)

É mesmo por consabidamente sabermos, e até já termos provado, da danosidade extrema de tão alta família felina.

Inexoravelmente, fatalmente, sempre que os portugueses sabem, ou sequer desconfiam, que o Ministro Gaspar fala, a recessão dobra, o défice piora, a dívida pública aumenta, o desemprego dispara, e também os impostos, e também os cortes, e também as medidas de austeridade

Efetivamente, e em comparação, o famigerado PEC IV era um doce. Mas foi a conveniente desculpa para a Direita portuguesa, com o apoio de alguns peculiares e úteis “compagnons de route”, todos com a bênção de Belém, se alçapremarem ao Poder.

Não, não foi o Acordo com a Troika o pecado original. Pois o mesmo já foi tantas vezes revisto, tantas vezes ou mais do que as promessas eleitorais do PSD em 2011. Trata-se antes, e é cada vez mais despudoradamente perceptível, de uma aliança negra entre impreparação, incompetência e a firme e deliberada vontade de impor um programa político, que o eloquente projeto de revisão constitucional de Passos Coelho, já anunciava o que viria, quando viesse.

Convém, contudo, e por maioria de razão, não esquecer, que o mesmo programa assume contornos, dir-se-ia mesmo interesses específicos, no que toca às Autonomias. É que, para além do pacote geral, também vamos, infelizmente, sentindo os bónus particulares e direcionados, nomeadamente o sufoco financeiro da Universidade dos Açores, as ganas de extinção da rádio e televisão públicas dos Açores, pré-anunciadas por diligentes cortesãos, por vezes embrulhadas na falsa respeitabilidade de pretensos estudos que proclamam a morte, por suposta extemporaneidade, do conceito de serviço

público regional, bem como a quase indigência de meios das Forças Armadas e das Forças de Segurança sediadas na Região.

Senhoras e Senhores Deputados:

Não tenhamos dúvidas nem ilusões. As épocas de crise sempre foram objetivamente uma boa oportunidade para os centralistas, de todas as matizes e de todos os tempos. Como se vê pela gravura em anexo. Cabe porém a nós, a todos nós, resistir neste tempo decisivo. Porque nunca entregaremos os princípios da Autonomia na Casa de penhores da austeridade. Assim também é urgente que façamos a propósito da revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e da assumida intenção da maioria em Lisboa de reduzir o leque de diferencial fiscal, pois a nossa opção clara é a de continuar a abdicar de uma receita que sempre seria nossa, em favor das famílias e das empresas açorianas. É que a autonomia tem que implicar diferenças e discriminações positivas bastantes, tais como as que conquistámos em matéria fiscal.

Também ao nível da construção europeia, é certo e reconhecido que enfrentamos uma profunda crise e impasse europeus. De há muito que o reconhecemos, ao contrário daqueles que só a lobrigaram, com espanto e estrondo, quando chegaram ao Governo da República. A Europa tem de redescobrir com urgência o cunho social que é parte integrante da sua matriz fundadora. E a União Monetária precisa de ser acompanhada por uma forte harmonização ao nível dos instrumentos de política económica, para além da fiscalidade e da moeda. Mais uma vez, a solução não passará nem pelos egoísmos nacionais nem pela aplicação requeitada de velhas receitas que menosprezam o primado da política e do social.

Como Europeus do atlântico, esta questão também é naturalmente nossa, e a ela queremos e devemos dar o nosso contributo. Porque a resolução do problema europeu não pode passar pela regressão nos níveis dos patamares de progresso e de bem-estar, que consubstanciam valores que terão de perdurar na sua essencialidade, pese embora a necessidade da sua adaptação evolutiva a novas formas e novos paradigmas. Vencer os desafios e as novas complexidades emergentes de um mundo globalizado terá de passar e conduzir a novas e

criativas soluções, também elas universais, de mais democracia e mais equidade.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Orientações de Médio Prazo 2013-2016, que concretizam e corporizam os grandes objetivos para esta Legislatura, consubstanciam algumas ideias-força, que cumpre relevar. Desde logo, e sempre, defender a Autonomia. Já vimos que se trata de uma tarefa ingente e urgente, face aos tempos e aos modos que atravessamos.

São precisas ideias claras e firmes. Posições consequentes. E ações concretas, inequívocas e portadoras de sentido e resultado. Não chega fazer que se renega, nas alturas convenientes, os companheiros de Lisboa e a sua política. Para logo de seguida, convidá-los para as festas de família, dando-lhes o palco para atuarem livremente como estrelas negras, e pagando o *cachet* com efusivos abraços. Porque há críticas de circunstância que são apenas uma outra e lassa forma de abstenção.

Ao nível da estratégia económica privilegia-se designadamente, depois de um necessário período de aposta na infraestruturação, e a par das atividades económicas de base tradicional, o Turismo, a exploração do Mar, a valorização dos resíduos, as energias renováveis.

Em termos sociais, prevêem-se múltiplas respostas, quer aos clássicos problemas, quer aos novos, com o contínuo desenvolvimento dos serviços e apoio social, bem como ao nível dos equipamentos. A criação de emprego e a aposta no desenvolvimento empresarial, bem como a diversificação da economia são também assim elementos indissociáveis duma aposta no capital humano, harmonizada com a proteção e valorização dos recursos naturais.

Por isso mesmo, a proposta de Plano para 2013, que potencia um investimento global de 652,1 ME, dedica mais de metade desse esforço de investimento ao aumento da competitividade e à empregabilidade da economia regional.

A metade restante é repartida entre a promoção da qualificação e da inclusão social e o aumento da coesão territorial e da sustentabilidade, merecendo ainda

adequado investimento a afirmação da identidade regional e a promoção da cooperação externa.

Por sua vez, a proposta de orçamento da Região para o corrente ano, num total de 1396,1 ME, com cerca de 45% de receitas próprias, inova, ao consagrar a aplicação de uma redução às taxas nacionais de IRS de 30% para os rendimentos coletáveis correspondentes ao 1º escalão, mantendo a redução de 20% para os restantes escalões. Trata-se, naturalmente, de uma importante medida de carácter social que, do mesmo passo, reafirma oportunamente a nossa competência autonómica em matéria fiscal, dentro dos atuais limites, que tão arduamente conquistámos.

As medidas de discriminação positiva interna merecem igualmente consagração no artº 27º da proposta de orçamento que ora analisamos, para os investimentos nas ilhas do Corvo, Flores, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Santa Maria.

Também ao nível social, seguindo a nossa via, a presente proposta de orçamento atualiza em 3% os valores do Complemento Regional de Pensão. É pouco – dirão alguns. Sobretudo aqueles que em 1993 revogaram o então designado subsídio de insularidade, e não, ao que se saiba, por razões de austeridade ou de crise europeia e nacional, mas por pura revanche política e visceral oposição à medida.

Também gostaríamos que fosse possível, nesta como noutras medidas de apoio social, irmos ainda mais longe. Mas será sempre injusto e demagógico não reconhecer o esforço orçamental e a clara opção política que a manutenção e aumento dum conjunto de medidas de âmbito social significa nesta conjuntura.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos ora em debate traduzem naturalmente um rol de opções com vista a efetivar aquilo que são os compromissos eleitorais do Partido Socialista e o Programa do Governo, ambos sufragados, a seu tempo e pelo modo político-institucional adequado, pelo Povo Açoriano. Essa coerência e esse firme propósito foram e estão claramente demonstrados.

É certo que os mesmos não deixam de refletir, de ser condicionados, mas sobretudo também de tentar condicionar, o tempo que atravessamos, as suas dificuldades e os seus desafios. Eles evidenciam um caminho próprio. Uma opção e uma confiança na sociedade civil, nas suas empresas, nas suas associações, e nos cidadãos em geral. Que devem ser apoiados na sua liberdade de agir, e alguns mesmo para que possam interagir e desfrutar da liberdade com dignidade.

Porque descomplexadamente entendemos que desenvolvimento económico adequadamente regulado é um fator essencial para o incremento e a coesão sociais, que devem continuar a merecer, sobretudo neste tempo, um apoio, uma prioridade e uma opção vitais. Este é, repito, o caminho. Este é o nosso caminho. Que uma prudente gestão das finanças públicas, e o exercício orgulhoso das conquistas autonómicas permitem. Sabemos que ao longo deste debate muitos vão compungidamente dizer que queriam mais. Outros mesmo alguns que queriam tudo, como aliás, há bem pouco tempo, em vão, tudo prometeram. Lembrarão, é certo, D. Pedro I do Brasil, que foi Imperador Absolutista. E não mais se reencontrou com D. Pedro IV de Portugal, que havia sido Liberal. Apesar de serem uma e a mesma pessoa...

Também por cá, há alguma gente que se transmuta quando tem de atravessar o Mar!

Estas propostas, Senhoras e Senhores Deputados, são um sinal claro e encarnam uma vontade firme. São um sinal de esperança e teimosia democráticas, para lá e para além das agruras presentes. Da ambição inquebrantável de fazer com que, por entre as nuvens negras da tempestade neoliberal, assoma, atrevido e vitorioso, um raiozinho de socialismo atlântico.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas e 20 minutos.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 29 minutos.

Antes do intervalo terminámos com a intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores atravessam a fase mais dramática da sua Autonomia.

Os Açorianos confrontam-se com uma violenta crise económica, social e financeira. Vivem um tempo de preocupação sem precedentes.

As famílias e empresas açorianas nunca tinham vivido um período de tão grandes dificuldades desde que os Açores conquistaram a possibilidade de se auto-governarem.

É irrelevante neste momento atribuir culpas pela catastrófica situação que se encontra criada. Naturalmente que elas existem. O que é imprescindível, contudo, é que se determinem as suas causas.

Não as reconhecer, em toda a sua plenitude, é o primeiro passo para que não se definam soluções adequadas à resolução dos problemas.

Recusar encontrar todas as origens da crise intensa que se vive atualmente na Região é não querer definir medidas consequentes, que possam aliviar o sofrimento profundo em que se encontra uma grande parte do povo açoriano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que entre as causas da degradação a que se assiste nos Açores se encontra a conjuntura internacional extremamente adversa que se vive há vários anos.

É francamente responsável pela forte redução dos padrões de qualidade de vida dos Açorianos. Tem contribuído de forma substancial para o marasmo em que caiu a atividade económica nos Açores. São gravíssimas as consequências que reverteram para a deficiente prestação da atividade empresarial, levando ao encerramento de numerosas empresas.

Pode igualmente afirmar-se que a política de austeridade nacional, a que foi necessário recorrer devido à situação de quase bancarrota a que José Sócrates conduziu Portugal, tem também uma quota-parte significativa das responsabilidades.

Temos a certeza de que não é de bom grado que o Governo da República a está a aplicar. Certamente ninguém o faria.

Mas é essencial para repor a credibilidade do país e para encaminhar as finanças públicas nacionais para terrenos saudáveis.

Provavelmente, tem sido demasiado incisiva. Tem sacrificado severamente a economia para responder às exigências das entidades que acudiram ao pedido de ajuda que lhes foi dirigido pelo governo de Sócrates.

Talvez fosse agora tempo de amaciar o programa a que Portugal então se comprometeu, mas as organizações que compõem a chamada Troika ainda não se mostraram sensíveis para o efeito. Na verdade, tem sido especialmente duro para as classes de menores rendimentos e tem acentuado o empobrecimento da classe média.

Os seus efeitos estenderam-se plenamente à Região. Existem riscos acrescidos, caso venha a ser aprovada a intolerável redução do diferencial fiscal prevista na alteração à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, em discussão no parlamento nacional. Se assim acontecer, o Governo Regional beneficiará com o acréscimo consequente das receitas fiscais, mas tal acontecerá à custa dos Açorianos, que serão duplamente penalizados, com mais impostos a recaírem sobre aqueles a que já foram sujeitos no passado recente.

Ninguém de bom senso poderá refutar a existência dessas causas, nacionais ou internacionais. Não as relevar, e negar a sua responsabilidade, seria entrar de forma descarada no reino da fantasia.

Mas descaramento e fantasia são também características de quem tem estado a fingir que mete a cabeça na areia, fazendo o papel de avestruz. De quem tem pretendido circunscrever as causas da crise nos Açores ao exterior, negando qualquer responsabilidade com epicentro açoriano.

Em determinadas alturas bem escolhidas, designadamente nos idos de 2008, alguns tentaram colocar os Açores como economia indemne aos males vindos de fora. A Região, no entanto e como facilmente se previa, foi assolada por essas “tempestades” com origem nos Estados Unidos, no centro da Europa ou no continente português.

Os mesmos que antes negavam essa influência, são agora, curiosamente, os que se constituem como arautos da mensagem de que foi transportada em frentes constituídas muito longe dos Açores e de que os ventos regionais não sopraram em desfavor dos Açorianos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As desculpas e a virtualização do discurso é, no entanto, sol de pouca dura. Os factos encarregam-se de desmentir quem atira para longe a exclusividade das causas e se demite de procurar algumas aqui bem mais perto. Aqui mesmo, nas ilhas açorianas. Causas com origem no poder regional e nas suas opções de política económica.

Senão, o que dizer do facto de o desemprego atingir um quarto dos lares açorianos, número dramático a que se chegou no final de 2012, sabendo-se que os Açores protagonizaram o maior crescimento nesse domínio entre todas as regiões do país? É uma verdadeira situação de emergência a que se vive na Região. Cerca de 20 mil Açorianos encontram-se desempregados, um enorme flagelo que atingiu o valor incomparavelmente mais elevado em todo o período autonómico.

E o que dizer do comportamento dos dois principais sectores responsáveis pelo aumento do desemprego? Construção e turismo estão em trajetória de queda desde 2006. Não a partir de 2009, quando os sintomas de crise internacional se tornaram por demais evidentes. Não desde 2011, quando a política de austeridade nacional se tornou no travão que hoje produz efeitos de forma violenta.

E o que pode concluir-se do facto de a redução das receitas de impostos a nível nacional, onde se vive a situação crítica que todos conhecemos, ter sido menos gravosa do que a ocorrida a nível regional?

Deputado Francisco César (PS): Está à vista!

O Orador: O IVA, por exemplo, baixou receitas em 2% a nível nacional em 2012. Nos Açores, a quebra foi de 14.4%.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade, Sr. Deputado! Não é verdade!

O Orador: As do IRC, em termos nacionais, caíram 17.3%. Na Região desceram, nada mais, nada menos, do que 42.5%, como aliás comprova pela síntese da execução orçamental, há pouco, entregue ao Sr. Vice-Presidente e também no que diz respeito aos Açores, no Boletim de Execução Orçamental, da Vice-Presidência do Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade! Isso não é para si, Sr. Deputado!

O Orador: Mesmo tendo em conta a situação gravíssima que se vive no país, o travão económico foi incomparavelmente mais forte nos Açores.

Finalmente, o que concluir dos atrasos recorrentes, e de montantes apreciáveis, dos pagamentos do Governo Regional e do Sector Público Empresarial Regional a fornecedores. Atrasos finalmente reconhecidos por quem os tem desvalorizado ou omitido e cuja regularização poderia ser uma lufada de ar fresco importante no contexto difícil que vivem as empresas regionais.

As desculpas ou as justificações arrevesadas de nada servem. Não é possível disfarçar mais.

É caricato atirar a responsabilidade integral da crise açoriana para 4,500, 2,800 ou 1,500 km de distância. Ela reside também no espaço insular açoriano. E se dúvidas houvesse, os números oficiais encarregam-se de as desmentir.

E os números valem apenas isso mesmo. São meros números. Frios, como sempre. Mas são, infelizmente, a expressão e a demonstração dos problemas que assustam e condicionam a vida das pessoas.

E as pessoas são aquelas para quem fazemos política.

Trabalhamos para que as empresas açorianas vivam em ambiente favorável à sua atividade.

Atuamos para que as famílias açorianas tenham bons níveis de bem-estar.

Definitivamente, devem ser reconhecidos todos, mas todos, os factos.

Devem ser avaliadas todas, mas todas, as causas.

E que da constatação dos factos e da análise das causas se possam construir boas soluções.

E que dessa atitude se consiga atingir aquilo que é urgente: recuperar a esperança dos Açorianos.

É esse o nosso dever.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É neste contexto que estão em debate o Plano e Orçamento para 2013, bem como as Orientações de Médio Prazo para 2013-2016. Neles se encontram vertidas as opções de quem governa. Esperamos que venham a contar também com contributos da oposição.

O recuo da economia e da sociedade açorianas não tem, efetivamente, precedentes.

Face à situação de turbulência que se vive na Região, não é aceitável que os responsáveis políticos açorianos adotem uma postura de confronto, e muito menos de irresponsabilidade, no debate político-partidário.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É tempo de soluções conjuntas. De medidas que revertam positivamente para a recuperação dos níveis perdidos de qualidade de vida das pessoas e para o restabelecimento da saúde empresarial.

Não é tempo de guerrilha. É tempo de colaboração, de cooperação e de encontro de caminhos adequados para soluções consensuais.

É tempo de preocupação. É tempo de assumir plataformas de compromisso. É tempo de olhar apenas para os problemas das famílias e das empresas açorianas. O PSD/Açores, por isso mesmo, disponibilizou-se desde o início da legislatura para dar o seu contributo. Apoiando, melhorando e propondo medidas e programas favoráveis aos Açorianos.

Seguindo o mesmo princípio, o PSD/Açores entendeu, responsabilmente, que devia abster-se na votação do Plano e Orçamento para 2013. Já o comunicou em tempo oportuno. Sem exigir contrapartidas.

Deputado José San-Bento (PS): Então não o fizeram!

O Orador: Apenas queremos zelar pelos Açorianos. Pelos seus interesses.

Não será pelo PSD/Açores que existirá qualquer obstáculo às medidas que o Governo Regional pretenda implementar.

O PSD/Açores não será entrave para os sucessos, nem desculpa para os insucessos.

Esperemos que da parte de quem suporta o governo exista a mesma atitude. Basta recordar a abertura e a disponibilidade que o Presidente do Governo assinalou no seu discurso de tomada de posse.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esperemos que esta seja uma semana de debate sério e produtivo. Sem cedências a jogos palavrosos e à ligeireza. Infelizmente, alguns sinais nesse sentido foram já dados. Temos, no entanto, a esperança de que tenham sido meros e irrefletidos episódios.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é um tempo de responsabilidade.

A política nunca pode ser considerada como um brinquedo. E muito menos agora.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A política é um exercício de seriedade. É uma nobre atividade, que apenas pode ter como desígnio a defesa dos interesses dos cidadãos que nos elegem e a construção de boas soluções que possam melhorar a sua qualidade de vida.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nesta altura crucial do ano político, em que debatemos os documentos fundamentais para ação do Governo Regional, temos que ter em mente que estamos a decidir o futuro dos Açorianos.

São grandes, mesmo muito grandes, as nossas responsabilidades. Que todos saibam estar à altura dos compromissos que assumiram perante o povo açoriano.

Com temos dito repetidamente, os Açores não precisam de desculpas. Os Açorianos precisam mesmo é de soluções. Urgentes, como todos sabemos.

A via das desculpas não gera resultados. É a política de braços caídos.

A única via para que os Açores saiam da grave situação em que se encontram é a via das soluções.

É o que os Açorianos esperam de nós.

Vamos todos trabalhar nesse sentido.

Os Açorianos, como sempre, sabem que podem contar com o PSD/Açores!

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Francisco César.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é possível analisar, com o rigor e honestidade intelectual a que estamos obrigados, as propostas de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013 sem atender ao contexto e às circunstâncias em que o País se encontra. Não ter em consideração a conjuntura nacional e o contexto macroeconómico internacional, num momento em que se pondera o nosso presente e o nosso futuro, corresponderia a um exercício incompetente comprometedor da perceção adequada sobre o que podemos e devemos fazer.

Vivemos momentos históricos. A Europa – como nosso espaço político – atravessa uma perigosa encruzilhada. O País – como nossa economia de referência – vive um dos piores ciclos económicos e sociais desde há largas dezenas de anos. Portugal vive, aliás, pela primeira vez, um ciclo de empobrecimento deliberado, por opção política e ideológica de um Governo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nos últimos dias tivemos uma prova no país que o caminho que tem sido seguido não nos trouxe um único benefício, antes pelo contrário, fez-nos regredir em mais de 10 anos.

Depois dos enormes sacrifícios impostos aos contribuintes nos últimos 18 meses e após o maior ataque à classe média de que há memória, depois do discurso radical e **salvífico** de que era necessário ir além da Troika, a verdade é que a receita da austeridade radical falhou completamente, a economia soçobrou e a sociedade empobreceu e desestruturou-se.

A dívida pública já só ficará abaixo dos 120% do PIB em 2016 quando antes era em 2015; o défice orçamental será mais alto do que o previsto em 2013, 2014 e 2015; o défice de 2012 voltou a falhar, passando de 5% do PIB, para pelo menos 6,6%, quando a primeira previsão era de 4,5%; a recessão

económica este ano aumentará o seu impacto de 1% do PIB para pelo menos 2,3%; e o desemprego, segundo o Ministro das Finanças, em 2014, deverá passar de 15,9% para 18,5 podendo inclusive derrapar para os 19%.

É, pois este o cenário medonho em que o País está mergulhado. Com a economia a colapsar e na iminência de uma perigosa rutura social.

Os resultados, infelizmente, estão à vista!

Apesar dos múltiplos avisos de especialistas nacionais e internacionais, o Governo da República optou por seguir o rumo que Churchill um dia descreveu:

"O orgulhoso prefere perder-se a perguntar qual é o seu caminho."

Da política do governo PSD/PP, o saldo é um fracasso.

Do *deficit* à recessão.

Da dívida ao desemprego.

Contaminando negativamente todos os sectores:

- todos os estratos sociais, incluindo as classes médias.

- todo o país, incluindo a nossa terra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O governo do país só pensa em cortes e não concretiza medidas em concertação com os parceiros sociais e com o sector financeiro, para um programa de crescimento e competitividade económica e para um contrato de financiamento do investimento privado e das empresas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem consciência que está na ALRAA?!

O Orador: O orçamento regional continua a ser prejudicado pelo governo central PSD/PP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS-PP!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem consciência que está na ALRAA a discutir o Plano e o Orçamento dos Açores?!

O Orador: ... e os açorianos continuam a pagar o *deficit* orçamental do país e a sofrer pela dívida nacional incontrolada quando a dívida pública regional representa apenas 19% do nosso PIB.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É perante um cenário macroeconómico muito restritivo e com um elevado grau de incerteza para os próximos anos, que o XI Governo dos Açores, e a maioria parlamentar do PS que o apoia, apresentam as Orientações de Médio Prazo 2013-2016, o Plano e Orçamento para 2013 à consideração desta Assembleia, reafirmando que há outro caminho que pode e deve ser prosseguido para minorar e atenuar os efeitos das condições externas na economia açoriana.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Esta Via Açoriana de proteção do nosso desenvolvimento não é um caminho isento de obstáculos e de algumas dificuldades!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é austeridade à austeridade!

O Orador: Nem tão pouco permitirá evitar que a crise que veio de fora não nos afete de forma sentida pelas pessoas e pelos nossos agentes económicos! A nossa ambição é assegurar que isso, acontecendo, nos prejudique o menos possível.

Conhecemos bem a situação na Região e sabemos que, infelizmente, há pessoas e empresas em dificuldades.

Apesar de tudo isso, os Açores têm hoje a segunda menor taxa de desemprego do país. Temos 16.2%, que compara com os 16.9% de média nacional ou os 19.7% da Região Autónoma da Madeira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso à volta! Gente a passar fome!

O Orador: Há um ano a Região era a segunda taxa mais elevada do PAÍS!

Hoje, é a segunda mais baixa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A maior da autonomia!

O Orador: Mas nós não nos conformamos!

Sabemos das dificuldades por que passam as famílias atingidas pelo flagelo do desemprego.

Sabemos das dificuldades porque passam dezenas e dezenas de pessoas em satisfazerem os seus compromissos mais básicos devido à descida dos seus rendimentos.

Nós não esquecemos das nossas pequenas e médias empresas atingidas pela descida do consumo interno e pelas dificuldades de acesso ao crédito, bem como pela excessiva carga fiscal que compromete a sua tesouraria.

Não vivemos numa região das maravilhas, sem contrariedades e dificuldades!

Mas, recusamos seguir o exemplo do Governo nacional.

O caminho nas nossas ilhas é continuar, aperfeiçoar e acentuar a **agenda açoriana para a competitividade e o emprego.**

A crise chegou de fora e os ventos da mudança terão que ser soprados também de lá, bem o sabemos ...

Mas, nos Açores, temos opções políticas diferentes. Nenhum Governo, em parte alguma do mundo, consegue resolver todos os problemas.

Mas há claras e objetivas diferenças entre ter um Governo que procura atenuar os efeitos da crise através de medidas anticíclicas e um Governo que, por outro lado, prefere acentuar a recessão, cortando nos rendimentos, estrangulando o consumo interno e provocando um séria e perigoso abalo na já de si fragilizada coesão social.

Em tempos de austeridade os portugueses e os açorianos sabem que há uma diferença IMENSA entre serem governados pelo PS ou pelo PSD!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, sabem, sabem!

O Orador: Nos Açores, ao contrário do que acontece no resto do país, esforçámo-nos o máximo que podemos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Essa parte é muito importante!

O Orador: ... para proteger famílias e empresas mais prejudicadas. Estamos a investir muitos milhões para ajudar desempregados, famílias pobres e empresas em perda.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não diga isso, Sr. Deputado!

O Orador: Diariamente, prestamos apoio às vítimas do desemprego.

Diariamente, trabalhamos com dezenas de empresas, promovendo a sua reestruturação e tentando assegurar a sua viabilidade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há quantos anos o PS é governo na Região!

O Orador: Diariamente, o Governo dos Açores, com muito esforço, apesar da diminuição das receitas e das dívidas do Governo da República à Região, vai cumprindo os seus compromissos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este gajo tem uma lata!

O Orador: Sempre que é preciso, o Governo está presente compensando quem necessita, como está a acontecer, por exemplo, com as famílias e os empresários mais uma vez e infelizmente atingidos por catástrofes naturais nos Açores.

Sabemos que mesmo assim, apesar das medidas que tomamos, o desemprego, induzido pela situação nacional, pode continuar a subir.

Mas nós não nos conformamos nem o aceitaremos como uma inevitabilidade!

Governaremos para o evitar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esperamos que tenham sucesso!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional revelou atributos essenciais na gestão de crises: liderança política, consciência da realidade social e económica, sensibilidade social e capacidade de iniciativa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Apesar das condicionantes externas, e fazendo a parte que lhe compete no sentido de fazer os Açores ultrapassar a crise económica e social a que está sujeito, em 43 dias de ação, o Governo dos Açores apresentou uma Agenda para Competitividade e Emprego com 60 Medidas que estão projetadas, tendo em conta a sua calendarização de execução, nestes três documentos em discussão neste Parlamento.

Para atingirmos a sustentabilidade da economia açoriana temos de Aumentar a NOSSA Competitividade e a Empregabilidade.

Primeiramente, tendo em vista ATENUAR os efeitos adversos da conjuntura económica e financeira, é fundamental assegurar que mecanismos essenciais para o funcionamento da economia açoriana, como o consumo interno e o

crédito bancário, não continuem paralisados pelos efeitos da crise na banca, no emprego e no rendimento.

O apoio às famílias e às empresas, no primeiro caso com a manutenção e reforço do “Estado Social”, e no segundo caso com a promoção de programas de apoio à manutenção de postos de trabalho e linhas de crédito especializadas em reestruturação de crédito bancário e de injeção de liquidez, são, portanto, essenciais para minorarmos alguns dos efeitos recessivos das políticas de austeridade vindas de fora.

O objetivo de reorganização sustentada do nosso sector produtivo e de serviços tendo em vista a melhoria da nossa balança comercial é um objetivo estrutural assumido e consubstanciado no Plano Regional de Investimentos.

Toda a lógica de fomento ao crescimento económico, como foi salientado na discussão do programa de Governo em novembro passado, todo o esforço público nesta área, está assente em quatro premissas base:

- **A substituição de importações sem protecionismo;**
- O aumento do valor da nossa produção transacionável;
- E o suporte do atual tecido produtivo regional durante o período de ajustamento estrutural.

Para tal, este Plano de Investimentos reforça a sua ação no incentivo às empresas açorianas existentes e outras, novas, que surjam, a incorporarem maior valor acrescentado nos seus produtos, quer através da diminuição dos custos de produção e de financiamento, quer através da diferenciação dos seus produtos nos mercados alvo.

Contudo, não haja ilusões. Vivemos uma época crítica. Uma época que convoca a máxima responsabilidade e exige de todos os agentes políticos e parceiros sociais, uma atitude construtiva, séria e pedagógica.

O reforço da competitividade, com efeitos reais na nossa balança comercial, só será possível com um esforço considerável das entidades públicas e privadas no aumento da Investigação e Desenvolvimento em contexto empresarial, em parceria com a Universidade dos Açores, na redução dos custos de contexto, no

combate à burocracia, na promoção da Marca Açores, nos incentivos públicos ao investimento privado e na diversificação de fontes de financiamento.

Neste sentido, o aproveitamento integral do novo Quadro Comunitário de Apoio – 2014-2020 afigura-se essencial para a promoção da investigação empresarial. De igual modo, o contrato entre a Região e a Universidade dos Açores para a criação de emprego e para o crescimento económico é fundamental para garantir a qualificação profissional dos nossos ativos.

Precisamos igualmente de garantir novos impulsos à dinâmica da nossa economia. Assim, afigura-se essencial avançar no apoio às empresas através da criação, já anunciada, do Balcão da Empresa e do estabelecimento de uma Via Verde para as Exportações.

Para além disso, é crucial garantir tarifas competitivas para exportações por via aérea e marítima e promover o apoio ao transporte direto para mercados alvos.

O empreendedorismo e a captação de financiamento alternativo, como o capital de risco e o investimento externo, são igualmente outras das prioridades do Governo dos Açores para os próximos quatro anos.

A redução de custos de contexto, numa região ultraperiférica, é essencial para garantir a competitividade das nossas empresas. É, pois, essencial redobrar os nossos esforços na racionalização dos consumos energéticos, de eletricidade e de combustíveis de origem fóssil.

Já somos uma Região de referência em termos de Economia Verde. Mas este é um esforço que devemos continuar.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Termino salientando que os desafios que hoje enfrentamos constituem um enorme empreendimento para todos nós, que não pode nem deve ser encarado com ânimo leve.

Não se trata apenas de um problema económico ou financeiro.

É a própria coesão intergeracional que está em causa.

No fundo, é também a essência da democracia.

Tal desígnio não se compatibiliza com o sacrifício improdutivo e insensível imposto pelo Governo da República, mas também não se coaduna com a cultura de irresponsabilidade, os facilitismos, o populismo e a demagogia.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O recurso a esses expedientes pode despertar simpatias e atenções mas não resolve problema algum.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diga isso ao Sr. Vice-Presidente!

O Orador: E, a nossa obrigação é, justamente, resolver os problemas!

Apelamos, por isso, ao sentido de responsabilidade. Não temos que estar de acordo em tudo. Mas todos estamos obrigados a defender os Açores, muito para além das palavras de circunstância.

Exige-se, a todos, capacidade para manter a esperança. Como dizia Churchill, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez?

O Orador: *Sejamos ou não crentes, o que é ruim é tirar a esperança ...*

Trabalhemos, pois, a favor da esperança!

Disse

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Dava, apenas, a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para informar dos tempos ainda disponíveis.

Secretário: Governo Regional tem 210 minutos e 20 segundos; PS, 215 minutos;

PSD, 143 minutos e 45 segundos;

Todos os outros têm o seu tempo normal.

Presidente: Um bom almoço a todos.

Agradecia aos líderes que se aproximassem da mesa, se fazem favor.

Eram 13 horas e 02 minutos

Presidente: Muito boa tarde Srs. Deputados.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 08 minutos

Antes do intervalo para o almoço estive na tribuna o Deputado Francisco César com uma intervenção.

Pergunto se há inscrições para essa intervenção.

Não havendo tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No início da legislatura, aquando da apreciação do Programa do Governo, lançámos o alerta, ao Governo e ao partido que o sustenta, para a necessária e exigível atenção para com a questão da Coesão Regional.

As diferenças entre as ilhas acentuam-se a cada dia que passa. Com a particular circunstância de mesmo as ilhas com mais condição para o crescimento e desenvolvimento económico estarem a atravessar a maior crise da democracia autonómica, o que nos leva imediatamente a constatar que essa mesma crise se abate de um modo avassalador sobre as perspectivas de futuro das ilhas da coesão.

As ilhas da coesão!!!

Um conceito da retórica socialista em que as ilhas menos desenvolvidas, ou com mais dificuldades, iriam aproximar-se, num novo paradigma de desenvolvimento harmonioso.

Era, assim, como que, um desenvolvimento harmonioso empurrado pela coesão.

Mas que resultados se conhecem desta coesão?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o último lugar da tabela!

O Orador: Se pensarmos na questão da população, que tem, no entendimento do Plano que agora apreciamos, uma evolução positiva, percebemos logo o alheamento do Governo perante o desaparecimento de pessoas das ilhas, a sua concentração em dois ou três concelhos dos Açores, o envelhecimento da população na maioria das ilhas, e o ampliar das diferenças entre as ilhas mais populosas e as da coesão, mesmo, recorde-se, num tempo de crise social que atinge toda a região em dimensões que só o Governo não quis ver.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano Anual para 2013, do Governo Regional desta XI^a Legislatura, reserva para as ilhas da coesão uma dose de austeridade de tal forma contrária ao discurso político do próprio Governo e do Partido Socialista, que não podemos deixar de o assinalar.

A austeridade é vista como inimiga do crescimento económico e da criação de emprego. Mas o plano de investimentos para as ilhas da coesão sofre um desinvestimento de 23%!!! 10 % acima do desinvestimento público para o ano de 2013.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não percebe nada de coesão!

O Orador: O Governo Regional soma à austeridade da Troika a sua própria austeridade!

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto sucede precisamente nas ilhas que mais dependem de investimento público, tal é a fragilidade do seu tecido económico.

Ilhas que perderam nos últimos 10 anos população, e que se tornaram mais frágeis perante uma crise que este Governo sempre preferiu desvalorizar, ignorando os inúmeros avisos para enfrentar essa mesma crise que entrava em força nos Açores com consequências que infelizmente tendem a piorar.

Mas os senhores sempre preferiram dizer que tínhamos a almofada socialista da boa governação.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O isolamento e a desertificação das ilhas da coesão sofrem mais um rude golpe com o abandono por parte do Governo dos compromissos que assumiu em campanha eleitoral.

Projetos que eram emblemáticos para o desenvolvimento e coesão dos Açores são constantemente adiados de legislatura em legislatura, e o Plano do Governo para 2013 arrisca-se a marcar a transformação de uma crise social, numa verdadeira crise da autonomia.

Uma autonomia a 9 velocidades, com a coesão em rutura, e contrariando os pergaminhos de solidariedade e açorianidade do povo dos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores entende que atravessamos uma dramática crise social.

Com a humildade política de quem não pode determinar o caminho a seguir pela estratégia que a maioria absoluta do Partido Socialista impõe, não deixaremos de afirmar que o desenvolvimento dos Açores não se faz sem a coesão económica, social e territorial entre todas as ilhas.

A nossa preocupação com este modelo de desenvolvimento assumido envergonhadamente pelo Partido Socialista em que se impõe mais austeridade aos mais fracos, aos que têm menos meios para enfrentar as adversidades, ...

Deputado Francisco César (PS): Como? Eu não percebi bem!

O Orador: ... torna-se ainda maior quando o Governo passa o tempo a dizer que consigo está tudo bem!

Mas é o Governo que tem de Governar! E não pode deixar de assumir as consequências das suas opções passando o tempo a percorrer uma Via Açoriana das Desculpas.

Era bom que percebessem que ganharam as eleições em quase todas as ilhas dos Açores há já quase seis meses e que os quatro anos de legislatura não podem servir de desculpa para os compromissos que agora enjeitam.

A questão não pode ser do tempo que ainda vos falta até ao final da legislatura, mas sim o tempo que já perderam!

Da nossa parte não seremos desculpa para o bom ou o mau resultado de duas décadas de socialismo nos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Socialismo?

O Orador: Estamos disponíveis para ajudar os Açores a erguerem-se desta crise, reabilitando o conceito de desenvolvimento de todos os Açores, a pensar nos Açorianos de todas as ilhas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem o Governo, e a maioria absoluta que o suporta, a responsabilidade de cumprir o seu programa eleitoral, sem desculpas, sem subterfúgios, e sim com o dever de Governar.

Para nós, primeiro estão os Açores, primeiro estão os Açorianos!

Disse!

Deputada Judite Parreira e Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe-nos aqui mais uma intervenção, que vem já naquilo que são as intervenções sucessivas do PSD ao longo dos últimos anos.

Por um lado, o PSD acusa-nos de ser um Governo dos milhões e das obras dos milhões, mas depois tem o discurso de que nós não cumprimos as obras com as quais nos comprometemos.

Depois, o PSD fala em política de coesão, mas não nos apresenta ao longo deste tempo, nem nunca nos apresentou, qualquer medida que vá para além daquelas boas medidas que o PS tem criado, desde que é governo, para as ilhas da coesão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores perderam na Graciosa!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A coesão faz-se não é só com obras Sr. Deputado. A coesão faz-se com políticas!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por isso é que votaram no PS!

Deputado José Ávila (PS): Apoiaste na aposta?

O Orador: Promover a coesão é fazer exatamente ao contrário daquilo que fazem os governos do PSD e do CDS na República.

Sr. Deputado, enquanto noutros governos se retiram direitos sociais e retiram-se regalias que são importantes para quem mais precisa, nos Açores nós damos a quem mais precisa e damos a quem mais precisa com majoração para as ilhas da coesão: no investimento, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... na prorrogação dos estágios, na fixação de jovens, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Jovens?

O Orador: ... no incentivo à habitação, em determinadas políticas onde nós criámos majorações próprias para as ilhas da coesão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde é que o país fica?

O Orador: As ilhas da coesão e as políticas da coesão são um património do PS, porque foi o PS ao longo destes anos que criou políticas de coesão verdadeiras para as ilhas da coesão, coisa que não existia até 1996.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, da sua intervenção e após a colaboração que o PSD disse que queria trazer a este debate, eu esperava o anúncio daquilo que são as medidas do PSD.

Mas as medidas do PSD continuam a resumir-se à crítica, crítica, crítica. Nada de novo para os açorianos!

Os açorianos não precisam de estar constantemente a ouvir a crítica do PSD. Os açorianos precisam que nós nos juntemos a eles e que ajudemos a trabalhar para puxar os Açores para cima e não para baixo, tal como faz o PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Vice-Presidente, ouvi atentamente a sua intervenção...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já passou!

O Orador: Não, não passou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O debate é sobre a intervenção do Sr. Deputado João Costa!

O Orador: Ainda não falou mais nenhum Membro do Governo.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Também me parece, Sra. Presidente.

Já agora aproveito para esclarecer o Sr. Vice-Presidente que não falou mais nenhum Membro do Governo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O esclarecimento é ao Sr. Deputado João Costa não é a mim!

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado Berto Messias (PS): Veja lá se não canta a Grândola!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já tive mais longe!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: V. Exa. traz aqui um discurso que se aplica a uma região que certamente não é a Região Autónoma dos Açores, um discurso em que V. Exa.

não reconhece a maior taxa de desemprego da autonomia, a maior taxa de desemprego jovem da autonomia.

As respostas que devia ter dado era nesse sentido e não vir dizer que apenas temos a segunda menor do País, porque isto não nos traz mais emprego, nem aos jovens, nem a quem está desempregado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Devo dizer Sr. Vice-Presidente que, infelizmente, e pela parte que nos toca, compromisso assumido, nem sempre foi compromisso cumprido, mas vamos a questões concretas.

Afirmou V. Exa. que vai reduzir 4 milhões de euros, se percebi bem, por ano, na redução dos cargos de chefia.

Deputado Francisco César (PS): Está no Açoriano Oriental!

O Orador: Eu quero perguntar-lhe quantos cargos de chefia vai reduzir por ano e como é que vai chegar a este valor de 4 milhões de euros, por ano.

Deputado Francisco César (PS): Está no Açoriano Oriental!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, como é que num cenário de profunda crise económica nos Açores, com cada vez mais empresas a declarar falência, cada vez mais açorianos no desemprego, o senhor prevê aumentar em mais 17,5% as receitas provenientes dos impostos do IRC e do IRS?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de vir ao debate depois da intervenção do Deputado João Costa e da resposta que entretanto foi dada pela bancada do PS, pela voz do Deputado Rogério Veiros, Deputado eleito pelo círculo eleitoral de S. Jorge.

De facto não tenho nada a ver com as escolhas da direção da bancada parlamentar do PS, mas se há um bom exemplo daquilo que foi ou que tem sido a falência das políticas de coesão do Governo do PS (e não confundamos isso com governação socialista, como disse o Deputado João Costa, é porque isto de

governação socialista tem muito pouco a ver) são os problemas gravíssimos que S. Jorge atravessa. É de facto o paradigma da falência das políticas de coesão que este Governo Regional e os que o antecederam levaram a cabo.

Em S. Jorge, hoje, não há setor de atividade que não esteja em crise; o problema das autarquias de S. Jorge é gravíssimo; não há investimento público e como já alguém disse S. Jorge é uma ilha em falência técnica, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas o que é a falência técnica?

O Orador: ... sem que, isso é que nos preocupa, o Governo Regional, demonstre nenhum sinal de que quer fazer algo de diferente...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: ... e que de facto quer pensar no desenvolvimento harmonioso da região como um dos pilares da autonomia regional.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso que o senhor está a dizer não é verdade!

O Orador: É verdade sim, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Está faltando à verdade!

O Orador: Não estou não, Sr. Presidente. Não estou. Se há ilha que eu conheço bem é S. Jorge e de facto S. Jorge não pode continuar esquecido pelo Governo da RAA.

Não pode deixar abandonada aquela ilha, como tem feito.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não está!

O Orador: Está sim senhor.

Para além disso Sr. Presidente, e já que questionou num aparte, dizer-lhe o seguinte.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não o questioneiei!

O Orador: É fundamental que o Governo, a que V. Exa. preside, olhe para a questão do desenvolvimento harmonioso de uma vez por todas, como um dos grandes desígnios da autonomia e que haja uma avaliação e soluções para que de facto esse desenvolvimento harmonioso, que é um desígnio autonómico, possa ser levado a cabo. Isso não significa certamente que todas as ilhas têm de ter tudo, nem replicar infraestruturas e equipamentos.

Tem de se olhar para as especificidades de cada uma das nossas unidades territoriais e adequar as políticas a essa realidade, coisa que não tem sido feito e que é uma exigência de todos os açorianos e particularmente dos açorianos que vivem nas chamadas ilhas de coesão, que de facto o Governo Regional, de uma vez por todas estabeleça políticas que possam efetivamente levar e cumprir este desígnio da autonomia, que é o desenvolvimento harmonioso até ao fim.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Aproveito para informar as Sras. e Srs. Deputados que se encontram nas galerias um grupo do Inatel, da ilha das Flores, que nos visita, a quem saúdo e cumprimento em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Rogério Veiros, muito obrigado pelas suas questões, mas eu queria lembrar-lhe que os açorianos o que precisam, neste momento, é de políticas que dêem resultados e que existam resultados das políticas que a maioria absoluta do PS tem vindo a impor nesta casa.

Desculpe que lhe diga, mas parece-me que cometeu alguns erros de análise.

O Sr. Deputado diz que o investimento nas ilhas da coesão é reforçado (acho que foi essa a expressão que usou).

Santa Maria, neste plano, tem menos 10,5% de investimento;

São Jorge tem menos 15,8%;

A Graciosa, tem menos 30,2%,

As Flores têm menos 32% e o Corvo tem menos 53% de investimento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Em conjunto, as ilhas da coesão, levam um corte no investimento de 23%, ao passo que o Plano, na globalidade, sofre um corte de 13%.

Que se saiba, um corte no investimento, é um plano de austeridade e é esta austeridade imposta às ilhas da coesão que não é aceitável, perante a fragilidade destas ilhas, no atual contexto.

Não sei se o Sr. Deputado se lembra da apresentação do Plano Estratégico para a Coesão dos Açores. Lembra-se disso?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Feita na Graciosa!

O Orador: Foi feita na Graciosa, pelo Sr. Vice-Presidente, era uma anteproposta. Nunca saiu de anteproposta.

Portanto, o Plano Estratégico para a Coesão dos Açores do PS não passou de uma anteproposta.

O Sr. Deputado fala na fixação de jovens. Oh Sr. Deputado, não me parece que o senhor viva em S. Jorge.

Só o concelho da Calheta, penso que é o seu concelho de naturalidade, perdeu 7,3% de população nos últimos dez anos;

A Graciosa perdeu 8,1% de população;

Santa Cruz das Flores perdeu 8,2% da população.

São populações nas ilhas da coesão que estão envelhecidas, onde o tecido produtivo é frágil, onde a presença do Governo, mantida pelas políticas do PS ao longo dos últimos 16 anos, têm, de alguma forma, sido o garante de alguma economia.

Infelizmente, os senhores não foram capazes nos últimos anos de desenvolver um modelo económico que permite a estas ilhas libertarem-se um pouco da dependência dos investimentos do Estado. Esse é o problema que este plano de investimentos nos traz.

Deputado Francisco César (PS): O senhor vive onde?

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma contradição absoluta!

O Orador: É uma rude machadada na política de coesão, que leva à desertificação das ilhas, à fuga dos seus jovens, porque os jovens das ilhas da coesão (da sua ilha, o senhor conhece certamente muitos jovens) têm que emigrar. Mas têm que emigrar não é agora. Não é agora por causa da Troika. Ao longo de toda a sua vida tiveram que emigrar, porque não têm saídas

profissionais na sua ilha (na minha, nas ilhas da coesão) e que aqui tentei trazer a debate. Já é a segunda vez nesta Legislatura que trago a debate este assunto e infelizmente o silêncio do Governo é bem confrangedor.

No fundo, vivemos nos Açores nos últimos anos aquilo que se calhar o Sr. Deputado José Contente, chamaria o paradoxo socialista do Atlântico Norte.

(Risos do Deputado Artur Lima)

É com esta política de não querer ver que estamos a desertificar a maioria das ilhas dos Açores, tendo cada vez menos população que ao mesmo tempo dizemos que somos autonomistas e temos uma Região Autónoma composta por 9 ilhas. Onde é que está a importância das ilhas que cada vez perdem mais importância no Plano de Investimento que agora nos é apresentado por este Governo?

Isso é que eu gostaria que o senhor se pudesse pronunciar e pudesse dizer alguma coisa, sobre o que é que este plano de investimento traz de valorização das ilha da coesão que permita pensar que vamos ter resultados e que daqui a algum tempo essas ilhas poderão ambicionar um futuro com melhor desenvolvimento na fixação dos seus jovens, na fixação das suas populações e no seu crescimento económico.

Muito obrigado.

Deputados Luís Maurício e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar das questões terem sido dirigidas a mim, pelo Sr. Deputado Artur Lima, e tendo em conta os esclarecimentos que foram solicitados no âmbito da intervenção do Sr. Deputado João Costa, não quero que o Sr. Deputado fique sem resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não tem razão!

O Orador: O senhor diz que eu não tenho razão antes de eu falar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Em relação a ter posto a questão fora de tempo!

O Orador: Vou responder-lhe concretamente à questão que colocou, nomeadamente porque gosto que esteja bem informado, sobre a redução dos lugares de chefia da administração pública regional.

O Governo dos Açores assumiu, aliás o candidato a Presidente do Governo, este compromisso com os açorianos, em julho do ano passado. Ficou expresso no Programa do Governo o compromisso de haver uma redução de 20% do número de lugares de chefias da administração pública regional, em relação ao valor existente em 2010.

O que podemos dizer e assumir é que cumpriremos, ainda durante este mês, integralmente esse compromisso, aprovando uma alteração orgânica da estrutura da administração regional que implique uma redução superior ainda a 20% no número de chefias da administração pública regional, que implicará uma poupança superior a quatro milhões de euros em relação aos encargos decorrentes com esse tipo de despesa, nomeadamente vamos reduzir 78 lugares, de chefias nas orgânicas da administração regional.

Se quiser que eu lhe especifique: 12 cargos de direção específica de 2.º grau; 15 cargos de direção específica de 1.º grau; 34 chefias de divisão; 9 direções de serviço; 1 subdiretor regional e 6 direções regionais que já estão contempladas e previstas na macro orgânica...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima).

O Orador: Se quiser apresento-lhe as contas ao cêntimo, lugar por lugar, departamento por departamento.

... o que resultará numa redução superior até 4 milhões de euros nos encargos da administração pública regional, em termos de cargos de chefia.

Com esta medida, nós não só cumprimos mais um compromisso que assumimos com os açorianos, executámos rapidamente uma proposta que estava no Programa do Governo e damos uma indicação clara do esforço de contenção das despesas públicas, fazendo com que aquilo que foi a redução substancial da macroestrutura, que começou com a redução do número de membros do Governo, que se alargou na redução de toda a estrutura do Governo, também chegue a toda a estrutura da administração pública regional.

O sinal que damos é que é possível fazer mais, com menos. É este um desafio que assumimos com os açorianos e que estamos mais uma vez a cumprir.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As medidas de austeridade sucessivamente impostas pelo Governo da República constituem um verdadeiro desastre para a generalidade das açorianas e dos açorianos e, em especial, para os que dependem exclusivamente da remuneração do seu trabalho. Os cortes salariais, somados ao brutal aumento da carga fiscal e à redução nas prestações sociais contribuem decisivamente para deteriorar a vida dos açorianos, bem como agravar as principais dificuldades económicas do arquipélago.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Deputada não vai propor o aumento do salário mínimo?

A Oradora: Já lá vamos Sr. Deputado.

Junta-se, ainda, a esta situação uma grande escassez no crédito bancário concedido às empresas e às famílias, com consequências na liquidez necessária ao normal funcionamento da economia.

As implicações dessas medidas nos Açores e no país são claras: uma contração da atividade económica, um aumento do desemprego, uma grave redução do rendimento disponível das famílias.

Perante este quadro, verifica-se um aumento do desemprego também na Região. Este flagelo atinge muitas famílias e afeta, em primeiro lugar, os jovens, mesmo os altamente qualificados.

Esta situação decorre do encerramento e das falências de muitas empresas, bem como da não criação de novos postos de trabalho e do aumento da população com atividade económica.

Apesar de termos na Região mais pessoas empregadas enfrentamos um grave problema ao nível do emprego, com taxas de desemprego que não conhecíamos e com algumas expectativas de que continuem a crescer.

Por isso, são necessárias políticas de estabilização do mercado de trabalho, para sustentar os efeitos da atual crise e inclusivamente retomar o ritmo de crescimento da criação líquida de postos de trabalho suficiente para manter um nível tolerável de desocupação involuntária dos ativos, através de políticas que combinem o estímulo ao investimento empresarial, com adaptação, formação e ajustamento das competências oferecidas neste mercado.

Assim, as políticas orçamentais, económicas, financeiras e sociais, nos Açores, para este ano, no quadro das suas disponibilidades financeiras, terão que se articular com as medidas da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, com os objetivos de desenvolvimento e modernização inscritos nas Orientações de Médio Prazo, bem como com um conjunto de medidas conjunturais necessárias de apoio às famílias e às empresas açorianas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarmos os documentos hoje em discussão, verificamos que o Governo Regional dos Açores está atento e pró-ativo em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das empresas açorianas.

Verificamos, também, que está igualmente atento a um outro aspeto fundamental que se prende com a manutenção de postos de trabalho, através da implementação de um conjunto de medidas que visam o fomento do emprego através da reestruturação de alguns programas já existentes e da criação de novos programas que incentivam a contratação, de que são exemplo o Programa de Incentivo à Inserção do ESTAGIAR L e T.

Com o propósito de combater o desemprego e minimizar os seus efeitos, os documentos em análise mostram algumas políticas que se traduzem claramente na tentativa de melhorar a qualificação dos ativos, principalmente daqueles que têm níveis de qualificação muito baixos.

Com o objetivo de assegurar a estabilidade das famílias açorianas, prevê-se a atribuição de prioridade de colocação nos diversos programas de emprego ou em programas formativos aos desempregados inscritos, nos casos em que ambos os cônjuges se encontram nessa situação.

Para os desempregados cuja empregabilidade seja muito baixa, e de forma a combater situações de desfavorecimento destes face ao mercado de emprego, prevê-se a revisão e simplificação do regime de apoios no âmbito do Mercado Social de Emprego. Está, também, prevista a garantia, através do programa PME Formação, da manutenção dos postos de trabalho em empresas da restauração, hotelaria e construção civil que atravessam dificuldades.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A atual e adversa conjuntura económica tem afetado gravemente o mercado de emprego na Região Autónoma dos Açores. Os valores de desemprego registados evidenciam o baixo nível de qualificação dos Açorianos. As políticas públicas de Qualificação e Reconversão Profissional em 2013, previstas no

Plano, estão direcionadas para a qualificação dos Açorianos, fomentando assim a sua empregabilidade e elevando o seu nível de escolaridade. De salientar, neste sentido, os cursos REATIVAR. Um outro exemplo é o desenvolvimento do programa de formação Aquisição Básica de Competências, que está a cargo da Rede Valorizar.

A realização de cursos REATIVAR Tecnológicos, que permitirá proceder à reconversão de ativos para outras áreas económicas, traduz a pretensão de facultar aos Açorianos competências técnicas para a criação do próprio emprego.

Com a criação da medida Agir Agricultura e Agir Indústria procura-se colmatar a necessidade de dotar o tecido empresarial açoriano de quadros qualificados nestas áreas.

Ainda no campo da qualificação, importa salientar que os documentos ainda dispõem do programa FIOS. Este programa, para além de uma componente de formação teórica, qualifica um público muito fragilizado e com graves problemas de integração no mercado de emprego.

Assim, podemos concluir que os documentos que agora analisamos e a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial em vigor apontam muitas soluções para a melhoria da empregabilidade, que assentam, e bem, na melhoria das qualificações, pois não tenhamos dúvidas de que um trabalhador bem formado, qualquer que seja a sua profissão, é um trabalhador mais protegido. Este objetivo, refletido nos documentos, demonstra que o Governo tem vindo a acompanhar os trabalhadores em situação mais frágil, em virtude da sua baixa qualificação, integrando-os em planos de requalificação como os que exemplificamos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma sindicalista ou é uma deputada do Partido Socialista que está falando?

A Oradora: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora em análise apontam para a minimização dos custos da conjuntura externa, em especial, de medidas da inteira responsabilidade do

Governo da República. Apontam, também, para o rigor, para a promoção do emprego, para a competitividade e para a solidariedade, aspetos fundamentais no período que atravessamos.

No entanto, são necessárias outras medidas para fortalecer a economia regional e criar emprego. A situação atual dos Açores exige medidas para fazer face à subida do desemprego, à precariedade do emprego, para aumentar as qualificações dos trabalhadores, dos jovens e de outros inativos, mas, também, para aumentar os salários.

O não cumprimento do acordado, por parte do Governo da República, em relação ao aumento do Salário Mínimo Nacional, ...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Meu Deus!...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Deputado Aníbal Pires, é sindicalista?

A Oradora: ... bem como a contenção salarial generalizada têm efeitos muito negativos, acentuando a desigualdade e aumentando a disparidade remuneratória relativa, com prejuízo da coesão social.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem te viu e quem te vê!

A Oradora: Face ao exposto é fundamental a valorização dos salários, nomeadamente o aumento do Salário Mínimo Nacional, medida de enorme justiça social, para dinamizar o mercado interno através do aumento do consumo e do conseqüente aumento de vendas das empresas locais, evitando mais recessão e falências, e estimulando, a prazo, a criação de emprego.

Esta medida que pretende dar mais poder de compra aos açorianos com menos rendimento, pode minorar alguns dos impactos mais negativos das medidas de austeridade nacionais na Região, e acima de tudo, dar mais ânimo e esperança aos trabalhadores, que têm feito tantos sacrifícios, ao longo dos anos, sem terem qualquer retorno positivo.

Nos Açores, existe esta sensibilidade. Apesar das dificuldades que atravessamos a retribuição mínima regional é superior, em 5%, ao salário mínimo nacional, que se situa nos 485 euros.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Este valor, subindo, teria um acréscimo na mesma proporção nos Açores sem prejudicar a competitividade das empresas regionais face às suas congéneres nacionais.

Por isso, importa, aqui, apelar a todos os partidos políticos com representação nesta Assembleia para que tomem uma posição clara em defesa do aumento do Salário Mínimo Nacional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Sra. Deputada....

A Oradora: Por fim, referir que só com a política económica ao serviço do aumento do emprego e da melhoria do bem-estar das populações teremos uma Região mais competitiva, com mais qualidade de vida e com mais justiça social.

Deputado Luis Silveira (CDS-PP): Mais do menos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Quero começar por dizer que concordo com o diagnóstico que a Deputada Graça Silva fez aqui, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... relativamente às políticas tomadas pelo Governo do PSD e do CDS/PP na nossa Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vá-se lá saber por quê?

O Orador: Efetivamente assim é. Elas são penalizadoras e se calhar mais penalizadoras aqui na Região Autónoma dos Açores, do que no território continental.

Isso é verdade, mas a Sra. Deputada esqueceu-se de dizer o seguinte: efetivamente isto também demonstra, designadamente os números do desemprego, a perda do rendimento que os governos do PS não conseguiram blindar a economia regional, relativamente aos efeitos das políticas de austeridade.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, está a causar algum incómodo?

O Orador: Isso foi o que V. Exa. se esqueceu de referir.

(Aparte inaudível da Deputada Isabel Almeida Rodrigues)

O Orador: Tão incomodadinhos que Vs. Exas. estão. Tão incomodados!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não, não estamos!

O Orador: Ainda vou dizer a V. Exa. uma outra coisa.

Também concordo com algumas das medidas que estão na Agenda para o Emprego e Competitividade Empresarial, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... embora não goste do termo competitividade empresarial, nem V. Exa. deveria gostar porque isto significa, segundo as práticas do PS, diminuição do custo do trabalho.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é sectarismo!

O Orador: Tão-somente isto, Sra. Deputada.

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém percebeu a sua intervenção!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Percebemos perfeitamente!

O Orador: A Sra. Deputada teve o cuidado de referir um aspeto que não consta na Agenda para o Emprego e para a Competitividade Empresarial, que é a questão dos rendimentos.

V. Exa. falou na importância de elevar o rendimento dos trabalhadores açorianos, mas também aí V. Exa. em nome do PS, se demitiu da utilização duma competência autonómica, remetendo uma responsabilidade que é nossa, e que nós podemos utilizar, para o Governo da República. Isso, Sra. Deputada, é vergonhoso!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é intelectualmente desonesto!

O Orador: É abdicar de uma competência da autonomia regional e remeter essa responsabilidade para a República.

Deputado Berto Messias (PS): É hipocrisia!

O Orador: Este Parlamento pode aumentar o salário mínimo regional. É reconhecido pelo PS essa necessidade e V. Exa. vem remeter essa responsabilidade para a República, quando pode ser assumida por nós. Isso, Sra. Deputada, só pode ser classificado como vergonhoso.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um registo lamentável!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado, não há loucura mais cara do que o idealismo intolerante.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Sr. Deputado, o património da defesa dos trabalhadores, do rendimento das famílias, da sobrevivência das empresas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que V. Exas. têm feito? Nada! Têm destruído!

O Orador: ... não é do PCP.

Se há algo de que não podem acusar esta bancada e o Governo que esta bancada suporta, é de não estar ao lado das famílias e dos trabalhadores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós defendemos os trabalhadores. Nós defendemos as empresas e são conhecidas, por esta câmara, as mais de 60 medidas que nós já aprovámos de apoio às famílias, às empresas e ao emprego.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, há perguntas que podem ser feitas. A nossa posição relativamente ao salário mínimo é conhecida. A nossa posição é de aumento do salário mínimo nacional, porque o aumento do salário mínimo nacional iria permitir aumentar o consumo interno, iria permitir melhorar a forma como a economia funciona, canalizar esses pequenos recursos não para a poupança, mas sim para o funcionamento das empresas, criando a longo prazo mais emprego.

Deputada Zuraída Soares (BE): E os Açores? Não está falando dos Açores!

O Orador: Nós sabemos que este aumento do salário nacional iria ter um aumento na mesma proporção nos Açores. Teria um aumento na mesma proporção sem prejudicar a competitividade das empresas açorianas, com as empresas do continente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Essa é nova!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa foi muito rebuscada!

O Orador: Esta é uma proposta do PS que nós subscrevemos e que é partilhada também por outros partidos aqui presentes nesta câmara.

Mas há perguntas que o Sr. Deputado não faz e deveria fazer.

Eu compreendo que as bancadas que estão aqui afetas ao Governo da República não as façam, mas a esquerda também deveria fazer.

O Governo da República, após o fracasso de praticamente dois anos de mandato, anunciou que irá proceder a um processo de despedimento na função pública.

A obrigação desta bancada é perguntar (e o PS assume esta responsabilidade) ao Governo dos Açores: irá algum trabalhador ser despedido da mesma forma como o Governo da República está a ameaçar a função pública?

Em relação ao rendimento, há economistas, há estações de televisão, que vêm dizer, em relação à mudança dos escalões do IRS, que o rendimento dos trabalhadores irá diminuir.

A pergunta que deve ser feita ao Governo é se os escalões de IRS ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está no Açoriano Oriental, Sr. Deputado!

A resposta já lá está!

O Orador: ... irão fazer com que o rendimento das famílias decresça.

Do Memorando: os Srs. Deputados referiram, por diversas vezes, nesta câmara, que o Memorando do Governo Regional, assinado pela República, iria impedir que um conjunto de apoios sociais fossem mantidos e reforçados; que o Orçamento da Região iria ter todo um conjunto de restrições da parte do Governo da República, inclusive de um visto prévio da parte do Governo da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda quer mais?

O Orador: Também me referindo em relação às dificuldades que muitas famílias estão a passar devido às calamidades, o Governo dos Açores apresentou ontem o valor dos estragos causados pela intempéries, 35 milhões.

Deve também ser perguntado ao Governo dos Açores: é possível acomodar o valor de 35 milhões de euros na nossa proposta de Orçamento?

Os Açores sabem que podem contar com este Governo, que podem contar com o PS para puxar os Açores para a frente, para dizer que nós não nos conformamos, nós não cometeremos o erro da inação. Estaremos ao lado dos Açores para puxar esta terra para a frente e para conseguir atenuar as dificuldades que nos vem da república.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César aproveitou a oportunidade para deambular de novo até à República. Eu percebo o incómodo que esta questão coloca à abancada do PS ...

Deputado José San-Bento (PS): Não há incómodo nenhum, Sr. Deputado!

O Orador: ... e daí esta viagem virtual até Lisboa e às responsabilidades que Lisboa tem. Tem, tem muitas.

Mas as responsabilidades que Lisboa tem não me inibem de vos atribuir responsabilidades.

Têm responsabilidades efetivamente.

A questão é esta: o Governo do PS, a bancada do PS tem se demitido de usar as suas competências para compensar os trabalhadores açorianos e há uma coisa que é clara, julgo eu, neste momento para todos nós: é necessário, para que haja uma realização da economia regional, que haja rendimento disponível nas famílias.

É exatamente isso que Vs. Exas tem se recusado a fazer.

Dou aqui apenas dois ou três exemplos: dou o exemplo do chumbo que fizeram à proposta de reposição de um valor equivalente ao subsídio de férias e de natal de 2012 e também àquilo que reprovaram relativamente à redução da fatura da energia em 10%, que nós também tivemos oportunidade de propor aqui.

Assim, como agora se recusam a utilizar uma competência autonómica para aumentar o salário mínimo regional.

O desafio é este: então enquanto não houver o aumento do salário mínimo nacional, enquanto isso não acontecer, o Governo Regional que aceite um aumento de 7,5 % no acréscimo regional ao salário mínimo nacional, até que o salário mínimo nacional não seja aumentado.

Isso sim, era um ato de coragem. Isso sim, era utilizar as competências autonómicas. Isso sim, era uma medida que vale mais dos que as 60 medidas que Vs. Exas. consignaram na Agenda para o Emprego e Competitividade

Empresarial. Isso sim, era uma medida de coragem. Era uma medida em defesa do povo açoriano, de defesa dos trabalhadores açorianos.

Não me venham com a retórica, nem venham responsabilizar Lisboa por não aumentar o salário mínimo regional, porque nós podemos aumentar o salário mínimo regional.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Aníbal Pires, dizer-lhe em primeiro lugar que se tenho muita coisa a aprender consigo, não será certamente em matéria de complementos remuneratórios ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... na Região, até porque ainda não era o Sr. Deputado açoriano, já eu andava na luta pela aplicação dos complementos remuneratórios.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem anda à chuva molha-se!

A Oradora: Como dizia, já eu andava quer na rua, quer naquelas galerias pela defesa dos complementos remuneratórios na Região e vi esses mesmos complementos serem ou não aprovados por esta Assembleia, antes do PS ser Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria!

A Oradora: Relativamente às responsabilidades do PS, dizer que o PS assumiu as suas responsabilidades quando aprovou nesta Assembleia os complementos remuneratórios para os trabalhadores açorianos.

Portanto não foi demagogia, não foi aprovar quando tinha minoria, para retirar depois de obter a maioria nesta Assembleia.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires julgo que esclareci.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Vai falar!

O Orador: Se o Sr. Deputado Artur Lima me der autorização, para responder às perguntas que me foram colocadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está autorizado!

O Orador: ... da mesma forma que respondi às perguntas que foram colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, porque não quero depois que nenhum Deputado considere que existe um privilégio do Sr. Deputado Artur Lima em relação aos outros Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu tinha razão, Sr. Vice-Presidente. Muito obrigado!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Não é uma questão de razão, mas é a questão de tratamento igualitário de todos os Deputados.

A primeira questão, em relação aos despedimentos, o que quero reafirmar em nome do Governo dos Açores, é que não existe evidentemente parte do Governo dos Açores, como assumimos e como estamos a cumprir e como iremos cumprir, qualquer processo de despedimento de qualquer funcionário da administração pública regional.

Este é um compromisso que assumimos com os açorianos, é um compromisso que vamos cumprir na íntegra.

Segundo aspeto, em relação às taxas de diferencial de IRS, e como tivemos oportunidade aqui na Horta de dizer nos exatos termos que dissemos aquando da entrega do Orçamento e do Plano, aqui na Assembleia, tendo em conta os novos escalões de IRS que tem uma redução do número de escalões e uma maior abrangência, decidimos alargar o desconto em relação à taxa nacional de IRS para 30%, que beneficiava as famílias com rendimentos anuais até 4 800 euros, às famílias até 7 000 euros. Com esta medida vamos aumentar o desconto em relação à taxa de IRS a um maior número de famílias, que beneficiarão de um desconto de 30%.

Quando até 2012 eram apenas as famílias com rendimento anual até 4 800 euros, essa redução de taxas de 30%, a partir de 2013, irá beneficiar todas as famílias com rendimento anual até 7 000 euros, no fundo contribuindo no âmbito das competências da Região, no seu limite, para a redução da carga fiscal das famílias com menos rendimentos. É assim também uma forma de assegurar um efeito compensatório para as famílias açorianas com menos rendimento.

Em terceiro lugar, em relação às condicionantes do memorando assinado com a República, acho que esta matéria está mais do que clara e mais do que esclarecida, como aqui se comprova com este Orçamento e este Plano.

Como tivemos oportunidade de dizer não só vamos manter todas as remunerações compensatórias e complementares existentes, como vamos inclusivamente aumentar o complemento regional de pensão.

Portanto, aqueles que disseram, no passado, que o Memorando de Entendimento com a República iria acabar com a remuneração compensatória, com a remuneração complementar e com todas essas medidas...

Deputada Berta Cabral (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode é fazer mais!

O Orador: ... está aqui provado que não só se mantém, como são reforçadas.

Com esta medida temos claramente um enquadramento do reforço do apoio às pessoas mais carenciadas, nomeadamente às pessoas mais idosas, que têm um aumento das suas pensões em termos reais na Região, em contraponto à redução das pensões que são impostas pelo Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumentar as pensões, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Em quarto lugar e a quarta resposta, efetivamente as calamidades que ocorreram nos últimos dias na Região, irão implicar um esforço de investimento de 35 milhões de euros adicionados em relação ao que estava previsto.

Neste contexto é um esforço que se exige para reposição das infraestruturas públicas e também privadas que foram danificadas. É um esforço que implica a afetação destes recursos num montante de 35 milhões de euros.

Nesse contexto estamos a fazer um enorme esforço para poder acomodar, no âmbito do Orçamento da Região e do Plano, esse mesmo investimento, mas particularmente a dimensão de acomodação, ou seja, aquilo que nós teremos que deixar de fazer para acudir à reparação destas calamidades, será tão menor, quanto maior for a efetiva solidariedade nacional e europeia perante estas calamidades que afetaram os Açores.

É este o desafio que se coloca a todos com responsabilidade. É esta a prioridade que deve unir todos os Deputados desta Assembleia porque efetivamente temos que acudir e repor estruturas que foram danificadas, que não estavam previstas, mas ao mesmo tempo isso terá que ser feito, no âmbito da nossa estrutura orçamental.

Essa dimensão de alteração das nossas prioridades será tão menor quanto maior for a solidariedade nacional e europeia, que penso que essa situação não só exige, mas como a Região merece.

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 4 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 08 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 39 minutos.

Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por dizer, e relativamente à intervenção do Vice-Presidente do Governo Regional, que o PCP estará ao lado do Governo Regional e da Região, para junto da República e da União Europeia, conseguir os apoios necessários para apoiar a Região, face aos elevados prejuízos matérias provocados pelas intempéries que assolaram a Região nas últimas semanas.

Mas quero também dizer o seguinte: Sra. Deputada Graça Silva, a idade que nos separa, e essa diferença é substantiva, será suficiente para poder afirmar, que certamente terei tantos ou mais anos enquanto dirigente sindical do que V. Exa.

Mas quero dizer-lhe ainda o seguinte Sra. Deputada: quando durante a década de 90, V. Exa. encabeçava as manifestações dos trabalhadores da administração pública, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora vão desfilar medalhas!

O Orador: ... na defesa e na exigência do pagamento e da criação de uma remuneração complementar, para fazer face aos custos da insularidade, a bancada do partido onde V. Exa. hoje se senta, votava, aqui nesta câmara, contra a criação da remuneração complementar.

Deputado José San-Bento (PS): Quanto é que foi isso?

O Orador: Como?

Deputado José San-Bento (PS): Quanto é que foi isso?

O Orador: Em 1998, primeiro governo do PS.

O PS votou contra a criação da remuneração complementar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por esta não estava à espera!

Deputada Graça Silva (PS): O PSD!

O Orador: Sra. Deputada Graça Silva, quero-lhe dizer ainda mais qualquer coisa.

Há de facto aqui uma linha que nos separa e não é apenas esta linha entre as bancadas.

Eu, Aníbal Pires, professor, sindicalista e atualmente Deputado, nunca traí os trabalhadores açorianos.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A situação económica da nossa Região suscita-nos uma grande apreensão pela forma como têm evoluído os principais indicadores económicos e sociais mas sobretudo pela falta de perspetivas de sustentabilidade futura.

Temos problemas graves no curto prazo decorrentes de razões conjunturais mas temos também um problema estrutural de desenvolvimento que urge enfrentar e resolver através de opções e políticas adequadas.

Apesar de os Açores terem recebido mais de 5000 euros *per capita* entre 2000 e 2006 de fundos comunitários e estarem a receber cerca de 6000 euros por habitante entre 2007-2013, (enquanto outras regiões europeias receberam em média 1500 euros por habitante), a verdade é que os Açores ao longo de 16 anos de governação socialista não conseguiram lançar as bases de uma Região com futuro, de uma economia sustentável e competitiva capaz de gerar emprego, de criar riqueza e de proporcionar oportunidades aos seus jovens e em todas as ilhas.

As famílias vivem pior do que há 10 anos atrás, as empresas vivem dias de agonia e as insolvências sucedem-se todos os dias. O desemprego sobe de

forma galopante e os apoios sociais não chegam para acudir a tantas situações dramáticas que todos os dias batem à porta das instituições de proximidade.

A verdade é que as políticas adotadas na aplicação dos dinheiros públicos, da responsabilidade única e exclusiva do governo socialista que dirige os destinos desta Região há 16 anos, não produziram os efeitos multiplicadores e reprodutivos que seriam de esperar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não somos nós que o afirmamos. São os indicadores macroeconómicos que o testemunham.

Temos quase 8% (7,6% em Dez 2012) da população a beneficiar do RSI, enquanto a média nacional era de 2,7% em Dezembro de 2012 e o desemprego tem aumentado a um ritmo assustador.

No final de 2012 os Açores registavam quase 20.000 desempregados, representando uma taxa de desemprego de 16,2%

E, a este propósito não podemos deixar de fazer uma especial referencia ao facto de o desemprego jovem, em Dezembro de 2012 se situar nos 40,8%.

Não são números, são pessoas, são jovens, na grande maioria especialmente qualificados, que não encontram emprego nas 9 ilhas dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O governo agora em funções e que nos apresenta os documentos provisionais que estamos a apreciar tem 4 meses de vida mas tem um histórico e uma responsabilidade política de 16 anos.

Não pode pois, cruzar os braços, desculpar-se permanentemente com tudo e com todos e de forma particular com o governo da república. Há razões nacionais e internacionais? Há! Mas há igualmente razões regionais que contribuíram e contribuem para a grave situação em que os Açores se encontram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso agir, passar das palavras aos atos, mostrar que vale a pena ter Autonomia e Órgãos de Governo próprio.

A Autonomia é para ser vivida e não apenas para ser exibida.

A Autonomia é para proteger os açorianos e não para proteger os governantes.

A Autonomia é para ser exercitada todos os dias a favor dos Açores e não para ser o “airbag” do governo regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Todos os setores de atividade económica enfrentam graves dificuldades, ora por via direta ora por via induzida mas são, sem dúvida, o Turismo e a construção civil aqueles onde se assistiu à maior destruição de emprego de que há memória nos Açores democráticos.

Estes são os sectores que mais empregos criaram na última década e os que mais desemprego provocou nos últimos anos.

O Turismo registou em 2012 um decréscimo de dormidas de 18,4% em relação a 2007 e os proveitos do setor decresceram 23,2% no mesmo período.

Por sua vez a construção civil caiu 53,6% e 66,2% nos últimos 6 anos no que diz respeito à venda de cimento e ao licenciamento de edifícios, respetivamente.

O desânimo e a desesperança apoderaram-se dos açorianos e de forma mais acentuada destes dois setores de atividade.

É por isso urgente tomar medidas adequadas nestas áreas, que são as que têm maior potencial de criação de emprego no curto prazo e as que têm uma grande capacidade instalada capaz de ser dinamizada no imediato.

Os fundos comunitários ainda disponíveis no quadro comunitário em vigor, e os que vierem a ser disponibilizados no período de programação financeira pós 2013, são determinantes para conseguirmos sair da grave situação económica e social em que os Açores se encontram.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos mudaram e o paradigma hoje impõe a aposta no reforço de *clusters* com empresas locais, na Inovação e Desenvolvimento.

Vivem-se tempos de intensa competição entre regiões e mercados e por isso impõe-se uma estratégia de manutenção e captação de Investimento associado a Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, entre outros, protagonizada por “redes colaborativas” envolvendo os protagonistas sectoriais, designadamente Empresas, Universidade, Centros I&D.

Em paralelo é preciso ajudar as nossas empresas a sair da situação difícil em que se encontram, através de medidas entre as quais destacamos:

Lançar investimentos de pequena escala orientados para a dimensão das nossas empresas de construção civil

Configurar um pacote de medidas para dinamizar a reabilitação urbana que permita aos particulares o acesso a financiamentos e incentivos fiscais mais vantajosos para reabilitar edifícios de habitação destinados ao arrendamento.

Reduzir os custos de contexto e assegurar a sustentabilidade ambiental em todas as áreas de atividade.

Captar fluxos turísticos que permitam reabrir os muitos hotéis que encerraram ultimamente na nossa região tem de ser uma prioridade.

Apoiar e revitalizar urgentemente as empresas viáveis que se encontram em dificuldades;

Apoiar a internacionalização e a exportação como alternativa à escassez de recursos internos;

Apoiar as empresas e os nossos produtos de forma corajosa, inteligente e criativa.

Promover a coesão económica e social entre todas as ilhas com transportes fiáveis, adequados e competitivos.

Valorizar o nosso estatuto de ultraperiferia em toda a sua transversalidade e a dimensão atlântica dos Açores junto da Europa.

Dir-me-ão que nada disto é novidade.

Pois não!

Estamos no século XXI e as receitas estão todas encontradas e testadas.

O que faz a diferença é saber adapta-las à nossa realidade e agir atempadamente, com visão estratégica!

Não se pode continuar a deixar passar o tempo como se o tempo fosse solução para alguma coisa.

A título de exemplo refira-se a proposta do PSD formulada há mais de um ano, para criação dum Fundo de reestruturação de Empresas, chumbada nesta Assembleia com os votos do PS e agora recuperado pelo governo do PS, como se de uma novidade se tratasse.

Deputado Francisco César (PS): Não é bem a mesma coisa!

Deputado Luís Garcia (PSD): É quase!

A Oradora: Antes tarde do que nunca.

Congratulamo-nos com isso mas não podemos deixar de referir que já o deviam ter feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quantas empresas já declararam insolvência entretanto e quantos trabalhadores foram lançados no desemprego no último ano só porque uma boa ideia deixa de o ser se vem da oposição?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mesmo correndo o risco de não ser de novo valorizado deixo aqui um desafio. Canalizem fundos comunitários ainda disponíveis, envolvam os Municípios, ponham rapidamente de pé um Fundo de reestruturação de empresas antes que seja tarde de mais, antes que haja mais insolvências e despedimentos.

É preciso saber ler os sinais dos tempos.

É essa leitura que nos leva a ser proactivo e a dizer ao Governo que da nossa parte não terá qualquer tipo de desculpa para agir ou não agir, que não terá qualquer tipo de pretexto para concretizar ou continuar a adiar e que neste contexto está duplamente obrigado a apresentar os resultados que os Açores precisam e que os açorianos requerem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para fazer uma abordagem à intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral.

Em primeiro lugar quero dizer que a realidade desmonta, claramente, a abordagem que a Sra. Deputada fez, em relação à capacidade dos Açores aproveitarem e aplicarem os fundos comunitários.

Aliás, não sou eu a dizer, é o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, cuja conotação política é insuspeita, que afirmou publicamente e por diversas vezes que os Açores eram um excelente exemplo do boa aplicação dos fundos comunitários.

Mas se a Sra. Deputada não quiser acreditar nas palavras do Sr. Presidente da Comissão Europeia, com certeza irá acreditar nos dados divulgados pelo INE.

Lembraria que em 1996, quando a Sra. Deputada estava no Governo, o PIB dos Açores, representava apenas 81% da média nacional. Hoje, representa já 94%.

Mais importante do que isso, em 1996 os Açores tinham uma capacidade de produção que representava apenas 62% da média da União Europeia a 27 países.

Hoje, conseguimos já produzir em termos médios um valor referente a 74% da média da União Europeia, ou seja, estes dados são a demonstração clara de que nós conseguimos convergir, ou seja, ter um ritmo de crescimento ao longo deste período superior àquele ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito baixo!

O Orador: ... que conseguiram a média dos 27 Países da União Europeia e aquilo que conseguiu o País.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para 16 anos, devia ser mais alto!

O Orador: Em segundo lugar, Sra. Deputada, o desemprego é sem dúvida, e como tivemos oportunidade de dizer, a maior preocupação do Governo dos Açores e é sem dúvida a maior prioridade de que nós temos para combater.

Mas como “não são os governos que criam emprego, como toda a gente sabe disso”. Esta frase não é minha, é a frase do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O seu amigo!

O Orador: ... que aliás a Sra. Deputada teve ocasião de elogiar recentemente numa Universidade J, na Madeira.

Mas o que posso dizer é que a grande diferença substancial do Governo dos Açores para o Governo da República, é que aqui nos Açores nós lutamos, aqui nos Açores fazemos tudo o que está ao nosso alcance para apoiar quem está desempregado e para procurar criar emprego para quem não o tem.

Não lavamos as mãos, não mandamos emigrar e não dizemos que isto não é um problema do Governo.

Nos Açores o desemprego é um problema que os desempregados têm e os desempregados sabem que têm no governo dos açores um aliado e não alguém que diz que isso não tem nada a ver consigo.

Mas Sra. Deputada Berta Cabral, também é importante que defina qual é o modelo de desenvolvimento que tem para os Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tinha!

O Orador: ... porque segundo as suas declarações, ainda recentes, a semana passada, o que a Sra. Deputada disse foi, e passo a citar: “não é por acaso que a Madeira demonstra que houve uma política de desenvolvimento sustentável”, ou seja o modelo de desenvolvimento que a Sra. Deputada defende é que considera que a Madeira anualmente é um modelo de desenvolvimento sustentável.

Felizmente para os Açores e para os açorinos não foi o modelo que a senhora elogia que nós escolhemos, por isso é que estamos, felizmente, muito melhor do que está a Madeira.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

(*) Deputada Berta Cabral (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, telegraficamente, porque nós temos que gerir o nosso tempo, porque infelizmente é bem menor que o vosso, devo dizer o seguinte: o diagnóstico que fiz, foi devidamente fundado, em dados estatísticos, dados oficiais, muitos deles, na sua maioria até, provenientes do Governo Regional dos açores.

Portanto, parafraseando aquilo que disse no seu discurso de abertura “factos são factos”.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Boa execução, não significa necessariamente bons resultados e os resultados estão à vista e o senhor acabou de comprová-los.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não está satisfeito com o nível de desenvolvimento da região, não está satisfeito com o nível de desemprego que nós temos neste momento na Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas não me limitei a fazer o diagnóstico, expressei-lhe aquilo que na nossa opinião seriam os dois setores que no imediato deveriam merecer maior atenção, por parte do Governo Regional, para criar rapidamente emprego.

Por razões conhecidas, porque quer a construção civil, quer o turismo são aqueles que têm maior potencialidade de neste momento criar rapidamente emprego.

Mas essa tarefa cabe ao Governo, não cabe à oposição.

A nós cabe-nos sugerir. Fui mais longe, deixei até aqui o desafio de constituir, desde logo, o mais rapidamente possível, um fundo para apoiar as nossas empresas que como sabe estão a recorrer aos PERE's nacionais, por falta de alternativa regional.

E porque nós não fazemos só diagnósticos, mas propomos medidas em concreto, agora ficamos a aguardar porque é ao Governo que cabe apresentar os resultados.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada Berta Cabral, uma breve intervenção, apenas para dar a posição do grupo parlamentar, em relação à análise, parecendo exaustiva, parece-nos que pecou por excesso de simplicidade que a senhora fez.

Gostaria de começar por dizer que a visão que o PS tem sobre as heranças é de que nós hoje aqui, este Grupo Parlamentar, assumimos integralmente o passado de todos os Governos Regionais dos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... inclusivamente dum Governo Regional em 1996 que nos deixou falidos.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Em termos de falências!

O Orador: Também desse Governo nós assumimos esta herança.

Queria começar por referir que a senhora não apontou alguns dos dados que para nós são fundamentais.

É verdade que nós temos dificuldades.

O presidente do meu grupo parlamentar já referiu isso hoje. Nós estamos perfeitamente cientes das dificuldades que atravessam os Açores, as dificuldades que as pessoas têm, que as famílias sentem e os constrangimentos que as empresas estão a viver.

Nós temos consciência disso e nós temos suportado, apoiado o Governo Regional, o Presidente do Governo Regional, nesta grande tarefa de vencer esses desafios e nós acreditamos Sra. Deputada que estamos a ultrapassar esses desafios.

Aquilo que nós nos recusamos a fazer é vir aqui com um discurso de lamentação e de braços caídos que revela um conformismo no fundo perante a crise que nós rejeitamos.

Aquilo que o PS se recusa a fazer é o exercício infantil de vir aqui explorar aquilo que são os impactos nos Açores das políticas erradas dum Governo da República que é incompetente e insensível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem feito outra coisa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso o PS não faz. É bom que se perceba que este não é um exercício de desresponsabilização. Este é um exercício de verdade e de lucidez que as pessoas sabem e compreendem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é infantil é imaturo!

O Orador: Pegando aqui num exemplo e permita-me que lhe diga Sra. Deputada, eu fiquei siderado a ouvi-la falar de reabilitação urbana.

Eu estive 7 anos à sua frente, na Câmara de Ponta Delgada, a tentar convencê-la a lançar um projeto de fundo de reabilitação em Ponta Delgada.

Portanto, Sra. Deputada a senhora chumba no teste da coerência, permita-me que lhe diga.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas há um exemplo aqui que eu quero deixar absolutamente claro.

Quando nós frisamos que há dificuldades há uma componente nacional que nos arrasta para baixo, que cria atrito e que impede que os Açores e que o Governo dos Açores tenham soluções ainda melhores, mais rápidas e ainda mais meritórias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cuidado com as infantilidades!

O Orador: Vou dar um exemplo Sra. Deputada, que a senhora conhece bem. Aquilo que é o atentado que este Governo da República (abro aqui um parêntesis: curiosamente o Grupo Parlamentar do PSD não falou desta vez em poder local) ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá vem um exemplo infantil!

O Orador: ... está a fazer contra a autonomia do poder local e que está a asfixiar e a paralisar todos os municípios deste País e particularmente dos Açores, está a criar uma situação extremamente difícil.

Isso significa que no próximo Quadro Comunitário de Apoio, nós podemos ter uma situação em que os municípios dos Açores, por via dessas políticas erradas da República, não consigam ter níveis de investimento em linha com aquilo que nós desejávamos...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ponta Delgada ainda tem mais!

O Orador: ... e que a Região necessita e que o Governo também necessitaria para nós termos um relançamento mais forte da nossa economia.

Deputado Luís Maurício (PSD): E à margem dos 58 milhões consolidados! Ainda há mais!

O Orador: Sra. Deputada a verdade é essa. Há más políticas nacionais que afetam e podem até destruir boas políticas regionais. Isso é que é importante ser dito.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, queria que isso ficasse muito claro e digo-lhe também uma coisa: com boa ou má comunicação há muita política errada e desastrosa do Governo da República.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o Governo Regional?

O Orador: Portanto, é bom que isso fique absolutamente claro.

O ideal para nós é a estabilidade. Temos uma visão institucional e moderada da governação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: ... queremos aqui nos Açores ajudar o nosso País a ir em frente e a avançar mas o ideal era mesmo mudarmos de Governo da República.

Tenho dito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor devia ir para aquele programa de humor da RTP ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

(*) Deputada Berta Cabral (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria dizer ao Sr. Deputado José San-Bento que me congratulo com o facto de ter reconhecido, e cito “é verdade que temos dificuldades”.

Acredito, fez uma profissão de fé, que estamos a ultrapassar as dificuldades.

Sr. Deputado, também eu faço votos para que isso aconteça, aliás foi essa a essência da minha intervenção. Não foi uma intervenção de braços caídos, nem de desânimo.

Deputada José San-Bento (PS): Foi, foi!

A Oradora: Foi uma intervenção proactiva, foi uma intervenção pronta, para dar o apoio e a ajuda necessária para o Governo fazer com que os açorianos deixem de viver as situações dramáticas que estão a viver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Há famílias sem pão na mesa.

As pessoas que aqui estão sentadas julgam que conhecem a realidade lá fora, precisam de ir calcorrear as nossas freguesias para perceber o que é que se está a passar em cada uma dessas freguesias, em cada uma das nossas ruas.

Deputado Berto Messias (PS): Mas os senhores vão ou não abster-se na votação do Plano e Orçamento?

A Oradora: Por isso, deixo aqui também a minha vontade de que a profissão de fé, feita pelo Sr. Deputado, seja conseguida.

Quanto à reabilitação Sr. Deputado, eu refiro-me, e fiz questão de o referir ali expressamente, à reabilitação por parte dos particulares, que é a grande questão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: A reabilitação urbana de particulares, aí só o Governo pode criar linhas de crédito para particulares poderem reabilitar as suas habitações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora não concorda com a abstenção do PSD? Isso é que tem que ficar claro!

A Oradora: Mas digo-lhe mais: não conhece, nem por parte do Governo, nem por parte de outra autarquia um programa como o que nós fizemos de reabilitação urbana na Câmara de Ponta Delgada.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): As piscinas de Ponta Delgada são muito boas!

A Oradora: Já agora deveria saber isso e certamente que o candidato do PS que está por detrás de si, já o deve saber porque já demonstrou publicamente e já fez declarações no sentido de que conhece bem a realidade financeira e a realidade operacional da Câmara de Ponta Delgada, talvez melhor do que o Sr. Vereador ao fim de 8 anos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Não vou municipalizar este debate ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não convém!

O Orador: ... mas obviamente que aquilo que disse reiteraria e acho que toda a gente sabe que eu tenho razão, mas não tenho essa teimosia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exatamente! Pelas eleições sucessivas percebe-se isso!

O Orador: Queria, no entanto, aproveitar esta intervenção para mais uma vez divergir da análise que foi aqui apresentada. Parece-me, aliás que este PSD não tem absolutamente sanado a questão da sua orientação de voto nesses documentos, mas isso pode ser impressão minha.

O que interessa aqui reafirmar neste momento e com a importância deste debate é que o nosso Grupo Parlamentar reitera e reafirma, como é evidente, que nós estamos muito empenhados em vencer as dificuldades.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não precisa de mais nada! Podemos dormir descansados!

O Orador: Isso tem sido visível todos os dias. Nós temos uma noção absolutamente clara da realidade. Sabemos que há dificuldades muito graves e há situações que têm que ser ultrapassadas. É neste trabalho que nós estamos empenhados. É esta a visão.

É nestas propostas, umas circunstanciais, outras opções de fundo, que os documentos que estamos a analisar consagram, que nos queremos empenhar e ajudar a construir o futuro.

Da nossa parte não há razão nenhuma para haver aqui qualquer espanto quanto à forma lúcida e serena com que nós enfrentamos as dificuldades e isso tem que ser um exercício permanentemente reequacionado, porque só se conseguem implementar boas políticas e boas medidas quando há um diagnóstico muito claro e muito realista das dificuldades.

Nós temos que ter um bom diagnóstico para podermos aplicar a terapia certa e é isso que temos feito.

Aproveito esta oportunidade também, já que me tinha esquecido na primeira intervenção, para felicitar o Deputado Cláudio Almeida pela sua recente eleição como Presidente da JSD.

É importante os jovens participarem e é importante as juventudes partidárias estarem ativas.

O que não seria de esperar era que, no encerramento do seu Congresso, o seu presidente acabasse por empurrar o candidato que não queria assumir-se em Ponta Delgada, mas nós compreendemos isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor vai recandidatar-se?

Deputado Berto Messias (PS) Uma deselegância enorme da liderança do PSD em relação à JSD!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A ancestralidade do poder local é grande porque remonta até antes da fundação de Portugal.

Hoje os municípios não têm a mesma auto-organização territorial que já tiveram na idade Média, nem no Estado Novo.

Mas a força desta instituição sempre se manteve defendendo o poder local contra o poder central, nomeadamente no Estado Novo, em que uma reforma administrativa acentuou muito a centralização.

Basta recordar que os Presidentes de Câmara e regedores de freguesia eram nomeados pelo poder central, sujeitos a apertada tutela administrativa, só com funções de controlo e fiscalização de normas emanadas do poder central.

Hoje, e depois do 25 de Abril, houve felizmente uma trajetória em que em que se começou a ganhar com o municipalismo, uma descentralização cada vez mais forte e crescente.

É inaceitável, no atual momento, o modelo da centralização defendido pelo Governo da República, nomeadamente ao materializar a difícil gestão de um leque alargado de competências das autarquias e a colocá-las muito mal perante um espartilho financeiro a esses mesmos benefícios. Ou seja, o nível do poder local, neste momento, por parte do Governo da República, é um poder local

manchado pela evolução negativa que está sendo permitida pelas más medidas do Governo da República.

Estas medidas realizam-se sobretudo ao nível de várias invetivas, como as quatro leis que neste momento penalizam todos os municípios: Lei do Orçamento de Estado (LOE); a Lei da Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA); Lei do Sector Empresarial Local (LSEL) e a Lei das Finanças Locais (LFL) que tendem a destruir a estabilidade e previsibilidade das finanças e colidem com a autonomia do poder local e com a própria carta europeia do poder local.

Há bastos exemplos em cada uma destas leis, mas a LOE impõe limites ao endividamento e nas despesas com pessoal os municípios limitam-se a liquidar passivos e é-lhes imposta a redução efetiva e brusca da despesa, sem qualquer planeamento.

Aí sim há também a obrigatoriedade da redução de 2% ano de pessoal e são vedadas quaisquer contratações.

Por outro lado, dificilmente poderão ser cumpridas várias competências e atribuições assumidas na última década, nomeadamente, na área social (habitação, dependências, apoio ao idoso); na educação (parcerias com escolas, apoio social escolar); desporto (equipamentos, parcerias clubes); na cultura (equipamentos, promoção local de eventos) e na promoção do emprego local.

Também a Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) tem várias restrições que acabam por penalizar o poder local na atualidade, quer com responsabilidades civil, criminal, disciplinar, financeira, sancionatória e reintegratória dos autarcas; como pelas dificuldades na execução orçamental acrescidas da impossibilidade de aumentar os pagamentos em atraso; grande conflitualidade com os dirigentes técnicos dos serviços, mediante os compromissos; condicionamento muito grande também da disponibilidade de Tesouraria; forte risco de incumprimento dos compromissos assumidos e mais do que isso muitas vezes a probabilidade de condicionar investimentos que se faziam anteriormente.

Quanto às Consequências da Lei do Sector Empresarial Local (LSEL) são explícitas as necessárias e atuais fusões e extinções da maioria das empresas municipais; fim de um modelo de gestão mais flexível perdendo-se ganhos de eficiência, eficácia e racionalidade dos recursos; a precarização do emprego de muitas pessoas dessas empresas municipais; a assunção dos passivos financeiros pelos municípios com consequências ao nível do agravamento das *SPREADS* nos empréstimos e ultrapassagem dos limites de endividamento.

Por último, a famigerada Lei das Finanças Locais (LFL), que essa sim vem desrespeitar de todo, os princípios fundamentais da estabilidade e da justa repartição dos recursos, com medidas muito concretas no decréscimo do FEF; extinção do IMT; consignação de 50% do IMI, etc. etc.

As dificuldades hoje do poder local exigem o novo reforço das competências das Associações e dos próprios Municípios, redefinindo estratégias de desenvolvimento, designadamente, na aplicação e adequação dos novos fundos comunitários em áreas cruciais à sustentabilidade do emprego, da economia local e na aposta do intermunicipalismo.

Neste caso, com base num criterioso planeamento e gestão estratégica, económica e social.

Este tema ganha atualidade, porque o Grupo Parlamentar do PS entende que a autonomia dos Açores também se faz pelo reforço da autonomia do poder local. Nós não defendemos, como aconteceu em algumas autarquias, nenhuma rivalidade com o poder regional. Defendemos que as parcerias e o reforço da autonomia regional são e passam também pelo reforço da autonomia do poder local.

Queria ainda dizer que no quadro da crise presente, as autarquias não se podem eximir de participar nas soluções para as dificuldades do tempo presente, quer as soluções do seu próprio concelho, porque as autarquias hoje têm possibilidade de sair dos limites das suas fronteiras e em outros paralelos e azimutes, procurar ganhar recursos financeiros para o seu próprio concelho.

É óbvio que nós não estamos a falar em 15 000 empregos em 4 anos, como a Sra. Deputada Berta Cabral fez na última campanha.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Mas estamos a falar na defesa intransigente do poder local, face a atitudes da chamada “sebenta verde” do Governo da República que quer impor também a diminuição do número de freguesias nos Açores.

Este é mais um assunto que toca ao poder local mas também toca ao poder regional.

Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

A insistência nas políticas cegas de austeridade implica um poder local cada vez mais próximo das PESSOAS, privilegiando áreas sociais, culturais, ambientais e de lazer, fomentando a participação cívica (agenda local, orçamento participativo, o rigor na gestão orçamental/sustentabilidade financeira; a promoção de investimentos sustentáveis financeiramente e a cooperação intermunicípios, maximizando-se infraestruturas sem aumentar níveis globais de despesa. É preciso simplificar processos e práticas de modo a que a panóplia de atribuições e competências das autarquias, melhorem a sua capacidade de resposta.

Defendemos a integração da Universidade dos Açores na monitorização das políticas públicas locais para que essas respostas sejam também mais condizentes com aquilo que hoje em dia se chama inovação e conhecimento e que é importante incluir nas práticas públicas locais. Esta aliás é uma matéria deficitária. Como se sabe a Universidade dos Açores praticamente só participa nos planos municipais de emergência.

Deputado Cláudio Almeida (*PS*): E as bolsas! Universidade dos Açores... E as bolsas?

O Orador: Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Sendo o desenvolvimento um processo dinâmico e diversificado é importante ligar a investigação científica a esta questão.

As novas políticas públicas locais devem estar ligadas ao conhecimento, à inovação, à competitividade, constituindo polos facilitadores para a criação de emprego e riqueza.

Na preparação da entrada em vigor de um Novo Quadro Comunitário de Apoio é preciso que as autarquias se preparem para novos eixos de desenvolvimento. Este é o tempo certo de planear e projetar o próximo futuro para que não se atrasem os investimentos a partir do próximo ano e para que se consigam bons indicadores de execução financeira e material, com reflexos positivos no emprego e nas empresas.

Chegou a hora de, como se defende no Programa do Governo, avançarmos na cooperação com as autarquias açorianas, e isto é um aspeto crucial em termos do desenvolvimento socioeconómico da nossa região.

Por isso, o Plano 2013 honra os compromissos com os municípios dos Açores, através de contratos ARAAL e no desenvolvimento das economias concelhias e apoios sociais aos mais carenciados.

Urge por isso num quadro de cooperação reforçada, de proximidade, de descentralização, ter sobretudo a ideia que é muito património do PS, a ideia da permanente sensibilidade social para que os Açores sejam sempre melhores.

Disse.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostaria de perguntar à Sra. Presidente qual é o âmbito da nossa discussão.

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Deputado! Parece que incomodou!

O Orador: Se estamos aqui a discutir o Plano e Orçamento e Orientação de Médio Prazo para a RAA.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa tem como responsabilidade a gestão dos trabalhos e entendemos que esta foi uma perspetiva relacionada com o Plano e Orçamento e as Orientações de Médio Prazo, que estamos aqui a discutir.

Fica registada a sua interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fica registada a minha opinião! Não tem nada a ver com o Plano e o Orçamento!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo inscrições dou por encerrada esta fase do debate e dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social para uma intervenção.

(O Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As ações inscritas nos capítulos 7 e 8 do Plano e Orçamento para 2013 representam, para a vida dos açorianos, muito mais do que os 22 milhões da Solidariedade Social ou os 17 milhões destinados à habitação.

Cada creche, cada centro de atividades ocupacionais, cada euro destinado ao apoio ao arrendamento ou à recuperação de uma habitação degradada, são a concretização de direitos de cidadania, a materialização de direitos humanos, um investimento nas pessoas e para as pessoas.

Mais do que nunca, o planeamento de novas infraestruturas sociais deve obedecer a dois princípios fundamentais: dar resposta a necessidades objetivas das populações, de acordo com a carta social, e garantir a sustentabilidade do investimento, nomeadamente em termos do financiamento necessário ao seu funcionamento.

A estes dois princípios, comprovada necessidade social e sustentabilidade, devemos ainda acrescentar a orientação do XI Governo Regional, que privilegia a reabilitação do edificado, em detrimento de novas construções de raiz.

Opta-se igualmente por assegurar a concretização dos projetos que tinham financiamento assegurado, nomeadamente por fundos comunitários.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há tempo para desanimar diante da adversidade e muito menos este é o tempo para deixar de apoiar aqueles que mais precisam.

Passamos de 236 equipamentos sociais para 752 em dezasseis anos de governação. De uma capacidade instalada, em 1996, de 10.500 vagas para as atuais cerca de 30 mil, distribuídas de forma ajustada à realidade demográfica de cada uma das ilhas.

Em muitas destas respostas já atingimos a taxa mínima desejável de cobertura aconselhada pela OCDE.

Por isso, o principal enfoque nesta legislatura centra-se na rentabilização dos recursos existentes. Não podemos desperdiçar meios, competências ou boas práticas, mas procurar soluções em parceria.

É na cooperação, pela defesa do bem comum, que conseguiremos fazer muito mais com menos.

É pela rentabilização da capacidade instalada que poderemos chegar a mais cidadãos sem aumentar a despesa.

Apesar da redução financeira do OSS de mais de 2,6 milhões de euros, imposta pelo Governo da República, na verba destinada aos acordos de cooperação com as IPSS, estamos convictos que iremos conseguir manter ou até alargar as respostas que damos através da atual rede de equipamentos sociais.

Para tal, contamos com a cooperação das IPSS, Misericórdias e Casas do Povo, parceiros sociais por excelência na resposta às necessidades efetivas das pessoas e das famílias. Podemos e devemos evitar a duplicação de serviços, na medida em que soubermos partilhar recursos, entreatudarmo-nos nas respostas ou até abdicar de novos projetos, sem por em causa aqueles a quem se destinam.

Sabemos que isso é possível. Ainda no início deste ano conseguimos sentar à mesma mesa duas associações de pais de crianças com problemas neurológicos,

preocupadas em garantir uma resposta, mas também procurando consensos, ultrapassando divergências e perspetivando a construção de um único equipamento.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não basta dar de comer ou refazer o teto de uma casa para defender os direitos das crianças, principais vítimas da pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o que os senhores fazem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas começa por aí!

A Oradora: É preciso promover oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo. Nesse sentido, iremos concluir nesta legislatura a rede de creches em todos os concelhos dos Açores.

São mais de cinco milhões de euros para beneficiar creches, ATL, em alguns casos construídas junto a centros de dia, promovendo uma maior ligação intergeracional.

Durante o ano de 2013 termina a construção da creche da Casa Bernardo Silveira Estrela, no concelho da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, as creches de Vila do Porto, em Santa Maria, e a dos Flamengos, na ilha do Faial, e será iniciado o processo de remodelação de um edifício para creche no concelho de Nordeste, em São Miguel.

Para apoiar as pessoas com deficiência, este orçamento prevê montantes destinados a alargar a rede de lares residenciais, na Terceira e em S. Jorge, e a construção de novos centros de atividades ocupacionais na Praia da Vitória, na ilha Terceira, e na Graciosa, a par da reabilitação do centro da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.

Acreditamos que a política para os idosos deve apostar, sobretudo, no retardamento do acolhimento em lares e em respostas alternativas. No entanto, iremos garantir um maior número de vagas neste tipo de equipamento em S. Miguel e na Terceira (Pico da Pedra, Povoação e Altares), melhorando os índices de cobertura.

Prevê-se ainda a melhoria do Serviço de Apoio ao Domicílio na ilha Terceira, prestado pela Casa do Povo de Porto Judeu, e a criação de centros de dia e de noite na Urzelina, em S. Jorge, e no Porto Judeu, na ilha Terceira, num investimento global de cerca 6,5 milhões de euros.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As respostas sociais existentes nos Açores são serviços de proximidade, que protegem as pessoas, acolhem as suas necessidades e, em simultâneo, promovem o desenvolvimento local.

No entanto, temos consciência de que, no contexto atual, estas não são respostas suficientes, para combater a perda de rendimento das famílias. Muitas famílias, particularmente as que têm menores a cargo e os idosos, lutam diariamente para encontrar respostas num quotidiano cada vez mais adverso.

Nesse sentido, estão previstos mais de 8 milhões de euros na medida Fundo de Compensação Social. Sem dúvida, um esforço financeiro da Região, quando o Governo da República corta ou poupa 12 milhões de euros no orçamento da Segurança Social, suportado em sucessivas alterações legislativas que alteram prestações sociais, subsídio de desemprego, abono de família ou o rendimento social de inserção, também dos açorianos.

Consciente desse impacto, o Governo Regional mantém, neste orçamento, o complemento de abono de família, orçado em 2,25 milhões de euros, que no ano passado abrangeu mais de 35 mil crianças, e o complemento para compra de medicamentos, com cerca de 1,6 milhões de euros, que apoiou mais de 13 mil idosos em 2012, para além do complemento de pensão, que atualmente beneficia mais de 35 mil pensionistas.

Este complemento de pensão que foi reforçado em 3% em 2013, conforme foi anunciado pelo Presidente do Governo Regional, implica 24 milhões de euros do orçamento regional. Uma decisão que contraria a posição adotada na República, onde o Governo diariamente reduz o rendimento dos portugueses, com efeitos nefastos nos mais idosos, que muito já contribuíram e que, na

velhice, esperam que o Governo entenda a “solidariedade como sinónimo de Humanidade”.

Citando o antigo ministro do CDS-PP, "não se está a ir às gorduras do Estado, mas ao osso e à carne das pessoas".

Para este Governo, o envelhecimento ativo não é apenas o lema de um ano internacional, mas um direito de todos particularmente na velhice, que o Plano e Orçamento para 2013 mantém a concretização dos Programas 60+ e Açores para todas as idades.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num quadro de perda de rendimentos das famílias, temos de realçar o enorme impacto que representa o apoio do Governo no acesso à habitação, por parte de famílias com menores rendimentos, sobretudo através dos apoios ao arrendamento.

O programa “Famílias com Futuro” apoia cerca de 1200 famílias. Um programa que se mantém em 2013 e que irá continuar a beneficiar as famílias açorianas. Desde logo, no início deste ano, foram aprovadas mais 227 candidaturas na vertente “incentivo ao arrendamento”, num acréscimo mensal de 41 mil euros, que irá beneficiar, sobretudo, casais jovens e famílias monoparentais.

Ainda este ano, teremos uma fase única de candidaturas ao programa “Famílias com futuro”, que decorrerá entre agosto e setembro, permitindo, mais uma vez, que mais açorianos melhorem as suas condições habitacionais, incentivando por essa via o setor imobiliário e o mercado de arrendamento.

Cumpriremos com todos os acordos de parceria formalizados com os municípios no âmbito do Programa PROHABITA, os contratos de arrendamento com o IHRU e os contratos firmados com os particulares e com as famílias.

Em matéria de reabilitação de habitação degradada as verbas inscritas para 2013 registam um acréscimo de 6% face ao ano anterior. São sete milhões de euros que asseguram a concretização dos processos em curso e garantem resposta a novas situações emergentes.

O acesso à habitação é, sem dúvida, um direito dos cidadãos e uma condição necessária para combater a pobreza e promover a inserção social. Seremos sempre os primeiros a defender as famílias que carecem deste apoio, combatendo a sua estigmatização, agindo de forma integrada em parceria com as autarquias e outros domínios de intervenção social.

A carência habitacional surge sempre relacionada com outras dificuldades, daí que o Governo Regional tem procurado interligar as respostas habitacionais, seja por arrendamento, realojamento ou reabilitação, com a intervenção dos técnicos da ação social que acompanham as famílias apoiadas.

Há que promover o sentido de comunidade para combater atitudes de discriminação e exclusão, particularmente em zonas de realojamento social ou em bairros de custos controlados, como, por exemplo, está atualmente em curso num loteamento dos Arrifes.

Seremos firmes a defender estas famílias e igualmente assertivos ao exigir que cumpram com as suas obrigações contratuais, nomeadamente o pagamento das rendas e a boa manutenção dos espaços.

Ao nível legislativo, estamos a construir uma solução de regime de arrendamento social que se ajuste à nossa realidade económica e social e reforce o sentido de justiça na definição das rendas, dos direitos e das obrigações das famílias inquilinas, de modo a garantir o financiamento da manutenção dos fogos e a mobilidade social das famílias realojadas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A igualdade de oportunidades não depende apenas das ações inscritas neste plano. As desigualdades que queremos combater estão enraizadas em comportamentos e modelos de referência culturais, que forjam mentalidades, atitudes e comportamentos discriminatórios. Ainda hoje, há cidadãos que são rotulados, estigmatizados e prejudicados por razões de género, por serem portadores de deficiência ou possuírem um determinado nível socioeconómico. Ainda hoje, há diferenças de vencimento entre homens e mulheres em situações laborais idênticas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que será que o Governo fez estes anos todos?

A Oradora: ... há barreiras arquitetónicas ou de comunicação que dificultam a acessibilidade de todos os cidadãos, há intolerância social onde antes existiam relações de vizinhança.

Ainda não mudamos o suficiente no combate às desigualdades sociais, mas isso não invalida que nos orgulhemos do caminho percorrido, particularmente quando olhamos a visibilidade que hoje tem a deficiência ou o fenómeno da violência doméstica.

Hoje, nos Açores, há menos tolerância perante a violência doméstica e certamente também por isso há mais denúncias. Através das redes integradas e dos polos de prevenção e combate à violência doméstica é hoje possível dar uma resposta adequada em todas as ilhas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A indiferença é sem dúvida a pior forma de estar em sociedade quando queremos combater desigualdades e promover a justiça social.

Indiferentes não são certamente todos aqueles que dedicam parte do seu tempo ao voluntariado.

O Governo Regional faz questão de reconhecer publicamente o enorme esforço e dedicação que as direções das IPSS, Misericórdias e Casas do Povo colocam na defesa de causas sociais, trabalhando de forma generosa e altruísta em centenas de equipamentos sociais.

Não sendo uma ação orçamentada, temos consciência do enorme valor que esse serviço voluntário representa. Por isso, dará entrada brevemente nesta Assembleia uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que, a ser aprovada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A ser aprovada... Tem graça!

A Oradora: ... define a criação de uma Rede Regional de Voluntariado. Uma rede que ambiciona incrementar a participação da sociedade civil açoriana em

ações de voluntariado, reconhecendo por essa via o estatuto do cidadão voluntário.

Com este enquadramento poderemos mobilizar e organizar melhor a intervenção dos voluntários, particularmente necessária em situações de catástrofe, como aliás foi notório aquando das recentes enxurradas que assolaram algumas freguesias açorianas.

Este é, sem dúvida, um tempo para assumir a nossa responsabilidade individual e coletiva. Um tempo para convocar todos e cada um a dar mais e o melhor de si.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não parece!

A Oradora: 2013 é o Ano Europeu dos Direitos dos Cidadãos, mais um alerta para a importância da cidadania ativa. Temos de acreditar na força e na capacidade solidária de todos. Temos de combater a tentação dos que buscam o protagonismo individual se quisermos aumentar a nossa capacidade de cooperação na busca de melhores soluções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No ano europeu da pobreza, o que é que os senhores fizeram?

A Oradora: Podemos, se quisermos, construir uma sociedade mais justa e mais solidária, basta para isso combater a indiferença e o comodismo.

Não podemos baixar os braços diante da adversidade. Se, enfrentando as dificuldades, trilharmos um caminho de cooperação e partilha de recursos, esse será o testemunho que iremos deixar às gerações mais novas”.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito das questões sociais é preciso enfrentar a realidade sem um quadro artificial.

É preciso que se diga aquilo que se está a passar nos Açores e o que se está a passar nos Açores, neste momento, é que temos crianças a passar fome. Cada vez mais crianças têm grandes dificuldades, do ponto de vista do aproveitamento letivo.

Muita gente perguntava-me a que é que se deve o facto das nossas crianças terem os piores resultados escolares do País, atrás até da Região Autónoma da Madeira?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Têm, pelo facto de chegarem de barriga vazia às escolas da nossa região. Aqui é que está a questão.

Austeridade todos estão a ter, mas temos aqui questões de enorme gravidade.

Sobre esta questão o que lhe queria dizer Sra. Secretária era: deixe-se de burocracias, programas. Digo-lhe já qual é o diagnóstico: resolver este problema já, agora, todos os dias, com os recursos públicos. Colocar os recursos públicos ao dispor dessas crianças e dessas famílias.

Este é um plano de ação objetivo. É fazê-lo já!

Deputada Berta Cabral (PSD): Políticas sociais!

O Orador: Mais do que isso. A Sra. Secretária falou da violência doméstica. É um fenómeno que todos os testemunhos apontam para não a sua diminuição, mas o seu aumento.

O agravamento desta questão, da violência exercida sobre as mulheres, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os homens! A violência doméstica não é só nas mulheres!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os idosos!

O Orador: ... tem a ver também com a degradação da questão social.

Nesta matéria, 16 anos depois da governação do PS, os senhores têm resultados miseráveis que nos envergonham no âmbito nacional, envergonham-nos perante o País.

Quero também referenciar-vos aquela que é uma questão absolutamente essencial do ponto de vista social, que é a questão da toxicodependência.

Na questão da toxicodependência o que nós verificamos e todos os testemunhos apontam nesse sentido? É que cada vez mais jovens são apanhados por essa rede, por esse tipo de problemas. A venda de droga é feita às claras, junto das portas das escolas. Eu não vejo nenhum sucesso em relação ao combate da toxicodependência.

Digo-lhe, Sra. Secretária: é preciso que enfrente esta questão com total honestidade.

Do ponto de vista social o que os senhores nos deixaram ao longo destes 16 anos e que temos que enfrentar é uma catástrofe. Esta é que é a questão: uma catástrofe!

Portanto, Sra. Secretária, seja objetiva, avance de imediato para os problemas que não precisam de um diagnóstico, precisam é de boa vontade, de eficácia, de objetividade.

Vamos resolver estas questões e vamos deixar-nos de sofismas.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sra. Secretária Regional, efetivamente a palavra que me ocorre para classificar o seu discurso, se me é permitido o abuso, é “que pobreza”.

O que a senhora ali disse não traz um alento de esperança a quem sofre nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A senhora veio com uma repetição do que era aqui dito no passado, não apresentando nada de diferente, nem nada de novo para combater a fome que existe nos Açores, para combater a pobreza que existe nos Açores, para tomar medidas, para ter uns Açores mais coesos.

Sr. Secretária, a herança da década da governação do séc. XXI, da primeira década do PS, é de pobreza. Estamos no último lugar da coesão a nível nacional. Em 30 regiões do país somos justamente a 30ª.

Estamos em último lugar no índice de desenvolvimento regional. Trinta, Sra. Secretária! E não vejo uma única medida, um único rasgo de esperança, no seu discurso para combater a pobreza. A pobreza dos mais idosos, a pobreza de quem passa fome nos Açores, Sra. Secretária Regional. Não há uma única medida. O que há é uma diminuição de verbas para combate à pobreza.

O que vai acontecer é que a pobreza nos Açores não se combate com medidas pontuais como as que os senhores têm tomado.

Ou há um programa estrutural para combater a pobreza nos Açores... Essa pobreza é culpa das políticas erradas do Governo Regional dos Açores, que andou a investir em infraestruturas, a duplicar, a triplicar infraestruturas e esqueceu-se de atender as pessoas.

O que a senhora vem aqui fazer é falar em mais infraestruturas e duplicar, mais do que duplicar, num exemplo que a senhora acabou ali de dar.

Que desalento para os açorianos. Da sua solidariedade social, não vão ter rigorosamente nada, Sra. Secretária.

A herança, a continuidade... A senhora vai continuar a ser a última a nível da coesão, os Açores vão continuar no último lugar ao nível do desenvolvimento regional, com esta política, com este Orçamento e com este Plano que a senhora acabou de nos apresentar aqui.

Curiosamente, a senhora envergonhadamente não referiu na sua intervenção, uma vez que seja, a palavra pobreza e pobre.

Sra. Secretária, eles existem e não nos devem envergonhar!

Eles existem e nós devemos ajudá-los!

A senhora pura e simplesmente ignorou a pobreza e os pobres na sua intervenção, propositadamente, para camuflar o estado calamitoso que se vive.

A senhora não sabe porque a senhora não anda na rua, porque a senhora não fala com as pessoas. A senhora move-se em nichos de mercado.

Havia alturas em que as pessoas pediam dinheiro. Hoje pedem comida, Sra. Secretária Regional. Pedem comida para dar aos filhos em casa!

Alguns de nós, aqui, temos essa experiência, de nos irem bater à porta para pedir comida e os senhores diminuem a verba para o combate à pobreza e à exclusão social.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, três perguntas, diretas e breves, porque o tempo é escasso.

Primeira: bem sabemos que a Orgânica do Governo é nova e às vezes com uma lógica que ainda está pouco apreendida e às vezes pouco percebida, não sendo fácil.

Mas, não deixamos de estranhar, dentro desta nova orgânica, que uma medida como a reabilitação urbana, que foi apresentada e defendida, durante a campanha eleitoral pelo PS, como um instrumento de alavancagem e de dinamização da nossa economia, criação de postos de trabalho, manutenção de emprego e salvação de empresas de uma falência anunciada, pertença, sem nenhum desprimor, pela secretaria que a senhora tutela, bem pelo contrário e esteja sob a alçada da solidariedade social.

Eu gostaria de ouvir a Sra. Secretária explicar por que é que uma medida como a reabilitação urbana está debaixo da alçada da solidariedade social?

Segunda questão: numa altura em que falta tudo em dezenas de milhares de lares da nossa Região, e quando digo tudo, é tudo mesmo, inclusive a comida, como é que a Sra. Secretária Regional explica que, no orçamento da solidariedade social, tenha sido retirado cerca de 7,5 milhões de euros?

Num momento em que reconhecidamente, como ainda há pouco o Sr. Vice-Presidente fez, é expetável, para não dizer seguro, que o desemprego nesta Região vai continuar a aumentar, como é que a solidariedade social nesta

Região pode responder ao que aí vem, de maior tragédia e de maior carência, com um corte de 7,5 milhões de euros, no orçamento da solidariedade social?

Finalmente, Sra. Secretária Regional, aumento do Complemento Regional de Pensão: contas feitas, Sra. Secretária Regional, os pensionistas que auferem pensões abaixo do salário mínimo regional vão ter um aumento, dado pelo Governo Regional do PS, que não chega a 5 cêntimos por dia.

Aquilo que eu pergunto à Sra. Secretária Regional é se estes 5 cêntimos por dia são aquilo que hoje de manhã o Sr. Deputado Francisco Coelho chamou o “raiozinho de socialismo atlântico”?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Entro neste debate com um objetivo claro.

Em primeiro lugar, assumir, e o Grupo Parlamentar do PS assume, que a realidade social e económica da Região é difícil, os tempos são difíceis, as situações que todos os dias nos confrontamos são difíceis. Todos nós passamos por dificuldades.

É evidente que também gostaria de reafirmar que o PS, em diversas épocas e em diversas situações, aumentou sempre os complementos regionais de apoio social e, além disso, tem vindo a investir em várias infraestruturas que servem de apoio àqueles que são os mais necessitados.

Não vou repetir aqui aquilo que já foi dito pela Sra. Secretária, mas era bom dizer que o grande objetivo, neste momento, do Programa do Governo (e o Grupo Parlamentar do PS congratula-se) é que de facto é preciso rentabilizar os recursos que nós temos e que já são muitos em diversas áreas. Rentabilizá-los, tirar o máximo de rentabilidade dessas instituições e das suas parcerias, de modo a que possamos minimizar os impactos que hoje vivemos nas nossas famílias e onde haja famílias com dificuldades o Governo com certeza estará sempre ao seu lado para tentar resolver satisfatoriamente as suas necessidades.

É evidente que este não é um orçamento que gostaríamos de ter, mas é o orçamento possível, no âmbito daquilo que são as contingências e as situações que resultam dos brutais cortes que os orçamentos da segurança social nacional fizeram ao Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: É verdade e o Sr. Deputado sabe que é verdade. Só nos acordos de cooperação para o financiamento foram 2,6 milhões de euros; sabe que relativamente aos outros complementos foram 12 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já lhe vou dizer!

O Orador: Gostaria de dizer ainda o seguinte: é evidente que todos somos confrontados no dia-a-dia com situações de pessoas que nos pedem comida, que nos pedem apoio. É verdade!

Mas também acreditamos que não seja pela barriga vazia que possa haver ou não menor sucesso escolar. Terei que dizer isso ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, não diga isso!

O Orador: Por outro lado, sob o ponto de vista da violência doméstica.

Sobre a violência doméstica conhecemos a situação, até porque o PS é pioneiro em criar estruturas e condições para combater a violência doméstica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não sabe o que acabou de dizer!

Nem a Sra. Secretária é capaz de justificar isso!

O Orador: Tanto é que nos últimos anos aumentámos em sete estruturas que são destinadas às situações de violência doméstica.

É preciso todos nós termos a responsabilidade de nos unirmos e não de separar aquilo que é o grande objetivo de criar mais e melhores condições para aqueles que precisam dos nossos cuidados.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 6 horas e 30 minutos.

Eram 18 horas e 03 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, solicito-lhe um esclarecimento sobre um projeto do Centro de Dia e Noite na freguesia de S. Pedro, na Ilha de Santa Maria.

Aquando da sua apresentação pública, na última Legislatura, o Governo Regional considerou esta obra muito importante (e passo a citar) “para a nova geração das políticas sociais” (fim de citação) mas ao que se vê não teve tempo para crescer.

Sra. Secretária, o que é que se alterou para o Governo Regional, na implementação da dita nova geração de políticas sociais, ter cancelado a obra e V. Exa. ter comunicado, faz hoje um mês, que não era uma obra prioritária para Santa Maria?

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com grande sentido de responsabilidade e problema social que esta bancada tem consciência de que realmente vivemos grandes problemas sociais na nossa Região.

Não é um facto de que nos orgulhemos, não, de forma alguma.

Também tenho a consciência de que não há partido nenhum nesta câmara que tenha mais o sentido desse problema que nós.

Gostaríamos de fazer muito mais. É verdade! Gostaríamos.

Poderíamos, até certo ponto fazer muito mais, se não tivéssemos tido o corte que tivemos no orçamento da segurança social, na ordem dos 12 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Um corte que afeta abonos de família, subsídio de desemprego, que afeta as pensões de velhice, afeta o abono parental, ou seja, afeta todas as áreas que realmente são muito importantes para o bem-estar social das nossas famílias, das nossas crianças.

Estamos aqui a comentar e a falar realmente dum passado que temos vivido, um problema que existe e que vem. Mas estamos aqui especialmente hoje para debater o Plano e Orçamento. É nessa ordem, de debater o Plano e Orçamento para o corrente ano e com as restrições que sabemos que temos, que eu queria fazer uma pergunta à Sra. Secretária.

Tendo em conta todas estas limitações, considero que é muito positivo saber que a garantia do bem-estar e do desenvolvimento das nossas crianças é muito importante.

Curiosamente é o único projeto que sofre um aumento este ano.

Gostaria de perguntar à Sra. Secretária quais são as medidas que a Região tem desenvolvido e pretende levar a cabo, no corrente ano, para diminuir o impacto da pobreza, nomeadamente nos lares onde existem crianças e onde essa pobreza é muito mais abrangente do que se tem referido aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Financiar a iniciativa privada!

A Oradora: É uma abrangência que vai desde o bem-estar do lar e que se repercute à saída dessa criança para a sociedade para que ela consiga realmente ter um desenvolvimento intelectual, educacional e social, da melhor forma que todos nós desejamos com certeza.

Muito obrigada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvimos esta manhã o Sr. Vice-Presidente do Governo fazer questão em repetidamente acentuar as diferenças entre a situação que se vive na Região Autónoma dos Açores e aquela que se vive na República, concluindo naturalmente pela excelência da situação que se vive nos Açores.

No entanto em declarações feitas ao Expresso *on-line*, de hoje, a Sra. Secretária Regional dizia o seguinte, e cito: “é verdade que as famílias nos Açores estão a passar mais dificuldades face ao desemprego e à perda de rendimentos, mas a situação é semelhante ao continente”.

Esta afirmação, Sra. Secretária, levanta-me naturalmente uma dúvida imediata. Afinal onde está a Região modelo que ouvimos falar esta manhã?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal, estamos tão bem e as cantinas sociais que deviam estar a funcionar nos Açores, só funcionam numa ilha e a sua implementação está atrasada (reconheceu a senhora).

Afinal, estamos tão bem e as nossas crianças passam fome nos Açores, Sra. Secretária.

Segunda questão: na sua intervenção, aqui no Plenário, a Sra. Secretária abordou a problemática da inclusão e como sabe os discursos e as promessas nada adiantam em termos de inclusão social.

Por isso devo questioná-la concretamente sobre o seguinte: em 2010, no âmbito do Plano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, o Governo Regional apresentava duas medidas emblemáticas.

A primeira era o lançamento do Observatório para a Coesão Social dos Açores. A pergunta que lhe faço é se ele existe? O que é que foi feito? Que relatórios é que este Observatório produziu?

Outra medida era o lançamento do Plano de Inclusão para a Região Autónoma dos Açores. A questão que lhe coloco é onde é que está este Plano, Sra. Secretária?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desde 2010!

O Orador: A emergência social que vivemos nos Açores exige muito mais do que palavras, desculpas e promessas velhas desde de 2010.

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e pela sua afirmação: “vivemos numa situação de catástrofe, não precisam de diagnóstico”.

Sr. Deputado, estamos aqui a discutir o Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores, para o ano de 2013.

Estamos por isso a discutir dinheiros públicos e quando se discutem dinheiros públicos é óbvio que tem que haver planeamento, tem que haver diagnóstico.

Não se gerem dinheiros públicos com emoção.

Se se quer ser justo na distribuição e na alocação dos dinheiros públicos, tem que haver critérios de justiça social e critérios de atribuição desse investimento.

Portanto, não é com a sua emoção, levada ao extremo, que o senhor certamente irá conseguir combater o flagelo de que é a carência alimentar.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor critica dizendo que não há um programa de combate à pobreza. Não sei se o senhor estava à espera de encontrar algo encadernado com capas de cabedal, mas isso não é necessário para agir no combate à pobreza.

O Sr. Deputado revela, na sua forma de entender a pobreza, uma visão muito limitada do que é a ação nesse combate. O senhor que até apoia a redução dos apoios pecuniários aos que mais precisam, reduzindo pela legislação imposta pela República, o abono de família, o subsídio de desemprego, a comparticipação por cada filho numa família carenciada que beneficie do RSI, vem aqui reclamar por mais verbas.

O senhor acha que só conhece, pela sua forma de falar, a pobreza quando ela chega ao nível da mendicidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas ela já chegou nos Açores!

A Oradora: É exatamente para combater a severidade da pobreza que existe o RSI que os senhores tanto combatem.

Portanto se o senhor não gosta de ver a severidade da pobreza nas ruas, então aprove e deixe ficar o RSI como uma medida justa ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quem é que criou o RSI?

A Oradora: ... e correta de reduzir a intensidade da pobreza, porque não combate a pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não combate a pobreza!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E depois a senhora fala em estigmas! Quem será que tem estigmas afinal?!

A Oradora: Reduz a intensidade da pobreza. O senhor precisa das frases completas? Eu dou-lhe as frases completas.

A ação contra a pobreza tem que ser articulada e, portanto, não precisa de um plano encadernado com capas douradas. Articula-se com a educação, a educação dos adultos e a Região é pioneira nesse sentido;

Articula-se com a educação dos mais jovens e a Região, hoje em dia, tem o acesso aos jardins-de-infâncias generalizado a todas as ilhas;

Articula-se com a habitação e a Região hoje tem programas para apoiar o arrendamento, para apoiar as famílias com grave carência habitacional;

Articula-se com o empreendedorismo e a Região hoje tem o programa microcrédito, tem o Empreende Jovem, tem o Apoio ao Artesanato, no sentido de estimular o auto emprego;

Articula-se com as escolinhas de futebol, com as escolinhas de desporto, que desenvolvem o desporto em meios sociais mais carenciados;

Articula-se com uma política também de acesso à cultura e é bem isso o exemplo a Orquestra de Jazz de Rabo de Peixe, que é apoiada pelo Governo;

Articula-se com o apoio aos repatriados, ao sem-abrigo, aos emigrantes, aos emigrantes que os senhores a nível da República classificaram como os “desejados” e os “indesejados”, quando se trata da medida do RSI;

Articula-se também com a reabilitação de zonas degradadas e hoje cada vez mais, são mesmo pontuais, as situações de bairros degradados que carecem de uma intervenção habitacional;

Articula-se ainda com o acesso ao ensino profissional e profissionalizante, após o ensino obrigatório, que era algo que inexistia nos Açores há 16 anos atrás.

Portanto, o combate à pobreza Sr. Deputado, não se faz apenas com sopas e com pão. O combate à pobreza significa a promoção da inclusão social.

Já agora eu gostava de saber qual é o seu programa para combater a pobreza.

Eu acho que o que o senhor quer é regredir 50 anos e voltar aos tempos das sopas dos pobres, que matam qualquer ambição a esses cidadãos.

Se há coisa que os estudos sobre a pobreza nos revelam é que as pessoas em situação de grande carência perdem a esperança, perdem a ambição e o que os senhores querem é exatamente que elas fiquem nesse patamar, comendo a sopa dos pobres e recebendo a roupa em segunda mão.

Perante a carência extrema não podemos ficar realmente indiferentes, por isso eu referi e a notícia que o Sr. Deputado Costa Pereira fez referência também refere. O programa de cantinas sociais está em curso na Região, já existe na Terceira, já existe em S. Miguel e vai alargar-se dentro da medida que é necessário ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que financia?

A Oradora: Eu posso dizer-lhe. É um programa baseado no orçamento da República de emergência alimentar que tem orçado mais de um milhão de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga para ser séria!

A Oradora: Não há problema nenhum em dizê-lo. O orçamento da segurança social é da República ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

A Oradora: Oh senhor é uma novidade agora para si? O senhor descobriu a pólvora neste momento?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a senhora é que acendeu o rastilho!

A Oradora: A única diferença é que nós só vamos a programas desses quando realmente essa circunstância é absolutamente necessária.

As cantinas sociais não devem ser a prioridade na intervenção e no combate à pobreza.

Portanto, para combater a pobreza não se age apenas em situação de emergência e o que os senhores querem é levar a situação social ao limite da emergência e então agir de consciência muito tranquila perante a emergência.

Sr. Deputado, de acordo com os indicadores da rede nacional de pobreza, publicados em Agosto de 2012 (o senhor gosta muito de dizer, estamos em último lugar, acho que sente um certo gozo nesta afirmação), os Açores teriam uma taxa de pobreza de 15.6, acima da média nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 17.9!

A Oradora: No entanto é preciso ver aqui um aspeto e eu já uma vez disse isso aqui no Parlamento: gostava que os senhores me explicassem que se nós tivérmos, 15, 16, 17 (o País está à volta de 18)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 17.9!

A Oradora: ... se temos 18% de taxa de pobreza e se na Região nós apoiamos através do RSI, 8% da população ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós quem? Quem é que apoia?

A Oradora: ... (aliás a Dra. Berta Cabral também fez questão de fazer referência a isso) desses 17, 16 ou 15, seja o que for, se apoiamos 8%, se o país apoia 4%, se a Madeira apoia 2,7 % através do RSI, o que é que acontece aos outros? Não vos interessa?

Na Madeira a taxa de pobreza é superior à dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

A Oradora: ... e o número de beneficiários do RSI é muito inferior aos açorianos. O que é que acontecem aos outros?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os nossos pobres são mais pobres! O problema é esse!

A Oradora: Sr. Deputado Artur Lima, fosse mais 1% do que aqueles que são apoiados no RSI, o que é que acontece a essas pessoas?

Eu penso que é reveladora a sua posição. O que os senhores querem é que as pessoas fiquem escondidas, é que as pessoas tenham vergonha de pedir apoios ao Governo, é que as pessoas não apareçam nos serviços de Ação Social e vivam na sua miséria, na sua limitação.

Isso não é a política deste Governo, não é a política do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A política tem sido manter as pessoas nessa condição, Sra. Secretária!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora fez referência que não percebe por que é que a reabilitação urbana está na Direção Regional da Habitação, ou não percebe por que é que a Direção Regional da Habitação, em suma, está na alçada da Solidariedade Social.

Há uma vertente na reabilitação urbana que tem a ver com a habitação degradada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas há outras vertentes!

A Oradora: Mas nós não trabalhamos sozinhos, trabalhamos em parceria, nomeadamente com as autarquias. Aqui chamo de novo a atenção para a grande diferença entre o Governo Regional e o Governo da República. Nós cumprimos com os nossos compromissos, com o IHRU, cumprimos com os nossos compromissos com os municípios em matéria de contratos ARAAL.

O IHRU, dependente do Ministério do Território, da Agricultura e de uma série de outras áreas, a nível da República, pura e simplesmente cortou o financiamento aos municípios dos Açores em matéria dos compromissos que tinha assumido com os contratos ARAAL.

Portanto, nós cumprimos, estamos a apoiar as autarquias também na reabilitação urbana. Estamos a intervir também na recuperação de bairros sociais e vamos candidatar esse tipo de intervenção no próximo Quadro

Comunitário de Apoio que à partida parece reservar algumas verbas para esse efeito, nomeadamente em matéria de eficiência energética das habitações.

Nós não trabalhamos sozinhos na área da habitação, mas em parceria com as autarquias.

Portanto, penso que é clara a questão da habitação degradada.

A senhora criticou o aumento do complemento de reforma.

A senhora criticou os 5 cêntimos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não critiquei! Constatei!

A Oradora: Criticou, contactou, objetivou, o que a senhora quiser...

A senhora esquece-se que estamos a falar do aumento de um complemento, ou seja, a Região faz o esforço é na manutenção do complemento. Isso é fundamental. Um complemento que pode ir até 50 euros mensais, o chamado cheque pequenino. Isso é que faz a diferença.

É evidente que não é os 3 euros por mês que a pessoa recebe que vai fazer a diferença. São os 53 euros que a pessoa recebe que vai fazer a diferença.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então não vale a pena aumentar nada! 5 cêntimos por dia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que fazem uma grande bandeira desse aumento, Sra. Secretária!

A Oradora: Era preferível retirar 5 cêntimos por dia?

Sra. Deputada, eu acho que pior do que aumentar pouco é retirar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é não!

A Oradora: O que está a acontecer na República é que se retira os apoios aos idosos, é que se retiram os abonos de família e em dezembro de 2012 tinha baixado 2,86% a percentagem de abonos de família a nível nacional.

Eu acho que isto é que envergonha um País, retirar os apoios às famílias quando elas mais precisam, nomeadamente perante as necessidades das suas famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que aumentou as pensões!

A Oradora: Eu acho que a política da República é bom exemplo de manchetes de grandes promessas e que depois não correspondem a conteúdos.

Lembro-me duma citação do responsável social do patriarcado de Lisboa que disse, por exemplo, a propósito de uma medida do Ministro Mota Soares, “o plano de emergência foi uma coisa que apareceu e desapareceu. Nem um cêntimo chegou às IPSS”.

Eu acho que isso é que é uma política do faz de conta. A emergência, os beneficiários de RSI que tinham milhares de euros no banco e depois se vem verificar que não tem qualquer impacto na seleção e na cessação das medidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acaba-se com os estigmas, não acha?

A Oradora: Sra. Deputada Aida Amaral, em relação ao Centro de Dia e de Noite de S. Pedro na Ilha de Santa Maria, a senhora perguntou o que é que mudou, 12 milhões de euros na área da segurança social, 2,6 milhões de euros para os acordos de cooperação.

O que muda Sra. Deputada é a capacidade financeira da Região para continuar a manter as valências sociais que já existem na nossa região.

O que muda é a consciência que temos que aprovar projetos em função de uma carta social, em função de repostas que existam, ou não existam para cobrir as necessidades de uma comunidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diria que é produto cofinanciado pelo Continente! Quem diria!

A Oradora: O que foi dito a S. Pedro não foi que esse projeto, não seria analisado. O que foi dito foi que este ano, o projeto do Centro de Dia e de Noite de S. Pedro não estava cabimentado no orçamento de 2013.

Em relação ao deputado Costa Pereira, queremos fazer a diferença em relação à República. Estamos a fazer a diferença em relação à República.

Sr. Deputado desde logo, nós estamos a manter os apoios, que como eu disse há pouco, não foram retirados numa situação de dificuldade, provavelmente seria uma forma também de poupar este dinheiro, retirando complementos de apoio às famílias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não aumenta?

A Oradora: Nós fazemos a diferença, nomeadamente procurando com as instituições que nós já temos, com a rede de equipamentos que nós já temos,

responder às pessoas, alargar os serviços, seja no apoio ao domicílio, seja no fornecimento de alimentação, seja no acolhimento das crianças em ATL, ou seja, nós estamos a apoiar as famílias com a rede de equipamentos.

Entrar, como eu disse há bocadinho, nas cantinas sociais, é entrar num outro registo de apoio, é entrar exatamente no apoio à sobrevivência, que temos consciência que algumas famílias estarão nesse limite e é na medida em que se identificam essas famílias nessas dificuldades que as cantinas sociais irão aparecer, irão dar resposta.

Isso não invalida que sejam criticáveis todos os movimentos cívicos que se organizam em apoio a estas pessoas com mais carência e que têm inclusive distribuir refeições e até feito uma ligação entre hotéis, restaurantes e algumas destas família.

Isto é a atitude solidária que sempre existiu na parte dos cidadãos e que é de louvar. Portanto nós não condenamos.

Agora, quando o Governo entra neste domínio da alimentação dos mais carenciados tem que ter por base um levantamento, um diagnóstico de famílias identificadas pela ação social e é com base nesse critério que é atribuído na ação social escolar a nível da alimentação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É um critério político!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há famílias a passar fome! Sabe o que é isso? Famílias a passar fome! ...

A Oradora: Quanto à questão do que foi feito na legislatura anterior, dispenso-me de estar aqui a fazer análises de instrumentos que existiram e posso fazer-lhe chegar o Plano de Inclusão de Combate à Pobreza que decorreu entre 2010 e 2012.

Faço-lhe chegar depois uma cópia desse plano.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária da Solidariedade Social disse que na minha intervenção eu tinha levado a emoção ao extremo. Eu quero dizer-lhe que não se trata aqui de decidir com frieza sobre estas questões ou sobre quem tem mais ou menos emoção.

Quero dizer-lhe que assumo que esta questão é uma questão que me emociona, é uma questão que não aceito, nem consigo aceitar, que a sociedade açoriana, a Região Autónoma dos Açores, não seja suficientemente rica, não tenha os recursos suficientes para impedir aquilo que se passa. E não sou eu que o digo, é a própria comunicação social que o refere e que tem trabalho de campo em relação a estas questões.

Mesmo ontem o Açoriano Oriental publicava na primeira página: “há crianças a passar fome em S. Miguel”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é falso, Sra. Secretária?

O Orador: Não é a oposição que o diz, são os jornalistas que fizeram este trabalho de campo. Há imensos testemunhos nesta reportagem e foi aquilo que eu pude observar em S. Miguel, também diretamente, com o testemunho direto. É aquilo que as pessoas me contam, é aquilo que todos podemos observar, uma miséria extrema, dificuldades tremendas.

O que eu lhe disse foi que a Sra. Secretária deveria ter um plano de urgência de contingência. Não podemos atacar este problema daqui a 15 dias ou um mês. Temos que o atacar hoje.

Hoje mesmo temos que resolver estas questões. O Governo Regional tem suficientes recursos para evitar que isto possa acontecer um só dia na Região Autónoma dos Açores, que isto possa acontecer às nossas crianças. Somos suficientemente ricos, temos suficientes recursos para evitar que isto aconteça.

Se a sua política, a sua planificação não está a ter a urgência necessária e a eficácia necessária, digo-lhe que isso é da sua responsabilidade e a Sra. Secretária não foi suficientemente competente para enfrentar o problema desde já. É essa a acusação que aqui lhe reitero.

Se eu tivesse nesse lugar, tenho a certeza absoluta que isto não aconteceria. Essa seria a minha prioridade todos os dias, em todas as horas. Não pode ser

possível que nenhum aluno chegue às escolas dos Açores com fome e com necessidades básicas.

Sr. Deputado Domingos Cunha, o Sr. Deputado teve aqui uma frase que é muito parecida àquele célebre “ai aguenta, aguenta”.

O Sr. Deputado Domingos Cunha aquilo que disse foi que não é a barriga vazia que provoca o insucesso escolar.

Deputado Francisco César (PS): Onde é que o senhor ouviu isso? Alguém lhe disse isso!

O Orador: Ah é, Sr. Deputado! Uma criança que não é alimentada, que tem dificuldades tremendas em casa, eu posso garantir-lhe que afeta o sucesso escolar dessa criança. Posso garantir-lhe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Essa frase, esse seu juízo demonstra uma insensibilidade por parte do Governo e do PS nesta questão, que não é aceitável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Os senhores têm que reconhecer que isto é uma questão urgente, é uma questão que temos que enfrentar com coragem e com determinação. Não vale a pena esconder.

Não vale a pena esconder que ela não existe.

O que aqui pedi, o meu testemunho é de, vamos com urgência enfrentar esta questão.

Eu podia mostrar-lhe os resultados dos nossos alunos, mas depois no âmbito da questão da educação, eu mostro-lhe. São os piores.

Temos aqui os testes intermédios. Tive oportunidade de verificar o que é que aconteceu em relação ao teste do 9º. ano de Geografia. Somos os piores classificados em vinte e tal regiões do País.

O que é que acontece em relação à físico-química: os piores resultados do país em vinte e tal regiões do País.

Deputado Domingos Cunha (PS): É porque não comem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não! É porque são menos inteligentes!

O Orador: Temos ótimas instalações. Temos bons professores.

Então qual é a questão que aqui está?

Como é que o senhor responde a esta questão essencial? O que é que explica que a RAA seja a Região do país com os piores resultados escolares?

Vou dar-lhe a minha resposta, a minha explicação: deve-se às dificuldades sociais que estão a ser vividas por grande parte das famílias açorianas, porque os açorianos não têm menor capacidade do que os alunos de Lisboa, do Algarve ou do Alentejo. Não têm! A nossa diáspora, aquilo que nós temos feito ao longo destes séculos, tem demonstrado que nós não temos menos capacidade que os outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: O que nós temos são condições sociais mais graves que afetam o rendimento escolar destas crianças.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Sra. Secretária defende a teoria de dar a cana, mas não há força para segurar a cana!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretária Regional, em primeiro lugar, perguntar-lhe se sabe qual foi a taxa de execução do microcrédito o ano passado? Já que falou na medida como muito eficaz, qual foi a taxa de execução do microcrédito?

Sra. Secretária, categoricamente dizer-lhe que a senhora estava propositadamente enganada e a enganar esta câmara propositadamente e os açorianos.

Taxa de pobreza nos Açores, 17.9; na Madeira 16.1. Está aqui. É do Instituto Nacional de Estatística. Portanto, o que a senhora disse era falso! É falso! 17.9 nos Açores.

A senhora socorre-se dos mais baixos elementos para justificar a sua incapacidade.

Não fui eu que fiz estes dados. 17.9.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Isso não altera o meu raciocínio!

O Orador: Altera.

Sra. Secretária Regional, vou dizer-lhe mais.

Há aqui um estudo que referiu onde fala do RSI, que efetivamente pode reduzir a intensidade da pobreza. Está neste estudo, que foi apresentado por um sociólogo aqui nos Açores, cujo título é: “Formação profissional e pobreza nos Açores”.

Vou ler-lhe um excerto (vou citar Sra. Secretária): “a pobreza existente nos Açores é o resultado histórico do estado atual do desenvolvimento e só o desenvolvimento socioeconómico futuro poderá proporcionar condições para a sua erradicação”.

Percebeu? Ouviu?

Mais à frente diz: “este modelo implícito falhou. É por demais evidente que falhou, havendo pese embora algumas melhorias, os Açores são uma das regiões mais pobres da Europa”.

Mais à frente diz assim: “com efeito mais do que a subsidi dependência, penso que se deve falar em governodependência”.

Isso é que devia envergonhar os senhores de tal forma que este se tornou omnipresente na vida dos açorianos.

Os senhores usam a pobreza para fazer política e tirarem dividendos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: É isto que aqui está dito neste estudo, Sra. Secretária. Aqui, escarrapachado preto no branco, Sra. Secretária Regional.

E vem mais, mas não tenho tempo de lhe ler o estudo todo.

O que envergonha os Açores é isto: em 2008, antes da crise (antes da crise, segundo os senhores) 17 200 beneficiários; 2009, 18 mil beneficiários; 2010, 19 mil beneficiários; 2011, 17 mil; 2012, 18 mil.

Isto é que envergonha os Açores, Sra. Secretária.

Vou dizer-lhe mais. Se a senhora conjugar a população empregada com o RSI, tem este gráfico.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico à câmara)

31% da sociedade açoriana é pobre, desempregada e dependente do RSI e a senhora tem as mais altas taxas de Portugal.

Isto é que está a contribuir para disfarçar o desemprego nos Açores, porque os senhores metem-nos aqui. O RSI não é para disfarçar o desemprego, Sra. Secretária, porque em outras Regiões que têm 2 e 3% de RSI, o desemprego é efetivamente um pouco mais alto.

Mas se atribuíssem RSI, e nós defendemos que se atribua, a quem precisa e não a quem tem carros de 20 e 30 mil euros, e não a quem tem 25 mil euros no banco, como a senhora concorda, se calhar estávamos a combater mais a pobreza, Sra. Secretária.

Isto é vergonhoso para os Açores!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): O seu esforço é que é vergonhoso!

O Orador: Como é que quer combater a exclusão se não tem uma única medida digna desse nome no Plano e reduz de 29 milhões de euros para 24 milhões de euros, as suas verbas, Sra. Secretária?

Já agora devo dizer-lhe também que as cantinas sociais foram pedidas pelo Governo dos Açores. Foi o Governo dos Açores que pediu ao Governo da República verba para as cantinas sociais.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): E depois, qual é o problema?!

O Orador: Foi o Governo dos Açores que levou os açorianos à miséria e a não ter para comer, Sra. Secretária. Foi o Governo dos Açores!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): E o país que está coberto de cantinas sociais? Quem é que levou o país à miséria!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Foi o José Sócrates!

O Orador: E o que é que os senhores fizeram. Nada! Rigorosamente nada!

Na República não se estranha, porque a República está com graves dificuldades.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Não!

O Orador: Está! Está com graves dificuldades.

O Sr. Vice-Presidente acabou de dizer hoje de manhã (a não ser que a senhora viva numa Região e o Sr. Vice-Presidente noutra) e o Grupo Parlamentar tem dito, que temos finanças públicas equilibradas, que não temos défice, que pagamos tudo, enfim...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Já agora os pagamentos às instituições, às IPSS, estão em dia Sra. Secretária?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) Quem é que paga as IPSS? É o Governo da República!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Tudo o que é social nos Açores é do Governo da República!

O Orador: Não, do orçamento regional dos senhores. Estão em dia, Sra. Secretária?

Os protocolos que fizeram, os senhores pagaram? Não.

Se não fosse a República não havia Segurança Social nos Açores. Não era a vossa Segurança Social.

Não são os vossos paliativos, que os senhores se orgulham que resolviam o problema, porque quem paga o subsídio de desemprego não são os senhores.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Quem é?

O Orador: Quem paga o abono de família não são os senhores?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não! São os descontos para a Segurança Social dos açorianos!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, são os trabalhadores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não! São os descontos dos trabalhadores!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: São os descontos dos trabalhadores.

Não são do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nem da República!

O Orador: São dos trabalhadores que têm direito. Não são dos senhores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não são da República?

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Isso é que vos dói mas vai doer mais.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

O Orador: Sra. Presidente, estou no uso da minha intervenção. Estou sendo interrompido, tenho que levantar a voz.

Presidente: Sr. Deputado, eu é que já estou aqui há quase um minuto a tentar pedir alguma calma, alguma contenção para que possamos continuar com o debate.

Deputada Berta Cabral (PSD): Peça a quem interrompe!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço que continue a sua intervenção.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Os apartes são regimentais!

O Orador: Os apartes são regimentais. A barulheira é que não é Sr. Presidente. Essa é que não é regimental.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor há de se lembrar disso mais vezes!

O Orador: Peço desculpa, não ouvi.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor há de se lembrar disso mais vezes!

O Orador: Ah, lembro-me sim. De certeza que nunca chegarei ao ponto de Vs. Exas.

Com certeza que é preciso, Sra. Secretária Regional, ainda rever muitos acordos atípicos que existem entre a Região Autónoma e a República, como a senhora bem sabe. É preciso fazer revisão, como a senhora até parece-me que está por dentro desse problema.

Agora, é preciso ver que apesar de tudo a República tomou medidas que vão ajudar as IPSS dos Açores, nomeadamente a nível da fiscalidade, a isenção do IRC e do reembolso do IVA, que o PS tinha previsto terminar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi o Governo da República!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

O Orador: Espero que a Sra. Secretária me ouça.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima peço que continue.

O Orador: Oh senhora, eu estou a falar para a Sra. Secretária.

Presidente: Está bem, mas o Sr. Deputado tem que continuar a sua intervenção.

O Orador: Sra. Secretária Regional, a nível da fiscalidade as IPSS dos Açores, têm uma medida benéfica, sabe qual é? A isenção do IRC e o reembolso do IVA que o PS, o seu partido na República, tinha previsto terminar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi o atual Governo!

O Orador: Não, foi o seu Governo da República, Sr. Vice-Presidente.

Quem deixou o país no estado vergonhoso e que foi chamar a troika para cá vir, foi o seu partido.

Deputado Francisco César (PS): Foi o seu partido!

Deputado José San-Bento (PS): Onde é que o senhor estava sexta-feira?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não vê notícias?

O Orador: Eu vejo notícias. Lamento que o meu País esteja a atravessar esta situação e vou dizer-lhe uma coisa, já agora: quando o senhor diz que todos devemos puxar os Açores para cima, é um dever. É sim senhor, Sr. Vice-Presidente, mas fica-lhe mal quando vai pedinchar à República empréstimos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Francisco César (PS): Pedinchar?!

O Orador: Pedinchar à República empréstimos!

... e assinar memorandos para salvar as finanças públicas, para salvar o Governos dos Açores e vir aqui puxar o País para baixo.

Ao Governo dos Açores institucionalmente fica-lhe mal puxar o país para baixo.

Portanto, os senhores não têm legitimidade para pedir a alguém que puxe os Açores para cima, juntamente com os senhores.

Sra. Secretária, quanto à capa dourada, permita-me que lhe diga o seguinte: guarde na capinha dourada (porque essa deve ser mesmo dourada) as suas deslocações e das suas assessorias, as passeatas do IDSA entre a Terceira e S. Miguel e as deslocações todas do seu gabinete. Isso é que merece uma capa dourada. Isso dava para combater a pobreza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava, tendo em conta esta insinuação do Sr. Deputado Artur Lima, interpelá-lo diretamente: que passeatas e a quem é que o senhor se está a referir? Concretamente, que passeatas e a quem é que o senhor se está a referir?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tinha que criar um momento teatral para fugir à questão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Digo com toda a frontalidade ao Sr. Presidente do Governo.

Esta Orgânica do Governo aumentou as despesas dos gabinetes, mormente do gabinete daquela Sra. Secretária Regional.

Andam funcionários do IDSA a levar documentos para S. Miguel e de S. Miguel para a Terceira (não despacham nada!) todas as semanas.

O mesmo se passa nas deslocações da Sra. Secretária e do seu gabinete que andam para trás e para a frente numa opção que foi feita pelo Governo Regional dos Açores. Numa opção que aumentou despesas, que aumentou deslocações e que aumentou custos.

Sr. Presidente, não é insinuação. É a minha opinião e é uma afirmação que todos estão a ver e todos sabem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima há alguma situação de irregularidade, de ilegalidade, ou de abuso que o senhor conheça?

Há alguma situação de irregularidade, de ilegalidade, ou de abuso que o senhor conheça?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para a resposta, mas agradeço a ambos, que se limitem nestas questões, para podermos continuar o debate.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não lhe fica bem!

O Orador: Não Sr. Vice-Presidente, fica bem defender os interesses e o dinheiro público. A mim fica-me sempre bem. Percebeu? Consigo vou ficar por aqui para já.

Sr. Presidente, eu não estou aqui em julgamento, se há ilegalidade ou se há legalidade.

Estou no exercício do meu cargo, estou no exercício de uma crítica legítima e democrática a esse Governo e estou no exercício da minha discordância com a Orgânica do Governo, com o aumento de despesa em deslocações com a transferência do IDSA, com a nova Orgânica.

Não disse ilegalidades. O senhor não me leva por esse caminho.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não! O senhor insinuou!

Deputado José San-Bento (*PS*): Tem que provar aqui!

O Orador: Agora, aumentou as despesas em deslocações, em ajudas de custo, em passagens, em tudo. Eu não disse que era ilegal e por aí o senhor não me leva.

O que eu lhe digo é que aumentou custos, aumentou despesas e sobretudo aumentou ineficiência ...

Deputado José San-Bento (PS): Prove o que está a dizer, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque agora as pessoas esperam, esperam...

Quando antes poderiam resolver na sua ilha, têm que esperar que vá a despacho a outra ilha para depois terem a resposta a várias situações, a um simples pedido de contagem de tempo, a um simples requerimento.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Isso não é verdade!

O Orador: E a senhora não se atreva a dizer que estou a faltar à verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se atreva?!

O Orador: Não se atreva, porque a Sra. Secretária sabe que é verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É uma ameaça?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ameaça?! Isso é a sua especialidade!

Presidente: Srs. Deputados, sei que estamos aqui para esclarecer. Vou dar a palavra ao Sr. Presidente do Governo, mas agradecia que este debate que se está a centrar de uma forma muito concreta e particular nesta questão terminasse aqui, dando naturalmente depois direito de resposta ao Sr. Deputado Artur Lima.

Agradecia que efetivamente pudssemos depois continuar o debate sobre a matéria do Plano que estávamos a discutir.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, se a questão é a sua discordância em relação à orgânica do Governo, o senhor tem todo o direito de a manifestar, ...

Deputado Jose San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... o senhor não tem é o direito de deixar por meias palavras ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma insinuação em relação a atos menos claros da parte da Sra. Secretária Regional.

Se tem algum dado a acrescentar e a sua resposta à minha interpelação é de que não tem dados de ilegalidade, de irregularidade, ou de abuso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se trata disso!

O Orador: Trata-se sim senhor! Trata-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumento de despesa!

Deputada Berta Cabral (PSD): Ajudas de custo não é aumento de despesa?

O Orador: É bom que fique aqui claro nesta câmara, perante a conversa do Sr. Deputado Artur Lima, este facto. Interpelado se conhecia alguma irregularidade, ilegalidade ou situação de abuso relativamente a qualquer deslocação da Sra. Secretária Regional, o Sr. Deputado Artur Lima disse que não conhecia.

Relativamente à orgânica, o senhor Deputado é inteiramente livre de discordar, de dizer que é uma orgânica que provoca mais gastos de dinheiro, mais ajudas de custo, mais o que entender. Está no seu inteiro direito.

Sra. Deputada Berta Cabral, para discutir ajudas de custo e remunerações consigo, eu estou inteiramente à vontade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, em relação a esta matéria estamos esclarecidos.

Deputada Berta Cabral (PSD): E já agora faturas de telefone também, não é?

O Orador: Contas de telefone e tudo aquilo que a senhora quiser, nesse estilo ou no meu estilo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Meu estilo?!

O Orador: Não, não, o estilo é para a Sra. Deputada Berta Cabral.

O Orador: Em relação a esta matéria, Sr. Deputado, o senhor é inteiramente livre.

Agora digo-lhe, não concordo com a sua visão de Orgânica do Governo.

Levado às últimas consequências, aquilo que o seu raciocínio faria, era concentrar o Governo todo, numa ilha. Acho que isso não serve as açorianas e açorianos.

Deputados Francisco César e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: E fica já aqui dito. Em relação a este Governo, estamos prontos e disponíveis para, onde e quando qualquer um dos Srs. Deputados quiser, apresentar custos de viagens, custos de passagens e comitivas que acompanham membros do governo. Tudo o que os senhores quiserem.

Em relação a esta matéria, da parte do governo, reconhecendo o direito ao Sr. Deputado Artur Lima de criticar a orgânica, peço-lhe que da próxima vez tenha cuidado para não deixar no ar a ideia de que se trata de uma insinuação em relação a ilegalidades, a abusos ou a outra situação menos clara.

A mim pareceu-me estar esclarecido.

Da minha parte o assunto está esclarecido.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para encerrar este debate.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: É para encerrar este debate efetivamente, a pedido de V. Exa. e com razão, porque o que eu acho que interessa aqui discutir é a pobreza nos Açores e o Sr. Presidente do Governo, habilmente, veio a este assunto. Mas o que me interessa discutir é a pobreza.

Sr. Presidente, eu não insinuei. Nunca disse que tinha insinuado. Eu afirmei. Na minha opinião aumenta custos e aumenta ineficiência.

Foi sempre isso que eu disse, antes, agora e direi sempre. Aumenta custos e aumenta ineficiência.

O que eu disse foi que a Sra. Secretária guardasse estes custos e estes gastos extra na sua capa dourada que me receitou. Lá dentro cabe bem. Foi isso que eu disse Sr. Presidente. Não vale a pena estar aqui com outros *fait divers* sobre a matéria, porque foi isso que eu disse, mantenho e toda a gente sabe, quem está no terreno, o que se passa. Os próprios funcionários e, pior do que isso, os utentes da Segurança Social, sabem como é que se processam as coisas. Esses falam por si. Eu aqui falo por eles.

Sra. Presidente, um intervalo regimental de meia hora se faz favor.

Presidente: Agradecia que os líderes e o Sr. Vice-Presidente se aproximassem da Mesa se faz favor.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Berto Messias. Tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Serei muito breve.

Tendo em conta aquilo que tem vindo a acontecer ao longo deste debate e tendo em conta que estamos a discutir questões relacionadas com a pobreza e com situações de emergência social, não posso deixar de dizer, em nome deste Grupo Parlamentar, que me parece fundamental que tenhamos muito cuidado quando abordamos a questão da pobreza, sob pena de uma discussão em torno da pobreza resvalar para a demagogia e para o populismo.

Percebo e até admito que existam tentações de explorar e aproveitar situações de pobreza para daí retirar dividendos político partidários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é a vossa especialidade!

O Orador: Mas também devo dizer que o PS nunca fará isso.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O PS nunca se aproveitará de situações de pobreza e de emergência social de concidadãos nossos para fazer partidarite, como alguns partidos estão a fazer neste debate, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade! Diga quais são os partidos!

O Orador: ... com situações de emergência social que naturalmente não escamoteamos e naturalmente reconhecemos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor nem tem postura para dizer isso em frente ao espelho!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga quais são os partidos!

O Orador: O PPM é um deles.

O Grupo Parlamentar do PS jamais se aproveitará de situações de pobreza e de emergência social para daí retirar dividendos político-partidários e com intuítos eleitorais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não têm feito outra coisa!

O Orador: Não posso também deixar de me referir ao Sr. Deputado Artur Lima.

O Sr. Deputado Artur Lima vem aqui num registo, que aliás é próprio e coerente com aquilo que nos tem apresentado nos últimos anos (permita-me a expressão e não me leve a mal), parece uma metralhadora rotativa disparando para todo o lado e tentando encontrar alvos em todo o lado.

Sr. Deputado Artur Lima, vem o senhor falar-nos de pobreza, contra a pobreza, quando o senhor faz parte do Governo da República que mais pobreza cria no nosso país desde o 25 de Abril.

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver que já está a resvalar!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, é verdade que V. Exa. está numa camisa de sete varas. Está comprometido com o Governo da República, depois não quer estar comprometido com o Governo da República, depois é Vice-

Presidente do CDS com ótimas relações com o Dr. Paulo Portas, no dia a seguir já não é Vice-Presidente e é só líder do CDS-PP Açores ...

Sr. Deputado, tem que se definir!

Organizem-se, porque julgo que isso será muito mais claro e transparente para o debate político em Portugal e nos Açores, porque o senhor voltou a assumir o papel de porta-voz do Governo da República nos Açores, quando insiste em fazer uma defesa veemente do Sr. Ministro da Solidariedade Social, Dr. Mota Soares, mais conhecido por Ministro da lambreta, para que todos percebam de quem é que estamos a falar.

Disse o Sr. Deputado Artur Lima que o PS usa a pobreza para fazer política.

Sr. Deputado, o Governo do PSD e do CDS usa a política para fazer, criar e promover pobreza no nosso País. Isso é que é lamentável.

Diz o senhor que queria lamentar a pobreza na nossa Região e no nosso País. O senhor devia lamentar e logo a seguir pedir desculpa pelas maldades que o seu partido, como responsável pela governação em Portugal, está a cometer ao povo português, aumentando consideravelmente os índices de pobreza no nosso País e conseqüentemente na nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Tendo em conta aquilo que ouvimos neste debate sobre a pobreza e sobre as situações de emergência social, não posso também deixar de referir o seguinte: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Medidas! Propostas, Sr. Deputado!

O Orador: É legítimo que todos os partidos com assento nesta casa diagnostiquem problemas, apontem situações, identifiquem problemas localizados, aqui, ali ou acolá, mas é uma obrigação política e moral que todos os partidos que diagnosticam esses problemas apresentem efetivamente soluções.

Ao longo deste debate, por tudo aquilo que ouvimos, mais uma vez, os partidos da oposição, sobre a pobreza dos Açores, demitem-se das suas responsabilidades

Deputada Zuraida Soares (BE) e Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP):

Quais?

O Orador: ... e não apresentaram uma única solução para diminuir as dificuldades das famílias açorianas...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Anibal Pires (PCP): É mentira?!

O Orador: ... uma única solução, um único contributo.

Para terminar, não posso deixar de dizer que, apesar da conjuntura e apesar da crise, é inquestionável que hoje se vive melhor nos Açores do que se vivia há 20 anos atrás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na Europa toda! Até na Roménia!

O Orador: É inquestionável a evolução em termos de qualidade de vida que temos hoje na Região Autónoma dos Açores e não posso deixar de dizer que o Grupo Parlamentar do PS e o PS orgulham-se muito das políticas sociais que foram implementadas na nossa Região nos últimos 16 anos.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Eu já tinha outro Sr. Deputado inscrito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A mim?

Presidente: Antes de si.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, são 7 horas e 31 minutos.

Queria solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Regressamos amanhã às 10 horas.

O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos disponíveis para amanhã.

Secretário: Governo – 164 minutos e 33 segundos;

PS – 174 minutos e 37 segundos;

PSD – 115 minutos e 29 segundos;
CDS-PP – 29 minutos e 04 segundos;
PCP – 3 minutos e 50 segundos;
BE – 12 minutos e 20 segundos
PPM – 07 minutos.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Boa noite a todos e até amanhã.

(Eram 19 horas e 33 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documento Entrado

Listagem da correspondência

1 - Proposta de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento

das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno – n.º 24/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 03 – 08

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 28;

Assunto: Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo – n.º n.º 132/XII - 27/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 03 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 04.

2 - Projeto de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas – n.º 346/XII - n.º 23/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 02 – 22

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 14;

Assunto: Aprova o Regime Jurídico das Organizações Não Governamentais para a Igualdade de Género (ONGIG).- n.º 25/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 03 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 28;

Assunto: Adota medidas que salvaguardam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro, primeira alteração à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro - n.º 26/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 03 – 08

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 28;

Assunto: Atribui à Assembleia da República a competência para a aprovação das Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa Nacional (1.ª alteração à Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho, que aprova a Lei da Defesa Nacional)

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 03 – 08

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 03.

3 - Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à terceira alteração aos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, com vista a completar a transposição das Diretivas n.º 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural, respetivamente, e revogam as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003 - MEE - (Reg. DL 66/2013).– n.º 18/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 03 – 04

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 13.

4 - Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia - PCM (MAI) - (Reg. PL 62/2013). – n.º 14/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 02 – 26

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 18;

Assunto: Procede à simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos, conformando o disposto no Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno. MEE - (Reg. PL 65/2013).– n.º 17/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 03 – 04

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 13.

5 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estabelece as regras aplicáveis na Região Autónoma dos Açores à prática de atos de desfibrilhação automática externa \(DAE\) por não médicos - n.º 6/X](#)

Autor: Governo

Data entrada: 2013- 02 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-03-26;

Assunto: [Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada – n.º 7/X](#)

Autor: Governo

Data entrada: 2013- 02 – 25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013-03-26.

6 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Defesa dos Direitos do Mar e dos Fundos Marinhos dos Açores - n.º 22/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 02 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 27;

Assunto: [Recomenda ao Governo que reforce os meios das Juntas de Freguesia para a limpeza de ribeiras e realize um plano especial de ações de limpeza e prevenção de riscos de cheias e deslizamentos – 24/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2013 – 03 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 05.

7 - Petição:

Assunto: Contra o desmantelamento do Sistema Científico dos Açores

Autor: Luís Filipe Dias e Silva

Entrada: 2013 – 02 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Ao Governo Regional dos Açores que rescinda o contrato da concessão pública da exploração de jogos de fortuna e azar na Ilha de S. Miguel e tome a posse administrativa dos terrenos da Calheta Pêro de Teive

Autor: Manuel Borges Moniz

Entrada: 2013 – 03 – 14

Comissão: Política Geral

Aguarda Admissibilidade.

8 - Anteproposta de Lei:

Assunto: [Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores \(Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto e 2/2012, de 14 de junho\).](#)
[– N.º 3/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 02 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 03 – 25.

9– Requerimentos:

Assunto: [Lactopico](#)

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.21

Referência: 54.03.06 – N.º 64/X;

Assunto: [Solução dos problemas financeiros do sector cooperativo de São Jorge](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.21

Referência: 54.03.05 – N.º 65/X;

Assunto: [Setor da pesca nos Açores](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.02.25

Referência: 54.06.00 – N.º 66/X;

Assunto: [Construção dos dois Ferries para o transporte marítimo de passageiros e viaturas no Triângulo e no Grupo Central](#)

Autores: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Jorge Macedo, Jorge Costa Pereira, Luís Garcia, Cláudio Lopes e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.25

Referência: 54.03.00 – N.º 67/X;

Assunto: [Avaria de equipamento na RIAC das Velas](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.26

Referência: 54.03.05 – N.º 68/X;

Assunto: [Situação dos trabalhadores do Marina Angra Hotel](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.04

Referência: 54.03.00 – N.º 69/X;

Assunto: [Apoios concedidos pelo PROMÉDIA II](#)

Autores: Aida Amaral e Humberto Melo (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.03.00 – N.º 70/X;

Assunto: [Novo plano estratégico para o setor turístico nos Açores](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Nuno Melo Alves (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013.03.06

Referência: 54.01.00 – N.º 71/X;

Assunto: [Dívidas da Região](#)

Autores: Cláudio Lopes, Luís Rendeiro, António Pedroso, João Bruto da Costa, Jorge Macedo e Aida Amaral (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.07

Referência: 54.03.00 – N.º 72/X;

Assunto: [Parques de estacionamento da Aerogare Civil das Lajes – Ilha Terceira \(II\)](#)

Autores: Nuno Melo Alves, Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013.03.12

Referência: 54.01.03 – N.º 73/X;

Assunto: [SCUT São Miguel e via Vitorino Nemésio](#)

Autores: António Marinho, António Ventura, Berta Cabral, Cláudio Almeida, Humberto Melo, Jorge Macedo, José Andrade, Judite Parreira, Luís Maurício, Luís Rendeiro e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.13

Referência: 54.03.02 – N.º 74/X;

Assunto: [\(Deslocação à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo de médico a especialistas\)](#)

Autor: Paulo Estevão (PPM)

Data de Entrada: 2013.03.14

Referência: 54.07.09 – N.º 75/X;

Assunto: [\(Projeto do Edifício Multi-Serviços na ilha do Corvo - 2\)](#)

Autor: Paulo Estevão (PPM)

Data de Entrada: 2013.03.15

Referência: 54.07.09 – N.º 76/X;

Assunto: [Dívidas do Serviço Nacional de Saúde aos subsistemas do Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: Berto Messias, José San-Bento, Domingos Cunha e Ricardo Cabral (PS)

Data de Entrada: 2013.03.15

Referência: 54.02.00 – N.º 77/X.

10 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Património imóvel da RAA na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.26

Referência: 54.07.09 – N.º 25/X;

Assunto: [Dragagem do Fundo do Porto da Casa – 2](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.25

Referência: 54.07.09 – N.º 35/X;

Assunto: [O fim do cinema comercial na RAA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.26

Referência: 54.07.02 – N.º 38/X;

Assunto: [Reestruturação dos Serviços de Saúde na ilha de S. Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.26

Referência: 54.01.05 – N.º 51/X;

Assunto: [Unidade de Saúde da Ilha do Corvo - 2](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.27

Referência: 54.07.09 – N.º 15/X;

Assunto: [Levantamento e aquisição de objetos de valor cultural na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.27

Referência: 54.07.09 – N.º 43/X;

Assunto: [Manutenção do Projeto Life “Ilhas santuário para as aves marinhas” na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.27

Referência: 54.07.09 – N.º 47/X;

Assunto: [Proposta da easy jet](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.27

Referência: 54.07.00 – N.º 52/X;

Assunto: [Administração de cuidados de saúde na ilha Graciosa](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.27

Referência: 54.03.04 – N.º 55/X;

Assunto: [Açores perdem cinema permanente](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.04

Referência: 54.03.02 – N.º 48/X;

Assunto: [“Incube = Incubadora de Empresas + Júnior Empresa](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.04

Referência: 54.03.00 – N.º 34/X;

Assunto: [Deslizamentos na Maia](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.01.03 – N.º 44/X;

Assunto: [Parques de Estacionamento da Aerogare Civil das Lajes – Ilha Terceira](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.01.03 – N.º 50/X;

Assunto: [Requalificação da Estrada Leste na Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.07.09 – N.º 54/X;

Assunto: [Apoio à promoção da substituição da utilização de gases liquefeitos na Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.07.09 – N.º 57/X;

Assunto: [Construção da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.01.03 – N.º 58/X;

Assunto: [Projeto do Edifício Multiserviços na Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.07.09 – N.º 59/X;

Assunto: [Lacto-Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.05

Referência: 54.01.03 – N.º 64/X;

Assunto: [Operacionalidade do Porto da Calheta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.13

Referência: 54.03.05 – N.º 61/X.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Situação atual dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes

Proveniência: Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros Serviços de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2013.02.18;

Assunto: Relatório de execução do Vale de Saúde, em 2012

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Saúde

Data de Entrada: 2013.02.27;

Assunto: Ofício a pedir a suspensão do mandato, eleita pelo círculo eleitoral da Terceira, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, a partir do dia 1 de março

Autor: A Deputada Lara Fernandes Martinho (PS)

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: Ofício a pedir a suspensão do mandato, eleita pelo círculo eleitoral da Terceira, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, a partir do dia 1 de março

Autor: A Deputada Isménia Carvalho Landeiro Alves (PS)

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: Ofício a pedir a suspensão do mandato, eleito pelo círculo eleitoral da Terceira, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, a partir do dia 1 de março

Autor: A Deputada Joaquim Mário Grilo Pires (PS)

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão do mandato da Deputada Lara Fernandes Martinho, bem como das comunicações para o mesmo efeito dos candidatos Isménia Carvalho Landeiro Alves e Joaquim Mário Grilo Pires, essa vaga será preenchida a partir do dia 1 de Março, pelo candidato António Gonçalves Toste Parreira, não tendo os poderes verificados

Autor: O Presidente do GPPS

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: Ofício a comunicar que se encontra disponível na página do Governo Regional os ficheiros dos registos de constituição de estatutos e atos eleitorais

Autor: Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: Ofício a convidar uma delegação da ALRAA, para uma audição na Assembleia da República, no âmbito da apreciação, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões;

Autor: Comissão 5.^a – COFAP XII

Data de Entrada: 2013.03.08;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Congratulação e Recomendação – Relativo à Gestão Partilhada do Mar dos Açores

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto Costa Pereira

Data de Entrada: 2013.03.05;

Assunto: Ofício a comunicar que a Dra. Lara Fernandes Martinho, será substituída pelo Sr. Deputado António Gonçalves Toste Parreira, na Comissão Permanente de Economia

Autor: O Presidente do GPPS

Data de Entrada: 2013.03.02;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Congratulação e Recomendação – Relativo à informação prestada pelos CTT em acabar com o serviço da Estação Móvel da Horta

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto Costa Pereira

Data de Entrada: 2013.03.04;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Congratulação e Recomendação – Relativo à “Fusão das duas empresas regionais de transporte marítimo de passageiros”, a Transmaçor e a Atlânticoline

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Alberto Costa Pereira

Data de Entrada: 2013.03.04;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditorias aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 1/2013-FC/SRATC (Proc.º n.º 10/102.02) – “Auditoria aos adicionais ao contrato de empreitada de construção da EBI de Ponta Garça”;
- Audit. n.º 2/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/107.01) – “Auditoria à LOTAÇOR (Serviço de Lotas dos Açores, SA) – Relacionamento Financeiro com Outras Entidades (2009-2011)”;

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 03 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar que desenvolva diligências no sentido de os Serviços de Registo poderem efetuar o processamento dos atos e termos do Processo de Inventário, conforme previsto anteriormente pela Lei 29/2009

Autor: O Presidente do CDRSI do STRN

Data de Entrada: 2013.03.11.

12 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.18;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 341/XII – “Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos”](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.26;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 343/XII – “Altera o regime de incompatibilidades dos deputados e o regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.26;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 349/XII – “Prorrogação do prazo para a obtenção do reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis \(primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos\)”](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.26;

Assunto: [Pedido de autorização para o exercício de funções apresentado pelo Deputado Ricardo Manuel Viveiros Cabral](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Manuel Lopes Cabral](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Humberto Trindade Borges de Melo](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Estêvão](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado Miguel António Moniz da Costa prestar depoimento escrito, no âmbito da auditoria realizada ao enquadramento legal de apoios atribuídos pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos \(Relato de auditoria – Proc. N.º 12/106.01\) que corre termos junto da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento para o ano de 2013 e Orientações de Médio Prazo 2013-2016](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.18;

(O relatório mencionado encontra-se em anexo ao Relatório e Parecer Final da Comissão de Economia)

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 348/XII – Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro.](#)

Comissão: Sub Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.07;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 351/XII – Procede à sétima alteração da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e altera o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis](#)

Comissão: Sub Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.07;

Assunto: [Parecer Sectorial sobre as Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013.](#)

Comissão: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.8;

(O relatório mencionado encontra-se em anexo ao Relatório e Parecer Final da Comissão de Economia)

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança - PCM \(MAI\) . \(Reg. PL 59/2013\).](#)

Comissão: [Assuntos Sociais](#)

Data de Entrada: 2013.03.15;

Assunto: [Parecer sectorial sobre as Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013,](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.03.18;

(O relatório mencionado encontra-se em anexo ao Relatório e Parecer Final da Comissão de Economia)

Assunto: [Projeto de Lei n.º 346/XII - Procede à segunda alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas](#)

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2013.02.22;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2013.03.18;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia - PCM \(MAI\) - \(Reg. PL 62/2013\).](#)

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.26;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei – Aprova os requisitos de acesso e exercício da atividade das Empresas de Manutenção de Instalações de Elevação e os requisitos de acesso e exercício da atividade das Entidades Inspetoras de Instalações de Elevação e dos seus profissionais, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno – PCM \(MEE\) – \(Reg. PL 52/2013\)](#)

Comissão: Sub Economia

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho – Estabelece condições específicas para a pesca de espécies de profundidade no Atlântico Nordeste e disposições aplicáveis à pesca em águas internacionais do Atlântico Nordeste e que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 2347/2002 \[COM\(2012\)371\], bem como a respetiva Avaliação de Impacto](#)

Comissão: Sub Economia

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Cria o registo de operador e comerciantes de madeira e produtos derivados, e estabelece medidas sancionatórias por violações ao Regulamento \(UE\) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010 - MAMAOT - \(Reg. DL 61/2013\).](#)

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.03.01;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Procede à terceira alteração aos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, com vista a completar a transposição das Diretivas n.º 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural, respetivamente, e revogam as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003 - MEE - (Reg. DL 66/2013).

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.03.04;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei - Procede à simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos, conformando o disposto no Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno. MEE - (Reg. PL 65/2013).

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.03.04;

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional – Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.(Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A de 10 de Abril);

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.03.05;

Assunto: Propostas de Plano e Orçamento para 2013 e as Orientações de Médio Prazo para 2013-2016.

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.03.15;

(O relatório mencionado encontra-se em anexo ao Relatório e Parecer Final da Comissão de Economia)

Assunto: [Parecer final sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2013 e as Orientações de Médio Prazo para 2013-2016](#)

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.03.18.

13 – Diários:

Está presente na Sessão Plenária o Diário n.º 11.

P'la Redatora, *Noélia Escobar*